



Produto 3

Mapeamento de iniciativas convergentes

Apoio à elaboração do Sumário Executivo do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2035 e suas atualizações até 2023 e reestruturação e atualização dos Componentes do PDI Bahia até 2050

Governo do Estado da Bahia

Governador

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Chefe de Gabinete

DILMA SANTANA DE JESUS

Assessoria do Gabinete

ARIADNE MURICY BARRETO

LUCAS PONDÉ

Superintendência de Planejamento Estratégico

RANIERI MURICY BARRETO

Diretoria de Planejamento de Políticas Econômica e de Infraestrutura

NÍCIA MOREIRA DA SILVA SANTOS

Diretoria de Planejamento de Políticas Sociais

NATÃ SILVA VIEIRA

Coordenação de Assessoramento Técnico

ISABELLA PAIM ANDRADE FERRETTI DA COSTA

Coordenação de Articulação e Estudos

LAVÍNIA MARIA DE MOURA FERREIRA

Equipe técnica - SEPLAN

ANA CRISTINA CERQUEIRA
ANDREA PEREIRA DA SILVA
ALZIMARIA RAMOS PESSOA
CARLOS RODOLFO LUJAN FRANCO
CRISTIANE SOARES FERREIRA
FÁBIO DI NATALE GUIMARÃES
LUDMILLA SANTOS MARTINS
LUIS CARLOS SANTANA FILHO
MARCOS LUIS CERQUEIRA DA SILVA
MARIANA MACHADO DE OLIVEIRA SÁ
MÔNICA PEDREIRA DE SOUZA
NILMA BARRETO DEIRÓ PINTO
PATRÍCIA LEITE CARDOSO
RAFAELA EVANGELISTA CAMPOS

Secretárias

ELAINE SUELY XAVIER GAMA
MARIA CRISTINA DE JESUS BRAGA
ANA TERESA BRITTO DA SILVA

Estagiários

LARISSA SOUSA DE JESUS CORREIA
LUIS MATHEUS CAPINAN PEREIRA
MEIRELES
MATHEUS MAURÍCIO OLIVEIRA
CONCEIÇÃO

Equipe Macroplan Prospectiva, Estratégia e Gestão

Diretor do projeto

GUSTAVO MORELLI

Gerente do projeto

ISABELA TRAMANSOLI

Equipe Técnica

BRUNA GUERRIERI

FELIPE JAMEL

ISABELA BONACHELA

JOÃO PALHARES

MARCELA OLIVEIRA

Design

TATIANE LIMANI

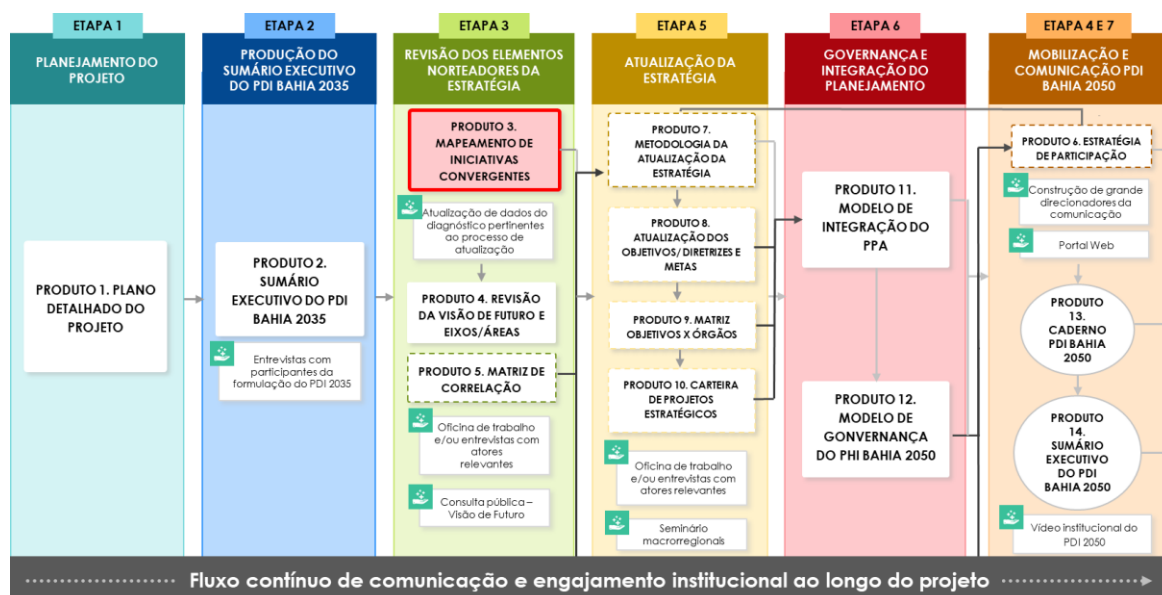
CLARA ALBUQUERQUE

Apresentação

Este documento apresenta o Produto 3 – Mapeamento de Estratégias Convergentes. Este produto é parte integrante do Contrato nº 1/2025 que entre si celebram o Estado da Bahia, através da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) e a Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão S/S LTDA, dedicado a fortalecer os mecanismos de planejamento do Estado da Bahia para o alcance de uma economia dinâmica, sustentável e inclusiva até 2050. O contrato em questão, tem por objetivo elaborar, entre outros, um Sumário Executivo do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2035 e suas atualizações até 2023 e auxiliar na reestruturação e atualização dos Componentes do PDI Bahia até 2050, seus documentos executivos e carteira de projetos estratégicos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Este documento se divide em três partes. Inicialmente, apresenta-se a visão de conjunto com informações relevantes sobre objetivos e critérios da etapa, além de quantitativo geral e números de destaque, bem como os principais temas mapeados. Em seguida, são apresentados *insights* a partir de grandes áreas temáticas. Por fim, são apresentados resumos executivos de cada um dos materiais incluídos no mapeamento. Os anexos deste produto correspondem à lista completa de documentos considerados convergentes, a metodologia detalhada e breve resumo da consulta institucional ampliada.

Plano de Trabalho PDI 2050



Sumário

1 Mapeamento de documentos convergentes Página 07

2 Insights por grandes áreas temáticas Página 13

3 Resumos executivos dos documentos 3.1 Planos e Políticas 3.2 Agendas 3.3 Estudos e Diagnósticos Página 22

Anexos

A1 Índice de materiais incluídos no mapeamento Página 179

A2 Metodologia detalhada Página 184

A3 Consulta institucional ampliada e consulta interna Página 188





1

Mapeamento de documentos convergentes

Apresentação

Este documento reúne e organiza as principais referências em âmbitos nacional, regional e estadual que oferecem subsídios técnicos e políticos à atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia – PDI Bahia 2050. O mapeamento não pretende ser exaustivo, mas construir um inventário curado, intencional e focado naquilo que pode efetivamente contribuir para o Plano.

Seu propósito, portanto, é fundamentar tecnicamente a construção da estratégia de longo prazo da Bahia, aproveitar inteligência acumulada em diversas esferas e instituições, identificar ativos estratégicos já existentes, ainda que dispersos institucionalmente, evitar duplicidades, bem como ampliar o repertório técnico e político para orientar as decisões estratégicas e os investimentos no Estado. Assim, em formato de inventário, contempla políticas, planos e estudos, com atenção especial àqueles que envolvem alto grau de cooperação institucional — como nos setores de infraestrutura e saúde.

De forma prática, a análise dos documentos pode contribuir para a elaboração dos objetivos e estratégias, calibrar metas que serão formuladas, identificar potenciais projetos estruturantes ou mesmo apontar lacunas relevantes, assim como mapear atores institucionais, internos e externos, que devem ser considerados para o processo de formulação estratégica.

Figura 1. Conexão dos insumos com a formulação da estratégia



Fonte: Elaboração própria

A sistematização do material foi organizada por tipo de documento: planos e políticas; agendas; e estudos e diagnósticos. Essa classificação permite identificar padrões, lacunas, pontos de convergência e potenciais conflitos, além de facilitar a identificação de atores e recursos em diferentes níveis de governo.



Importante destacar que os materiais de menor prazo, como planos de governo, políticas setoriais e diagnósticos, oferecem um retrato da situação atual. São úteis para compreender restrições institucionais, capacidades instaladas e ações em curso, contribuindo para a ancoragem realista da estratégia e para a identificação de sinergias imediatas. Por sua vez, documentos de maior prazo ou de natureza prospectiva, como estudos de tendências e planos estruturantes, oferecem base para a formulação de direcionadores estratégicos, construção de visões de futuro e orientação de decisões com horizonte temporal ampliado.

As seguintes premissas foram utilizadas na seleção dos materiais:

- **Relevância:** aponta caminhos futuros, estrutura políticas públicas ou investimentos estratégicos;
- **Atualidade:** documentos produzidos ou revisados a partir de 2020, ou que possuam validade vigente ou indeterminada;
- **Abrangência:** escala estadual, regional e nacional, desde que com impacto direto no estado;
- **Estado de Implementação:** consolidado, publicado e/ou em implementação;
- **Fonte e acesso:** produzido ou endossado por instituições (públicas, privadas ou do terceiro setor), de caráter público ou possível de ser compartilhado oficialmente.

O processo completo de definição dos critérios, metodologia e demais partes do mapeamento foi realizado a partir de um conjunto de cinco etapas conforme demonstrado na Figura 2. No anexo deste documento, é possível encontrar a metodologia detalhada.

Figura 2. O processo de mapeamento dos documentos



Fonte: Elaboração própria

Além da montagem do inventário, para complementar a análise, foram produzidos cinco *insights* a partir de elementos advindos dos documentos, associados aos principais ativos, passivos e tendências da Bahia¹. Esses pequenos ensaios - que não se propõem a esgotar ou tratar de todas as temáticas críticas-, funcionam como pequenas pílulas de conhecimento que podem ser aprofundadas ao longo das etapas que compõe o processo de formulação do Plano.

Embora o inventário tenha sido elaborado como suporte direto ao PDI Bahia 2050, este mapeamento se constitui também como um ativo estratégico da SEPLAN, com potencial de uso em outros ciclos e processos de planejamento. Contudo, trata-se de um documento “vivo”, que pode e deve ser atualizado. Por fim, esse mapeamento poderá, ainda, contribuir para aumentar o engajamento social e a colaboração de partes interessadas ao indicar que o Plano de Desenvolvimento Integrado é construído considerando diversas iniciativas existentes.

A seguir, são apresentados a visão de conjunto, ou seja, a síntese dos principais achados no processo catalogação e organização dos documentos.

¹ Ver BAHIA. Diagnóstico Estratégico do PDI Bahia 2050. Salvador; Macroplan; SEPLAN. BAHIA. Tendências e cenários para a Bahia horizonte 2035: apoio à elaboração de cenário prospectivos para atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035. Salvador: PNUD (Macroplan); SEPLAN; SDE, 2023.

Visão de conjunto

Nesta seção, será apresentada a análise de conjunto dos documentos coletados e incluídos na lista final de materiais convergentes, incluindo uma visão geral do número por tipo, horizonte temporal, abrangência territorial e temas identificados.

152 Materiais coletados e mapeados



100 Materiais no nível estadual

47 Materiais no nível nacional

5 Materiais no nível regional



Temas identificados:

- **50** Desenvolvimento Territorial e Rural
- **24** Inclusão Social e Direitos
- **20** Meio Ambiente e Sustentabilidade
- **12** Indústria, Comércio e Inovação
- **10** Turismo e Cultura
- **8** Saúde
- **8** Infraestrutura
- **6** Governança e Gestão Pública
- **5** Educação e Profissionalização
- **5** Segurança Pública
- **4** Demografia, Projeções e Cenários



Tipologia dos documentos

98
Documentos



Planos e Políticas

Documentos que definem princípios, metas, diretrizes e ações de médio a longo prazo, com base nos diagnósticos e prioridades previamente estabelecidas.

40
Documentos



Estudos e Diagnósticos

Análises específicas de setores econômicos ou sociais, com foco em caracterização, desempenho recente, cenários prospectivos, tendências e desafios.

14
Documentos



Agendas

Iniciativas que organizam prioridades temáticas para orientar políticas públicas, investimentos ou ações coordenadas entre atores, focando em temas transversais e agendas emergentes.



2

Insights por grandes áreas temáticas

#Insight 1



Melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos

Garantir qualidade de vida e efetivação de direitos na Bahia exige o **enfrentamento simultâneo de desigualdades e desafios históricos e emergentes** que, embora distintos, estão interligadas: desigualdade de renda, segurança alimentar, equidade de gênero e raça, segurança pública, acesso à saúde, proteção aos povos e comunidades tradicionais e garantia de direitos à infância. A análise desses temas evidencia tanto os avanços recentes quanto os gargalos persistentes, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas, territoriais e orientadas à justiça social.

A Bahia ainda apresenta indicadores sociais críticos quando comparados às médias nacionais, reflexo de desigualdades socioeconômicas enraizadas na Região Nordeste. Apesar disso, o Estado registrou avanços relevantes: entre 2013 e 2023, liderou a redução da desigualdade de renda no país, com **queda de 8,4% no índice de Gini**². Esses avanços estão associados a diretrizes de políticas nacionais, como o programa **Brasil Sem Fome**³, lançado em 2023, que tem promovido ações estruturantes no Estado. Dentre elas, destacam-se o fortalecimento da agricultura familiar, o aumento da renda média dos trabalhadores baianos e a ampliação da segurança alimentar e nutricional.

No campo da **equidade**, dados recentes indicam que **a desigualdade salarial entre homens e mulheres tem diminuído mais rapidamente na Bahia** do que na média nacional⁴. No entanto, **persistem desigualdades raciais**: a população negra ainda enfrenta desvantagens estruturais significativas. A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM/BA) definiu como missão “consolidar a SPM como referência nas políticas para as mulheres nos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia, até 2027”⁵, mas ainda não foram identificadas metas de longo prazo consolidadas para essa agenda.

A **violência**, por sua vez, representa um grave obstáculo à garantia de direitos. Na contramão da tendência nacional de queda, a **Bahia tem registrado aumento nas mortes violentas intencionais**. Nos centros urbanos, essa violência se manifesta por meio de **homicídios, latrocínios, furtos e roubos de veículos** — frequentemente associados ao tráfico de drogas, crime organizado e exclusão social. Em áreas rurais, os **conflitos fundiários, por terra e água**, afetam de forma desproporcional comunidades indígenas e quilombolas, aprofundando desigualdades históricas. O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social⁶ estabelece como meta a redução da taxa estadual de homicídios para menos de 17 mortes por 100 mil habitantes até 2033.

2. BAHIA. Diagnóstico Estratégico do PDI Bahia 2050. Dados elaborados pela Macroplan a partir de dados da PNAD Contínua/IBGE.

3. Brasil Sem Fome. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, 2023.

4. BAHIA. Diagnóstico Estratégico do PDI Bahia 2050. Dados elaborados pela Macroplan a partir de dados da PNAD Contínua/IBGE.

5. Planejamento Estratégico da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia. SPM. 2023.

6. Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Secretaria da Segurança Pública da Bahia e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. Salvador, 2023.

O acesso à saúde é outro desafio estruturante, com especial atenção à atenção primária⁷. Além de problemas crônicos do sistema, há o crescimento de demandas associadas às doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e ao cuidado com populações vulneráveis. Projeções da Fiocruz indicam que, entre 2019 e 2040, a taxa média de crescimento dos óbitos no Brasil será de 1,15% ao ano, com forte participação das DCNTs nesse cenário⁸. **Em resposta, o Plano Estadual de Saúde (2024–2027) apresenta 17 objetivos de médio prazo, incluindo o fortalecimento de políticas de equidade e o aumento do uso de Telessaúde nos municípios⁹.**

Em se tratando da temática da qualidade de vida e de garantia de direitos, também urge um olhar atento aos povos e comunidades tradicionais da Bahia, que desempenham papel central na preservação cultural e, ainda, na proteção ambiental da Bahia. Contudo, enfrentam invisibilidade institucional, precarização dos serviços públicos e violência, em especial nas disputas pela terra. Apesar da existência de comunidades certificadas, os processos de titulação territorial seguem lentos, comprometendo seus direitos constitucionais. **A regularização fundiária é estratégica para prevenir conflitos, e a valorização das manifestações culturais e dos saberes ancestrais uma diretriz relevante, mas que ainda devem ser acompanhados da garantia efetiva de acesso a políticas públicas¹⁰.**

Por fim, a garantia de direitos exige atenção prioritária à infância e adolescência. A Bahia ainda convive com altas taxas de pobreza infantil — 14,3% das crianças e adolescentes viviam em extrema pobreza em 2021, sobretudo nas áreas rurais. As dificuldades se estendem à educação e à saúde: em 2019, 11,6% das crianças de 8 anos eram analfabetas, e, em 2020, a taxa de mortalidade infantil foi de 14,3 por mil nascidos vivos, acima da média nacional¹¹. **Superar esse quadro demanda políticas públicas articuladas e permanentes, que combinem proteção integral, promoção social e participação cidadã.**

A melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos na Bahia, portanto, passa, sobretudo, pela reversão das **desigualdades estruturais** que afetam a **população negra, as mulheres, as crianças e os povos tradicionais**. Os maiores gargalos concentram-se na **persistência da violência** — urbana e rural —, no **acesso desigual à saúde e educação**, e na **implementação de políticas estruturantes**. Por outro lado, a Bahia tem potencial para se **destacar nacionalmente** em áreas como a **agricultura familiar**, a **redução das desigualdades de renda e gênero**, e a **valorização das culturas e saberes tradicionais**. Os avanços recentes mostram que há capacidade de resposta, mas a transformação de médio e longo prazo dependerá de **políticas intersetoriais, e territorializadas**, voltadas à **equidade e à inclusão social**.

7. BAHIA. Tendências e cenários para a Bahia horizonte 2035: apoio à elaboração de cenário prospectivos para atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035. Salvador: PNUD (Macroplan); SEPLAN; SDE, 2023.

8. Possíveis Cenários Epidemiológicos para o Brasil em 2040. Fiocruz, 2021.

9. Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Secretaria Estadual de Saúde/BA. 2023

10. Planos de desenvolvimento sustentável e solidários (vários) e Plano de Atuação Integrada de Enfrentamento à Violência contra Povos e Comunidades Tradicionais. Governo da Bahia. 2023.

11. Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia (2022-2032).



Economia e competitividade

A Bahia se destaca como a **principal economia da Região Nordeste**, apresentando ativos relevantes em setores como agronegócio, agricultura familiar, energia limpa, turismo e economia criativa. No entanto, o Estado ainda enfrenta **obstáculos estruturais que limitam seu potencial competitivo**. A partir da análise de indicadores econômicos de políticas públicas espera-se evidenciar os desafios e as oportunidades que moldam o futuro do desenvolvimento econômico baiano.

Apesar da liderança regional, o PIB per capita da Bahia ainda corresponde a apenas 58% da média nacional, entre 2012 e 2023¹² — sinal de uma base produtiva que precisa avançar em complexidade, inovação e inclusão. O Estado tem potencial para integrar-se com mais força às cadeias produtivas regionais e globais, especialmente por meio da **robustez do agronegócio**¹³. A plataforma "Visão de Futuro do Agro Brasileiro", da Embrapa, destaca megatendências que impactarão diretamente o setor, incluindo **sustentabilidade, adaptação às mudanças climáticas, agrodigital, transformações no consumo, biorrevolução e governança aprimorada**¹⁴. Nesse cenário, a Bahia tem buscado consolidar uma **agropecuária baseada em sistemas sustentáveis**, resilientes e produtivos. O Plano ABC+Bahia (2023–2030) define como meta a recuperação de 0,085 milhões de hectares de pastagens degradadas, o que representa 0,28% da meta nacional¹⁵.

Ainda nessa esteira, destaca-se o papel da **agricultura familiar como vetor essencial de desenvolvimento econômico e sustentável no estado**. Responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, a agricultura familiar contribui para a **segurança alimentar**, a **geração de renda local** e a **preservação ambiental**. Além disso, é estratégica para a **transição agroecológica** e para o cumprimento das metas de adaptação climática, desde que fortalecida por políticas de crédito, assistência técnica, inovação e acesso a mercados, diretrizes contempladas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁶, que busca promover o desenvolvimento sustentável do meio rural e melhores condições de vida para as famílias agricultoras.

12. BAHIA. Diagnóstico Estratégico do PDI Bahia 2050. Dados elaborados pela Macroplan a partir de dados do IBGE e DATASUS. Salvador; Macroplan; SEPLAN.

13. BAHIA. Tendências e cenários para a Bahia horizonte 2035: apoio à elaboração de cenário prospectivos para atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035. Salvador: PNUD (Macroplan); SEPLAN; SDE, 2023.

14. Visão de Futuro do Agro Brasileiro. Embrapa. 2022.

15. Plano ABC+Bahia. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia. Salvador, 2023.

16. BAHIA. Decreto nº 3.991 de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Bahia, 2001.

Entretanto, gargalos de infraestrutura comprometem a competitividade estadual. A malha rodoviária, por exemplo, apresenta 12,9% dos trechos classificados como ruins ou péssimos, contra apenas 6,9% avaliados como ótimos¹⁷. A “Agenda do Setor Produtivo Baiano 2023–2026” **destaca a modernização da infraestrutura viária como uma ação estratégica para reduzir custos logísticos e ampliar a integração dos mercados regionais.**

No tocante às oportunidades, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) reconhece o potencial da região — e da Bahia em particular — de apresentar **vantagens competitivas consistentes com o novo paradigma de desenvolvimento**: potencial de biodiversidade, condições favoráveis para energias renováveis (eólica e solar), e diversidade cultural que fortalece a economia criativa¹⁸. Nesse contexto, o PRDNE propõe o fortalecimento das cidades intermediárias como âncoras de sistemas produtivos e inovativos, articulando ciência, tecnologia, educação, meio ambiente e inclusão.

O **turismo**, por sua vez, segue como uma das principais vocações econômicas do Estado. A Estratégia Turística da Bahia 4.0 propõe **consolidar o setor como atividade estratégica para a economia e a qualidade de vida**, com metas ambiciosas até 2030: elevar o turismo a 5% do PIB estadual e posicionar a Bahia como o 5º destino brasileiro em recepção de turistas internacionais¹⁹.

Há ainda **oportunidades** no que se refere ao aproveitamento de estratégias nacionais, como a proposta pela Nova Indústria Brasil (NIB), para o **desenvolvimento e consolidação dos interesses estratégicos da Bahia**. Suas seis missões — que incluem **agroindústria sustentável, infraestrutura verde, transformação digital, bioeconomia e tecnologias para soberania**²⁰ — sinalizam caminhos possíveis para a integração da economia baiana a uma agenda de inovação e sustentabilidade. Essa ambição também está refletida no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (2024–2028), que prevê R\$ 23 bilhões em investimentos para **fomentar o uso da IA** como motor do desenvolvimento produtivo²¹.

Assim, apesar dos avanços em setores-chave, a Bahia ainda enfrenta **entraves estruturais que limitam sua competitividade**, especialmente na **infraestrutura logística, na conectividade digital e na diversificação produtiva**. Os maiores desafios estão na **superação das desigualdades regionais** internas e no **reposicionamento da economia baiana** frente às transformações tecnológicas e ambientais em curso. Por outro lado, o Estado reúne condições favoráveis para se destacar como **referência nacional na transição agroecológica, na geração de energia limpa, na valorização da economia criativa e no turismo sustentável**. Com investimentos coordenados em inovação, infraestrutura e profissionalização, a Bahia pode assumir um papel de protagonismo no novo ciclo de desenvolvimento.

17. Agenda do Setor Produtivo Baiano. FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; FIEB. 2022.

18. Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Sudene. 2023.

19. Estratégia Turística Bahia 4.0 – 2020-2030. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. 2022.

20. Plano de Ação para a Neoindustrialização | 2024 – 2026. Governo Federal. 2025.

21. IA para o Bem de Todos – Proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024–2028. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2024.



Educação e formação cidadã

A **qualidade do ensino regular na Bahia ainda representa um desafio importante**. Embora tenha havido avanços graduais na última década, os resultados obtidos em avaliações nacionais permanecem abaixo das médias do país nos diferentes níveis da educação básica. **A taxa de analfabetismo segue em queda, mas ainda atinge uma parcela significativa da população adulta**, especialmente entre os que têm 15 anos ou mais.²²

Na educação infantil, **o acesso a creches e pré-escolas ainda está aquém das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE)**, que previa, até 2024, a ampliação da cobertura para a faixa etária de até três anos. Na Bahia, esse objetivo ainda não foi plenamente alcançado.²³ Por outro lado, observa-se um **crescimento consistente nas matrículas no ensino médio técnico**, refletindo tendências já mapeadas nos estudos de Cenários e Tendências do Estado, que apontam para a ampliação da oferta e da presença da educação profissional em diferentes territórios²⁴.

O Relatório executivo de monitoramento do Plano Estadual de Educação **aponta avanços significativos em áreas como Educação Integral, Educação Profissional e Educação Superior**, demonstrando crescimento importante ao longo da série histórica, especialmente nos anos mais recentes. No entanto, o documento também destaca temáticas que exigem atenção, como o **analfabetismo ainda presente na população** e o tempo médio de escolaridade dos baianos — desafios que demandam ações efetivas para garantir o direito pleno à educação para todos os cidadãos e cidadãs do estado²⁵.

No **Ensino Superior**, um dos principais desafios é ampliar a conexão entre a universidade e a sociedade, fortalecendo seu papel na formação cidadã. Nesse contexto, os Planos Estratégicos das principais universidades públicas da Bahia²⁶ convergem em torno de compromissos como a **garantia da permanência e do êxito acadêmico de um corpo discente cada vez mais diverso**, por meio de ações **afirmativas e políticas de inclusão social**. Tais medidas reforçam a universidade enquanto espaço de construção de cidadania, comprometido com a transformação da realidade social.

O acesso a iniciativas culturais, esportivas e de lazer são parte fundamental da formação cidadã, permitindo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, além de serem políticas fundamentais para também garantirem um envelhecimento saudável da população. No entanto, nota-se **a ausência de documentos (e metas) mais atualizados sobre a agenda da educação baiana**, bem como cultural e voltada para esporte e lazer. Reforça-se, portanto, a importância da geração de conhecimento atual e aprofundado sobre o tema, de modo a subsidiar debates e estratégias alinhadas com os desafios contemporâneos.

22. Bahia, Diagnóstico Estratégico do PDI Bahia 2050. Dados elaborados pela Macroplan a partir de dados da PNAD Contínua/IBGE.

23. Bahia, Diagnóstico Estratégico do Bahia 2050. Dados elaborados pela Macroplan a partir de dados do Censo Escolar/ INEP e DATASUS.

24. BAHIA. Tendências e cenários para a Bahia horizonte 2035: apoio à elaboração de cenário prospectivos para atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035. Salvador: PNUD (Macroplan); SEPLAN; SDE, 2023.

25. Relatório executivo monitoramento do PEE. Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2023.

26. Foram considerados os Planos da Universidade Estadual de Santa Cruz (2024-2028); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2022-2026); Universidade Estadual de Feira de Santana (2023-2027); e Universidade do Estado da Bahia (2023-2027)

#Insight 4



Meio ambiente, sustentabilidade e resiliência

Nos últimos anos, a Bahia passou a apresentar uma tendência contrária à regional e nacional com queda no percentual da população com acesso a saneamento adequado, ainda que historicamente a Bahia apresente **condições de saneamento melhores** do que a média da região Nordeste. Segundo dados do Censo 2022 (IBGE), apenas 52,2% da população baiana possui acesso aos serviços de saneamento básico, o equivalente a 6,7 milhões de pessoas sem acesso ao esgotamento sanitário por rede geral ou pluvial nem via fossa ligada à rede de esgoto. Além disso, os baixos índices de saneamento nas áreas rurais ainda é um fator que contribui para a manutenção dos índices de desigualdade no Estado e diminui sua resiliência no enfrentamento de crises e emergências climáticas. As metas do Plano Nacional de Saneamento Básico estabelecem que, até 2033, 92% dos domicílios brasileiros terão cobertura de esgotamento sanitário. Para a região Nordeste, a meta é de 85% dos domicílios²⁷.

Outro desafio ambiental é o **avanço do desmatamento no Estado da Bahia**, que segue na contramão da tendência nacional. O desmatamento da vegetação nativa avança rapidamente no Cerrado, especialmente na região do Matopiba²⁸. As florestas e vegetações são fundamentais para a regulação do clima local e para a proteção contra eventos extremos, como enchentes e deslizamentos.

A preservação das florestas, somada à rica diversidade de biomas existentes no Estado da Bahia, são oportunidades para **fortalecer o potencial da bioeconomia**, modelo de desenvolvimento que busca gerar valor econômico com menor impacto ambiental, através da utilização recursos biológicos renováveis. A bioeconomia tem ainda o potencial de trazer avanços no desenvolvimento produtivo do Estado, envolvendo o uso de conhecimento científico e tecnológico para transformar os recursos biológicos e geração empregos verdes²⁹.

A geração de riqueza e de empregos verdes é uma alternativa de desenvolvimento econômico que fortalece comunidades e regiões a se tornarem mais sustentáveis e mais resilientes. Ao mesmo tempo, novas formas de produzir alimentos, energia e produtos podem ainda contribuir para diminuir os **impactos ambientais do agronegócio e da mineração**, atividades econômicas que ainda integram a lista das principais responsáveis no aumento do desmatamento e da degradação ambiental.

Nesse contexto, **o fortalecimento de políticas públicas** voltadas à **bioeconomia**, aliado à ampliação do **acesso à água e ao saneamento**, pode ser um **motor importante para o desenvolvimento econômico e social** da Bahia.

27. Plano Nacional de Saneamento Básico. Ministério de Desenvolvimento Regional, 2019.

28. Brasil 2045: Construindo uma Potência Ambiental. Observatório do Clima, 2022.

29. The Bioeconomy to 2030: Designing a Policy Agenda, OCDE, 2009.

#Insight 5

Gestão e governança



O fortalecimento da cultura de planejamento e gestão, com base em uma visão sistêmica do Estado, é essencial para assegurar transparência e responsabilidade na execução das ações e no uso dos recursos públicos.

A **responsabilidade fiscal e a transparência** são ativos fundamentais para a atração de novos investimentos ao Estado — aspecto evidenciado pelo levantamento do SICONFI (2024), que apontou a Bahia como um dos 13 estados brasileiros a alcançar a nota máxima no índice de qualidade contábil e fiscal.³⁰ Vale destacar, contudo, que, apesar do grande crescimento recente (entre os anos de 2018 e 2020), o estado **ainda precisa evoluir na questão da transparência** para superação da média nacional e regional.³¹

O enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa são centrais para fortalecer a integridade institucional e a confiança da sociedade na gestão pública. Um exemplo desse compromisso é a meta do Plano Estratégico do Poder Judiciário da Bahia, que prevê, até 2026, priorizar a tramitação de processos sobre desvio de recursos e aperfeiçoar os mecanismos de controle interno e externo.³²

O Estado da Bahia se destaca pela experiência na implementação de Consórcios Públicos municipais, especialmente em áreas como a saúde, contribuindo para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços. No entanto, persistem desafios, como a **difículdade de coordenação e modernização da gestão pública, além da fragilidade das administrações municipais** — fatores que limitam tanto a efetividade das políticas setoriais quanto os avanços em transparência.

A continuidade de espaços de ampla participação social podem ser fortalecidos com a **ampliação de políticas e estratégias de governo digital e do uso de novas tecnologias**. Um exemplo de política é a Estratégia Bahia Digital, que até 2029 tem como meta disponibilizar o pleno uso da plataforma de serviços digitais integrados (ba.gov.br) para oferecimentos de serviços públicos de forma eficiente e integrada.³³

30. BAHIA, Diagnóstico Estratégico PDI Bahia 2050 com dados do SICONFI – Tesouro Nacional

31. BAHIA, Diagnóstico Estratégico PDI Bahia 2050 com dados da CGU – Escala Brasil Transparente.

32. Plano Estratégico do Poder Judiciário da Bahia (2021-2026). Poder Judiciário, 2021.

33. Estratégia Bahia Digital. Secretaria da Administração do Estado da Bahia, 2025.

Considerações importantes

Este mapeamento inclui documentos que contribuem de forma relevante para a formulação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia – PDI Bahia 2050. No entanto, alguns pontos exigem definição por parte do cliente para garantir consistência metodológica e clareza no uso futuro deste material.

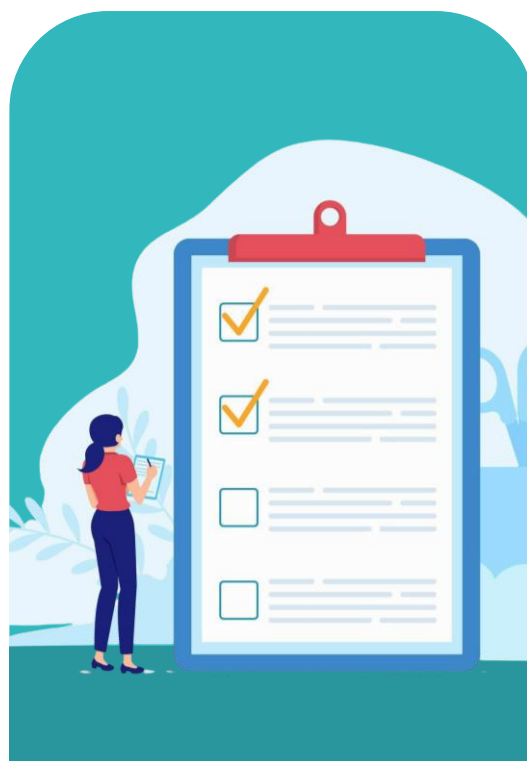
1. Documentos mais antigos: materiais com prazo de vigência expirado não foram incluídos. Contudo, alguns documentos deste levantamento possuem data de publicação mais distante em relação aos demais. Estes foram incorporados por apresentarem contribuições relevantes para determinados temas ou debates, mesmo estando parcialmente descolados do contexto atual. Nos casos em que não há determinação explícita de validade, cabe definição se esses documentos devem ser mantidos como referência ou não. Entre os exemplos estão: planos de desenvolvimento sustentável e solidário, Planos territoriais de turismo, Plano aeroviário, Plano Diretor de Logística, entre outros.

2. Produção de múltiplas instâncias/instituições: em alguns casos, há documentos que apresentam produções elaboradas por diversos órgãos. Procurou-se contemplar as principais responsáveis, mas recomenda-se que seja avaliada a inclusão ou substituição da instituição responsável. Um exemplo são os planos de desenvolvimento sustentável e solidário.

3. Documentos base da atualização do PDI 2050: Poderão ser incluídos documentos recentes para apoio à atualização da estratégia, como os estudos de Cenários e Tendências, bem como seus respectivos diagnósticos. Para tanto, solicita-se à Seplan a definição sobre quais desses materiais poderão ser tornados públicos.

4. Etiquetas sinalizadoras: para facilitar as principais contribuições dos documentos para a formulação da estratégia, foram aplicadas etiquetas indicativas aos documentos mapeados. Estas etiquetas não seguem uma classificação rígida, e um mesmo documento pode conter mais de uma. A seguir, a lógica utilizada:

- **Visão de futuro:** materiais com caráter prospectivo, voltados ao longo prazo, com abordagem estruturante sobre temas estratégicos para a Bahia. Inclui planejamentos temáticos de longo prazo, que não são necessariamente institucionais.
- **Objetivos e metas:** documentos com horizonte estendido (cerca de 10 anos), voltados a temas de interesse para o Estado, com definição de metas e foco setorial mais amplo.
- **Estratégias:** conteúdos mais específicos, de curto a médio prazo, com recorte temático claro e orientações operacionais.
- **Carteira de projetos:** documentos voltados à execução, com identificação de investimentos e potenciais projetos estruturantes.





3

Resumos Executivos dos documentos

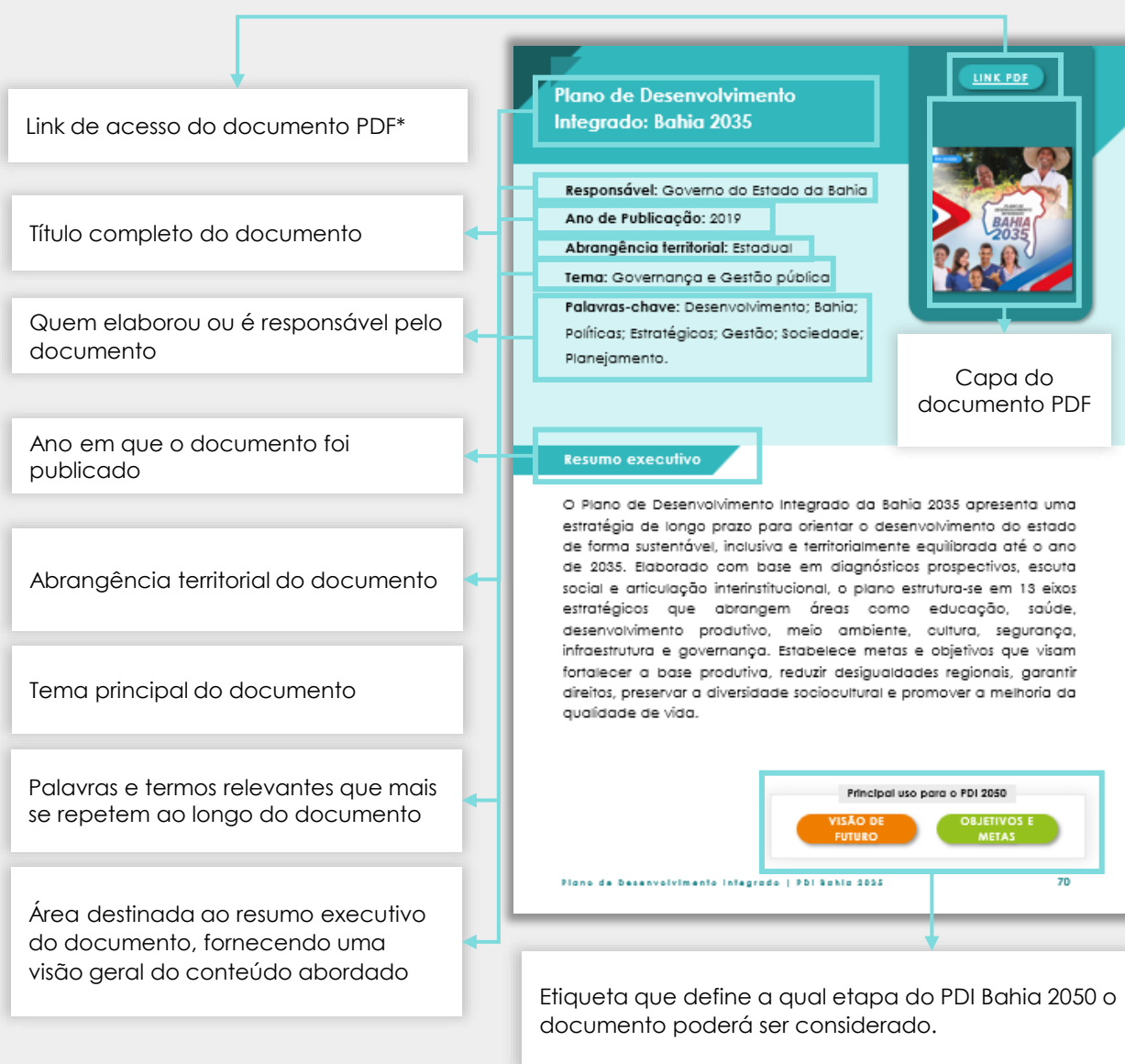
Cada documento é apresentado em formato de uma ficha técnica que abrangerá:

Dados bibliográficos do material, como instituição responsável, título do documento, ano de publicação, link para acesso ao material, entre outros;

Resumo-Executivo, no qual será apresentado um breve resumo da iniciativa com os principais destaques;

Etiqueta, que faz referência a qual etapa do PDI Bahia 2050 o documento mapeado poderá ser considerado.

Fichamento de cada documento incluído



*Todos os links foram inseridos em suas respectivas fichas no mês de maio de 2025, de forma que a atualização depende da manutenção de cada documento. Os materiais foram hospedados provisoriamente em um servidor próprio da Macroplan para garantir o acesso rápido através do link disponibilizado.



3.1

Planos e Políticas

Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia

Responsável: Governo do Estado da Bahia

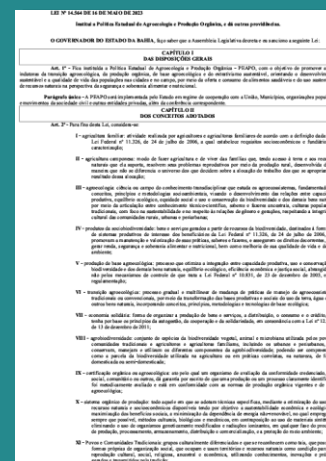
Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Agroecologia; Produção

Orgânica; Agricultura Familiar; Sustentabilidade; Segurança Alimentar



Resumo executivo

A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia estabelece diretrizes para fomentar sistemas agroalimentares sustentáveis, integrando práticas produtivas ecológicas, inclusão socioprodutiva e segurança alimentar. Estruturada em eixos como fortalecimento da produção orgânica, acesso a mercados, pesquisa, assistência técnica e transição agroecológica, a política contempla ações intersetoriais e participativas, com ênfase na valorização da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais e na equidade de gênero e geração. O Estado da Bahia figura como coordenador da política, articulando diferentes órgãos e instâncias de governança, com foco na soberania alimentar, na conservação ambiental e na justiça socioeconômica.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ano de Publicação: 2010

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Assistência Técnica; Extensão Rural; Agricultura Familiar; Reforma Agrária; Sustentabilidade; Inclusão Social; Desenvolvimento Territorial



Resumo executivo

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural visa fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária por meio de um modelo público, gratuito e contínuo de apoio técnico. Estruturada com base em princípios de equidade, desenvolvimento sustentável, inclusão social e respeito à diversidade dos territórios, a política tem como eixos a produção sustentável, a segurança alimentar, a organização social e o fortalecimento da cidadania no campo. Executada via Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, envolve cooperação entre União, Estados, Municípios e organizações sociais, com ênfase na gestão descentralizada, no controle social e na valorização do conhecimento local.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano ABC+ Bahia 2020-2030

Responsável: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Agropecuária sustentável; Baixa emissão de carbono; Mudanças climáticas; Bioeconomia; Sustentabilidade rural.



Resumo executivo

O Plano ABC+ Bahia 2023–2030 propõe uma política estratégica estadual para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e consolidar uma economia de baixa emissão de carbono no setor agropecuário, alinhada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Coordenado pela SEAGRI e estruturado com a participação de 23 instituições públicas e privadas, o plano apresenta metas ambiciosas em oito frentes tecnológicas, como recuperação de pastagens degradadas, ampliação do plantio direto, sistemas agroflorestais, florestas plantadas e uso de bioinsumos. O documento delineia um conjunto robusto de estratégias integradas com políticas estaduais já existentes e evidencia o protagonismo do Estado na agenda agroambiental brasileira, articulando produtividade, sustentabilidade, inovação e valorização socioeconômica do meio rural.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Responsável: Ministério do Desenvolvimento

Agrário

Ano de Publicação: 2001

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Agricultura Familiar;

Desenvolvimento Sustentável; Crédito Rural;

Assistência Técnica; Inclusão Social;

Comunidades Tradicionais



Resumo executivo

O Decreto nº 3.991/2001 institui o PRONAF como política pública estratégica para o desenvolvimento sustentável do meio rural, promovendo aumento da produção, geração de renda e inclusão social de agricultores familiares. A iniciativa articula ações entre União, Estados, Municípios, sociedade civil e agricultores, com foco em crédito, assistência técnica, infraestrutura e inserção no mercado. O programa contempla atividades agrícolas e não-agrícolas, respeita especificidades regionais e prioriza grupos vulneráveis como mulheres, jovens e comunidades tradicionais. A coordenação nacional cabe à Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, com gestão descentralizada e participação social estruturada via conselhos.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Inova Cacau 2030: estratégias para fomentar o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil

[LINK PDF](#)



Responsável: Ministério da Agricultura e Pecuária

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Cacau; Produção; Produtores; Governança; Brasil; Qualidade; Sustentável; Desenvolvimento.

Resumo executivo

O Plano Inova Cacau 2030 apresenta uma estratégia integrada para promover o desenvolvimento territorial sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil, com foco na recuperação da produtividade, inclusão social e conservação ambiental, de modo a tornar o Brasil líder em produção sustentável de cacau. O plano reúne dezenas de ações orientadas para assistência técnica, crédito rural, inovação tecnológica, empreendedorismo feminino e jovem, combate ao trabalho infantil, rastreabilidade e certificações, além do fortalecimento do cooperativismo e das boas práticas agroflorestais. O plano, ainda, tendo como objetivo central a expansão sustentável da produção do cacau prevê ações que associam a produção de cacau à conservação de biomas como a Mata Atlântica e a Amazônia.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Política Urbana do Estado da Bahia

Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Política urbana; Planejamento integrado; Mobilidade urbana; Saneamento básico; Cidades resilientes



Resumo executivo

A Política Urbana do Estado da Bahia consolida diretrizes estratégicas para orientar a ação pública sobre o território urbano, com foco na redução das desigualdades socioespaciais, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da gestão democrática. Estruturada em dezesseis macrodiretrizes, a política propõe intervenções integradas nos campos da habitação, mobilidade, saneamento, desenvolvimento econômico, cultura, proteção ambiental, inclusão produtiva e planejamento urbano. O documento articula os desafios territoriais do estado à Agenda 2030 da ONU e destaca a importância de cidades resilientes, inclusivas e sustentáveis. A formulação se baseou em ampla escuta territorial e institucional, com participação de prefeituras, movimentos sociais, técnicos e universidades. O Estado exerce papel coordenador e indutor, promovendo a governança multinível e o fortalecimento das capacidades municipais no enfrentamento dos problemas urbanos contemporâneos.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste | 2024 – 2027

[LINK PDF](#)

Responsável: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Regional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Agricultura familiar; Inovação; Caatinga, Semiárido, Sustentabilidade.



Resumo executivo

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste 2024–2027, coordenado pela SUDENE, propõe uma estratégia territorial integrada para enfrentar as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento sustentável da região. Com estrutura multidimensional, o plano articula sete eixos estratégicos e mais de cem diretrizes nas dimensões econômica, social, ambiental, educacional, institucional, de ciência e tecnologia e infraestrutura. Prioriza ações para a diversificação produtiva, a valorização da biodiversidade, a agricultura familiar, o fortalecimento das cadeias regionais e o aproveitamento das potencialidades territoriais como o Semiárido, a Caatinga e o litoral. A proposta enfatiza a inovação como vetor de transformação, aliada a uma governança participativa.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Planejamento Estratégico da Bahia Pesca | 2023 – 2026

Responsável: Secretaria de Agricultura, Irrigação, Pesca e Aquicultura e Bahia Pesca

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Pesca artesanal; Aquicultura; Desenvolvimento regional; ATER; Inovação rural; Bahia Pesca; Inclusão produtiva



Resumo executivo

O Plano estabelece um conjunto integrado de diretrizes para impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável por meio da pesca e aquicultura. O plano organiza metas e ações em quatro perspectivas – sociedade, processos, aprendizado e finanças – com foco na ampliação da produção pesqueira, fortalecimento das cadeias produtivas, inclusão socioprodutiva e capacitação técnica dos colaboradores. As propostas contemplam reativação de unidades de beneficiamento, uso de tecnologias adaptadas a territórios semiáridos, assistência técnica e extensão rural (ATER), além de ações voltadas ao cooperativismo, inovação e comunicação institucional. O enfoque territorial é reforçado por metas regionalizadas.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Convivência com o Semiárido | 2020 – 2029

[LINK PDF](#)

Responsável: Grupo Governamental de Convivência com o Semiárido

Ano de Publicação: 2020

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Semiárido; Segurança hídrica; Agricultura familiar; Acesso à terra; Inclusão produtiva; Comunidades tradicionais.



Resumo executivo

O Plano Estadual de Convivência com o Semiárido da Bahia 2020–2029 constitui um instrumento de planejamento intersetorial voltado à promoção de um modelo sustentável de desenvolvimento territorial, para a valorização da agricultura familiar, da sociobiodiversidade e dos saberes tradicionais. Fruto de intensa participação social, o plano articula 28 macro-objetivos e 168 ações organizadas em cinco grandes eixos temáticos, com foco no acesso à terra, à água, à energia e à moradia, bem como na dinamização das economias locais e na ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos. A proposta supera o paradigma histórico de combate à seca e se ancora na lógica da convivência com o semiárido, priorizando políticas de regularização fundiária, agroecologia, assistência técnica, turismo sustentável e educação integral e contextualizada (nos âmbitos do ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, alimentação escolar).

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Estratégico do Ministério de Agricultura e Pecuária | 2020 – 2031

[LINK PDF](#)

Responsável: Ministério da Agricultura e Pecuária

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Ordenamento fundiário; Inovação agropecuária; Inclusão produtiva, Sustentabilidade; Agronegócio



Resumo executivo

O Plano Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2020–2031) define um roteiro de desenvolvimento territorial e rural baseado na valorização das cadeias produtivas agropecuárias sustentáveis, na inclusão de pequenos e médios produtores e na redução das desigualdades regionais. Com foco em inovação, agregação de valor e regularização fundiária, o plano propõe ações integradas de assistência técnica, crédito rural, conservação de recursos naturais e modernização tecnológica. As estratégias são guiadas por 24 objetivos organizados em quatro camadas (infraestrutura e aprendizagem, processos internos, resultados para público-alvo e resultados para sociedade), com forte orientação para metas de longo prazo, ampliação de mercados e geração de renda no meio rural.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Planejamento Estratégico para a Agropecuária Baiana | 2010 – 2030

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Ano de Publicação: 2010

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Sustentável; Logística Rural; Inclusão Produtiva; Cadeias Produtivas; Regularização Fundiária; Segurança Alimentar



Resumo executivo

O Plano Estratégico para a Agropecuária Baiana estabelece uma visão de futuro para o setor como vetor central do desenvolvimento sustentável do estado. Elaborado a partir de um processo participativo envolvendo mais de 800 representantes de 20 cadeias produtivas prioritárias, o plano articula diretrizes voltadas à elevação da capacidade produtiva, ampliação de mercados, equilíbrio financeiro, logística, defesa agropecuária e geração de conhecimento. Propõe ações estruturantes para qualificação profissional, assistência técnica, crédito, certificação de produtos, regularização fundiária, integração logística e inovação tecnológica, com foco especial na agricultura familiar e nos territórios de menor dinamismo econômico.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Política Territorial do Estado da Bahia

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2003

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Política Territorial; Territórios de Identidade; Desenvolvimento Regional



Resumo executivo

A Política Territorial do Estado da Bahia estabelece uma estratégia de desenvolvimento baseada nos Territórios de Identidade como unidades de planejamento, visando desconcentrar a riqueza e promover justiça territorial. Estruturada com base na participação social, articulação institucional e valorização das especificidades regionais, a política conta com instrumentos como os Colegiados Territoriais, a Escuta Social, os Planos Plurianuais Participativos, os Consórcios Públicos e os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável. Com apoio legal e administrativo, busca integrar ações de diferentes níveis de governo e setores sociais, ampliando a efetividade das políticas públicas. A Agenda Territorial da Bahia (AG-TER) reforça esse enfoque com iniciativas voltadas à dinamização econômica e inclusão produtiva regional.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Costa do Descobrimento

[LINK PDF](#)

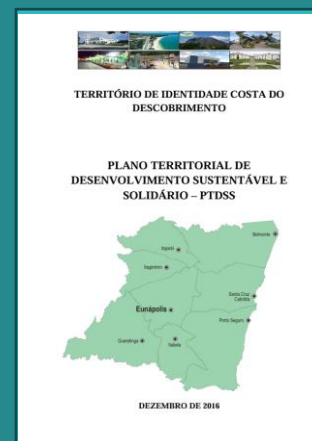
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Regularização fundiária; Participação social



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Costa do Descobrimento estrutura ações para promover um modelo de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida para toda a população, especialmente para as mais pobres das áreas rurais, e que assegure a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais, com foco em quatro eixos: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso à Terra; Infraestrutura e Serviços Públicos; Organização Social e Cidadania. Elaborado de forma coletiva com forte participação social, o plano articula políticas públicas voltadas à valorização da agricultura familiar, regularização fundiária, formação técnica, preservação ambiental e fortalecimento da governança local. Também são priorizadas ações para combate à desigualdade, inclusão de povos tradicionais, desenvolvimento do turismo e geração de trabalho e renda. O Estado atua como articulador, com apoio de instituições públicas e organizações sociais. O plano propõe metas de médio e longo prazo, com enfoque na sustentabilidade ambiental, na diversidade cultural e na coesão territorial.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Piemonte do Paraguaçu

[LINK PDF](#)

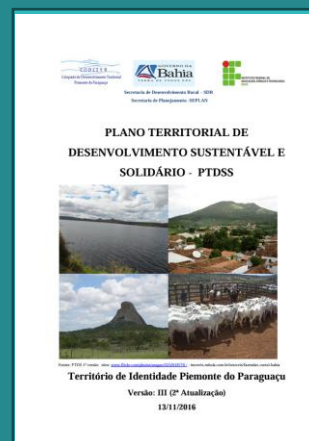
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;
Agricultura familiar; Sustentabilidade;
Participação social



Resumo executivo

O plano territorial do Piemonte do Paraguaçu propõe um modelo de desenvolvimento baseado em ampla participação social, integrando poder público e sociedade civil na construção de estratégias voltadas à inclusão produtiva, acesso à terra, formação cidadã, infraestrutura e gestão hídrica. Estruturado em cinco eixos, o plano contempla mais de 100 metas que priorizam agricultura familiar, economia solidária, educação contextualizada, valorização da cultura local e enfrentamento das desigualdades. As ações visam fortalecer cadeias produtivas, ampliar políticas públicas e garantir equidade para mulheres, juventude, povos tradicionais e população em situação de vulnerabilidade. O Estado atua como articulador institucional, apoiando a consolidação de políticas territoriais e fomentando a autonomia local. A governança se baseia em colegiados e câmaras temáticas, com instâncias de monitoramento e avaliação contínua das ações.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;
Agricultura familiar; Sustentabilidade;
Infraestrutura rural



Resumo executivo

O plano territorial do Sertão Produtivo define estratégias para promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário em 20 municípios da Bahia. Estruturado em quatro eixos – inclusão socioproductiva, estrutura fundiária, formação cidadã e infraestrutura –, o documento resulta de um processo participativo, envolvendo colegiados, câmaras temáticas e representantes da sociedade civil e do poder público. As ações propostas visam fortalecer a agricultura familiar, promover justiça social, preservar o meio ambiente, ampliar o acesso à terra, melhorar os serviços públicos e valorizar as culturas locais. Destacam-se iniciativas de capacitação, projetos para juventude, mulheres e comunidades tradicionais, e incentivo à economia solidária. O Estado assume papel de articulador, coordenando políticas públicas junto a instituições regionais. O plano prevê metas para oito anos, conectando planejamento estratégico e ações operacionais para reduzir desigualdades e melhorar as condições de vida no território.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Médio Sudoeste

[LINK PDF](#)

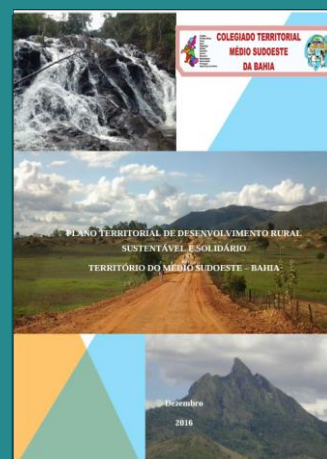
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Sustentabilidade; Planejamento rural; Infraestrutura



Resumo executivo

O plano do Médio Sudoeste da Bahia propõe um modelo de desenvolvimento rural com base na inclusão produtiva, equidade social e fortalecimento da agricultura familiar. Estruturado em quatro eixos – produção e meio ambiente, formação cidadã, acesso à terra e infraestrutura –, o documento foi construído de forma participativa, com envolvimento de comunidades tradicionais, juventude e poder público. Aponta desafios como a concentração fundiária, degradação ambiental, insegurança alimentar e baixa oferta de serviços públicos, propondo ações como transição agroecológica, fortalecimento de cadeias produtivas, políticas de regularização fundiária, qualificação da educação e valorização da cultura local. O Estado atua como articulador, promovendo políticas integradas. O plano prevê metas de médio e longo prazo, com sistemas de monitoramento e gestão social baseados na transparência e participação coletiva.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Litoral Sul

[LINK PDF](#)

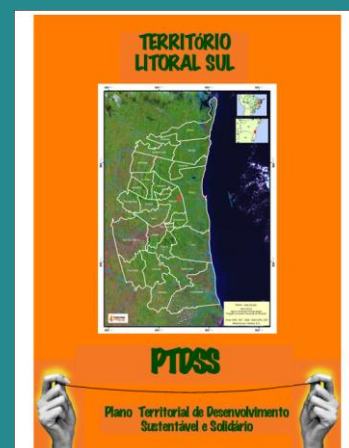
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Sustentabilidade; Infraestrutura rural; Inclusão social; Equilíbrio Ambiental



Resumo executivo

O plano territorial do Litoral Sul define um percurso de desenvolvimento articulado à realidade local, centrando-se na valorização da agricultura familiar, na economia solidária e na conservação ambiental. O documento combina diagnóstico técnico com escuta social ativa, e propõe ações em quatro frentes integradas: produção inclusiva, acesso fundiário, formação cidadã e qualificação da infraestrutura. Suas propostas priorizam o fortalecimento das cadeias produtivas locais, políticas de regularização da terra, incentivo à agroecologia, difusão cultural e melhoria dos serviços públicos. Mulheres, juventudes e povos tradicionais são reconhecidos como agentes estratégicos no processo. A gestão do plano é compartilhada, com instâncias colegiadas que garantem acompanhamento social e transparência das decisões. O Estado atua como articulador das políticas públicas, promovendo cooperação federativa e integração entre os municípios. O horizonte de atuação é de médio e longo prazo, com foco em inclusão social e equilíbrio ambiental.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Sisal

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Sustentabilidade; Inclusão produtiva; Educação do campo



Resumo executivo

O plano territorial do Sisal apresenta uma proposta de desenvolvimento sustentável articulada à realidade rural da região, com foco na agricultura familiar, inclusão produtiva e fortalecimento das cadeias locais. O documento foi construído coletivamente, com expressiva mobilização social em oficinas e grupos de trabalho. As estratégias se organizam em quatro eixos principais: economia e meio ambiente, estrutura fundiária, cidadania e infraestrutura. Entre as ações destacam-se o incentivo à agroecologia, políticas de regularização da terra, educação contextualizada, valorização cultural e promoção da equidade. A juventude, as mulheres e os povos tradicionais ocupam papel central na construção das soluções territoriais. A governança é fortalecida por fóruns e colegiados regionais, assegurando controle social e planejamento participativo. O Estado exerce função articuladora, promovendo integração institucional e apoio técnico para consolidar um modelo de desenvolvimento baseado em justiça social, diversidade e sustentabilidade.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Chapada Diamantina

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;

Agricultura familiar; Turismo sustentável;

Comunidades tradicionais



Resumo executivo

O plano territorial da Chapada Diamantina define diretrizes de desenvolvimento sustentável com base em uma leitura aprofundada das dimensões socioeconômica, ambiental, cultural e institucional do território. A proposta é fruto de um amplo processo participativo e apresenta cinco eixos de ação: inclusão produtiva, acesso à terra, formação cidadã, infraestrutura pública e gestão ambiental. Prioriza-se o fortalecimento da agricultura familiar, valorização das comunidades tradicionais, transição agroecológica, turismo sustentável e ampliação das políticas públicas. O plano inclui mais de 100 metas, com foco na redução das desigualdades, justiça social, segurança hídrica e melhoria da qualidade de vida. A governança ocorre por meio de colegiados territoriais e comissões de monitoramento. O Estado atua como articulador estratégico, promovendo a integração entre as esferas de governo e a participação social no planejamento e na execução das ações.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território de Irecê

[LINK PDF](#)

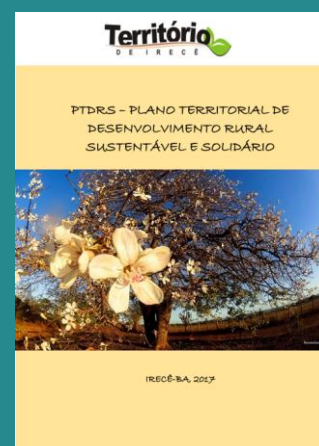
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Formação cidadã.



Resumo executivo

O plano de desenvolvimento rural sustentável do Território de Irecê propõe estratégias integradas para fortalecer a agricultura familiar, promover a inclusão produtiva e ampliar o acesso a políticas públicas, com foco na equidade e na sustentabilidade. Estruturado em quatro eixos — Desenvolvimento econômico e ambiental, estrutura fundiária, formação cidadã e serviços públicos —, o documento foi elaborado com ampla participação social e apresenta mais de 100 metas. As ações priorizam a transição agroecológica, a regularização da terra, a educação e o fortalecimento das cadeias produtivas locais, com atenção especial a mulheres, juventudes e povos tradicionais. O plano busca superar desigualdades históricas e ampliar oportunidades no campo. O Estado atua como coordenador das políticas, promovendo a articulação institucional e apoiando a governança territorial por meio de colegiados e fóruns locais de deliberação.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Piemonte Norte do Itapicuru

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

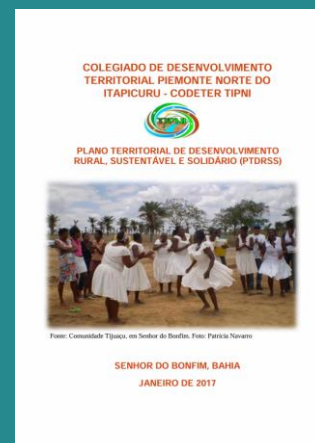
Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;

Agricultura familiar; Igualdade de gênero;

Comunidades tradicionais



Resumo executivo

O plano territorial do Piemonte Norte do Itapicuru organiza ações estratégicas para transformar o desenvolvimento rural da região com base em inclusão produtiva, sustentabilidade e justiça social. Elaborado com forte participação social, o documento articula cinco grandes frentes: dinamização econômica com respeito ambiental, acesso fundiário, formação cidadã, serviços públicos e gestão dos recursos hídricos. Entre as prioridades estão o estímulo à agroecologia, a valorização da agricultura familiar, a regularização da terra, o reconhecimento das identidades culturais e o fortalecimento da governança local. O planejamento propõe mais de 100 metas voltadas à qualificação da infraestrutura, ao protagonismo de mulheres e juventudes, e à ampliação do acesso às políticas públicas. A execução é sustentada por colegiados e comitês temáticos, com apoio técnico de universidades. O Estado exerce papel de articulador, promovendo integração federativa e acompanhamento contínuo das ações.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Itaparica

[LINK PDF](#)

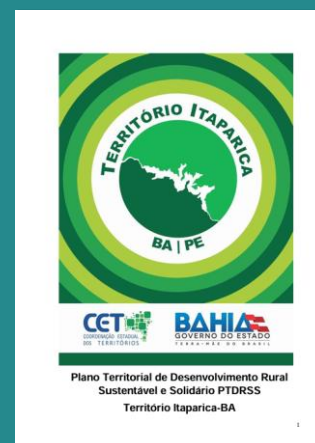
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Justiça socioambiental; Comunidades tradicionais



Resumo executivo

O plano territorial do Itaparica orienta o desenvolvimento rural sustentável por meio de estratégias voltadas à inclusão socioprodutiva, valorização ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Elaborado com forte participação social, o documento estrutura-se em cinco eixos: economia e meio ambiente, acesso à terra, formação cidadã, serviços públicos e gestão hídrica. Apresenta 107 projetos com metas para recuperação da caatinga, ampliação da agroecologia, regularização fundiária, educação e fortalecimento de povos tradicionais e comunidades reassentadas. Destaca-se a criação de experiências de referência para a convivência sustentável com o semiárido. O Estado assume papel articulador, promovendo integração federativa e incentivando a governança local por meio de colegiados e fóruns territoriais. A proposta reconhece os impactos históricos das barragens e busca soluções integradas para superar desigualdades e promover justiça socioambiental.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Recôncavo

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Cultura local; Juventude rural



Resumo executivo

O plano territorial do Recôncavo propõe um percurso de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com horizonte até 2026, fundamentado na participação social e na integração de políticas públicas. A estratégia articula quatro frentes de ação: inclusão produtiva, regularização fundiária, cidadania ativa e qualificação dos serviços públicos. Suas metas priorizam a agricultura familiar, a transição agroecológica, o turismo cultural e a valorização das expressões identitárias locais. O documento destaca o protagonismo de juventudes, mulheres e comunidades tradicionais, propondo ações para redução de desigualdades e ampliação da cidadania rural. A qualificação da assistência técnica, o fortalecimento das cadeias produtivas e a promoção da cultura são elementos centrais. A execução do plano conta com governança territorial estruturada em colegiados, com monitoramento social contínuo. O Estado assume papel articulador das políticas, promovendo sinergia entre as esferas de governo e a sociedade civil.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Metropolitano de Salvador

[LINK PDF](#)

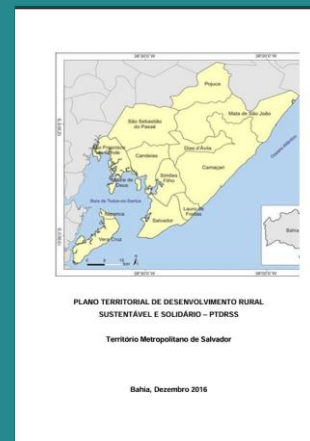
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Juventude; Comunidades tradicionais; Economia solidária



Resumo executivo

O plano territorial do território metropolitano de Salvador articula uma proposta de desenvolvimento rural sustentável voltada à inclusão socioprodutiva, à justiça social e à valorização dos grupos populares inseridos em um contexto urbano-rural. Com base em quatro eixos — economia e meio ambiente, acesso à terra, cidadania e serviços públicos —, o documento reconhece a diversidade social e cultural da região e propõe estratégias que contemplam agricultura familiar, economia solidária, juventude rural, igualdade de gênero e comunidades tradicionais. A construção do plano contou com participação ativa de representantes locais em oficinas, fóruns e colegiados. A proposta busca integrar políticas públicas e qualificar a atuação dos entes federativos, promovendo soluções intersetoriais para desafios como insegurança alimentar, exclusão social e degradação ambiental. O Estado exerce papel coordenador, fortalecendo a governança local e articulando instituições em torno de um modelo de desenvolvimento territorial inclusivo.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Piemonte da Diamantina

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Cultura local; Juventude rural; Comunidades tradicionais



Resumo executivo

O plano territorial do Piemonte da Diamantina define estratégias integradas para promover o desenvolvimento sustentável e solidário na região, com foco na agricultura familiar, inclusão produtiva, valorização cultural e justiça social. Estruturado em cinco eixos – desenvolvimento econômico e ambiental, acesso à terra, formação cidadã, serviços públicos e gestão hídrica – o documento resulta de construção participativa com forte atuação de colegiados, câmaras temáticas e organizações da sociedade civil. Propõe mais de 100 metas distribuídas entre agroecologia, regularização fundiária, cultura popular, educação, juventude, gênero, turismo sustentável, economia solidária e fortalecimento da governança. O plano enfatiza a proteção ambiental e o uso racional dos recursos, com foco na convivência com o semiárido e inclusão de comunidades tradicionais. O Estado exerce papel articulador das políticas públicas e da gestão participativa no território.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Paramirim

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento rural;
Agricultura familiar; Regularização fundiária;
Juventude rural; Educação do campo



Resumo executivo

O plano territorial da Bacia do Paramirim apresenta diretrizes para o desenvolvimento sustentável e solidário da região, estruturado em quatro eixos: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso à Terra; Formação e Organização Social; e Infraestrutura e Serviços Públicos. Com base em ampla participação social, o plano propõe mais de 100 metas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, regularização fundiária, inclusão produtiva, cultura local e melhoria dos serviços públicos. Também contempla ações para acesso à água, educação do campo, juventude rural e comunidades tradicionais. A governança é conduzida pelo colegiado territorial, com acompanhamento técnico e instâncias de monitoramento. O Estado exerce papel de articulação institucional, promovendo a integração das políticas públicas e assegurando a efetividade das ações propostas.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Grande

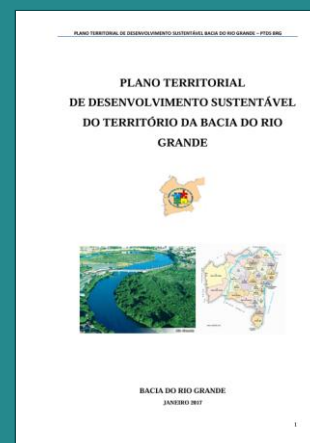
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;
Cadeias produtivas; Sustentabilidade;
Agroecologia



Resumo executivo

O plano territorial da Bacia do Rio Grande estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável da região com base em seis eixos estratégicos: diversificação e adensamento das cadeias produtivas com inclusão socioproductiva; gestão e recuperação ambiental; estrutura fundiária e acesso à terra; formação e organização social; ampliação da infraestrutura social e urbana; e expansão da infraestrutura econômica e logística. Elaborado de forma participativa, o plano propõe ações integradas para fortalecer a agricultura familiar, promover a agroecologia, ampliar políticas de educação, saúde e saneamento, e valorizar comunidades tradicionais e juventude rural. A proposta busca reduzir desigualdades territoriais, ampliar oportunidades e preservar os recursos naturais. A gestão é conduzida por colegiados locais, com acompanhamento técnico e articulação entre entes federativos. O Estado atua como coordenador institucional, assegurando a integração de políticas públicas e o fortalecimento da governança democrática.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Sertão do São Francisco

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2018

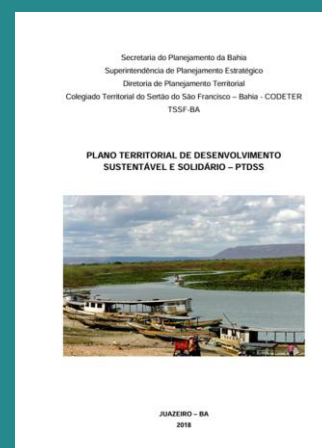
Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;

Agricultura familiar; Sustentabilidade;

Infraestrutura



Resumo executivo

O plano territorial do Sertão do São Francisco propõe estratégias integradas de desenvolvimento sustentável e solidário para os municípios do território, articuladas em quatro eixos: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Governança Fundiária e Acesso à Terra; Formação Cidadã e Organização Social; e Infraestrutura e Serviços Públicos. Com base em um processo participativo e na escuta ativa de diferentes segmentos sociais, o plano apresenta metas voltadas à agroecologia, regularização fundiária, acesso à água, saúde, educação contextualizada, cultura local e fortalecimento das cadeias produtivas. A proposta valoriza juventude, mulheres e povos tradicionais, buscando superar desigualdades históricas e ampliar as oportunidades territoriais. O Estado exerce papel de articulação institucional, enquanto a governança é liderada pelo colegiado territorial, com apoio de comissões temáticas e instituições regionais.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá

[LINK PDF](#)

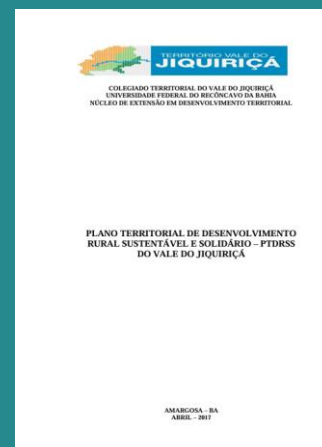
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;
Diversidade geoclimática; Agroecologia;
Educação do campo



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Vale do Jiquiriçá estabelece diretrizes para um processo contínuo de planejamento e gestão participativa, visando à superação das desigualdades regionais por meio da inclusão socioproductiva, valorização cultural e fortalecimento institucional. Construído com ampla mobilização social e apoio técnico da universidade pública, o plano se estrutura em quatro eixos: desenvolvimento ambiental, sociocultural e educacional, socioeconômico com inclusão produtiva e político-institucional. O território apresenta forte diversidade geoclimática, desafios socioeconômicos e elevada dependência de programas de transferência de renda. As ações propostas buscam reverter o êxodo rural, garantir educação e formação cidadã, promover a agroecologia e fomentar uma governança mais eficiente e participativa. A política proposta enxerga o Estado como agente articulador e a sociedade civil como protagonista do desenvolvimento sustentável.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia

[LINK PDF](#)

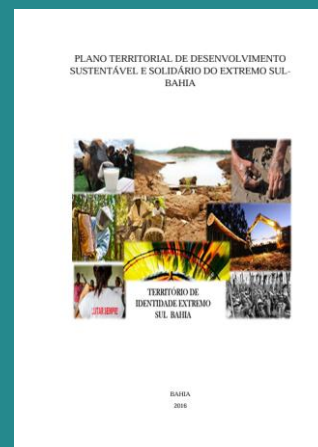
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;
Agricultura familiar; Economia solidária;
Agroecologia; Diversidade cultural



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia delineia um processo participativo que busca fortalecer a gestão social e o protagonismo dos atores locais. Com base em amplo diagnóstico territorial e experiências anteriores, o plano estrutura-se em quatro dimensões — socioeconômica, sociocultural e educacional, ambiental e político-institucional — e propõe ações para superar a pobreza, ampliar a inclusão produtiva e valorizar práticas sustentáveis. As principais frentes incluem o combate à monocultura excludente, fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária, acesso a serviços públicos de qualidade e proteção de biomas como a Mata Atlântica. O Estado atua como articulador da política territorial, estimulando a governança democrática, a transparência e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na melhoria das condições de vida e na valorização da identidade regional.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Litoral Norte e Agreste Baiano

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

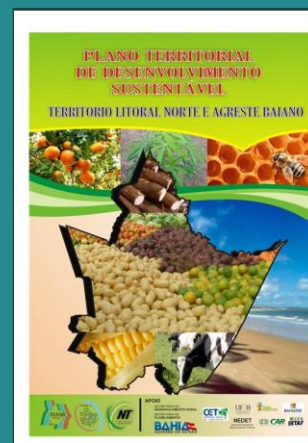
Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;

Agricultura familiar; Juventude rural;

Comunidades tradicionais



Resumo executivo

O plano territorial do Litoral Norte e Agreste Baiano apresenta diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável, com foco na valorização da agricultura familiar, na inclusão socioprodutiva e na preservação ambiental. Elaborado com forte participação social e apoio técnico da universidade pública, o documento estrutura-se em quatro eixos estratégicos: desenvolvimento econômico e ambiental, acesso à terra, cidadania e infraestrutura. As ações priorizam agroecologia, regularização fundiária, qualificação da educação, turismo sustentável e fortalecimento das expressões culturais locais. O plano contempla mais de 100 metas, com atenção especial a mulheres, juventude e povos tradicionais. A governança territorial se organiza por meio do colegiado e câmaras temáticas, com instâncias de deliberação e monitoramento. O Estado exerce papel articulador das políticas públicas, promovendo integração institucional e planejamento de longo prazo com base em equidade e sustentabilidade.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul

[LINK PDF](#)



Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2018

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agroindústria; Acesso à Terra; Infraestrutura

Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Baixo Sul da Bahia estrutura-se em quatro eixos: desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva; estrutura fundiária e acesso à terra; formação cidadã e organização social; e infraestrutura e serviços públicos. Elaborado com ampla participação social, o plano apresenta metas para fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, industrialização de produtos locais, regularização fundiária, educação, saúde, mobilidade e cultura. Valoriza juventude, mulheres e comunidades tradicionais, propondo ações de etnodesenvolvimento e fortalecimento de cadeias produtivas regionais. O colegiado territorial lidera o monitoramento e gestão do plano, em articulação com o poder público. O Estado atua como articulador e apoiador técnico e financeiro. A proposta promove a organização social e busca garantir o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento integrado do território.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Semiárido Nordeste II

[LINK PDF](#)

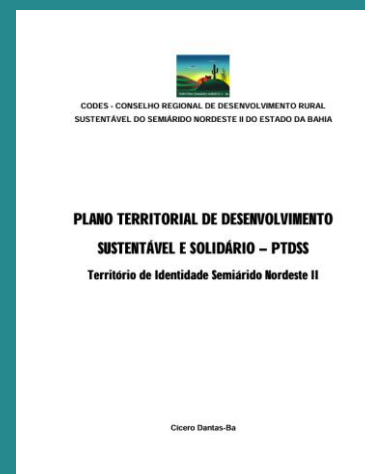
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Agroecologia; Juventude rural; Educação do campo



Resumo executivo

O plano do Território Semiárido Nordeste II define diretrizes para impulsionar o desenvolvimento sustentável e solidário com base na valorização das vocações locais e no enfrentamento das desigualdades. Organizado em quatro eixos – produção com sustentabilidade, acesso à terra, organização social e infraestrutura – o documento apresenta metas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, estímulo à agroecologia, acesso à água, melhoria da educação, promoção da equidade de gênero e geração de renda. Construído a partir de escutas e debates territoriais, o plano envolve múltiplos atores e propõe ações com base em conhecimento técnico e saberes comunitários. O CODETER lidera a governança territorial, e o Estado atua como articulador das políticas públicas, assegurando apoio técnico e integração entre esferas de governo. A proposta promove justiça territorial, sustentabilidade ambiental e protagonismo social como fundamentos do desenvolvimento.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território da Bacia do Jacuípe

[LINK PDF](#)

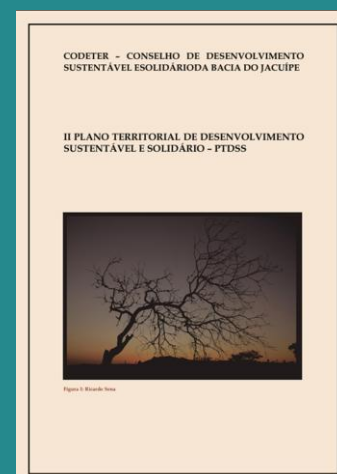
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Qualificação produtiva; Inclusão social; Educação



Resumo executivo

O Plano como objetivo central atualizar e ampliar o planejamento estratégico territorial iniciado em 2010, com foco na inclusão socioprodutiva e no fortalecimento das capacidades locais de desenvolvimento. Estruturado a partir de amplo diagnóstico participativo envolvendo os 15 municípios do território, o plano sistematiza um conjunto robusto de ações organizadas em quatro eixos temáticos: desenvolvimento econômico e ambiental, estrutura fundiária e acesso à terra, formação cidadã e organização social, e infraestrutura e serviços públicos. A proposta reúne dezenas de metas e estratégias voltadas à qualificação produtiva, inclusão social, educação contextualizada, políticas de gênero e saúde, com destaque para a criação de arranjos produtivos, planos setoriais e instrumentos de monitoramento. O CODETER e os demais atores locais exercem papel estratégico na gestão, articulação e controle social das ações previstas, consolidando o plano como instrumento dinâmico e orientador do desenvolvimento sustentável territorial.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Velho Chico

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2018

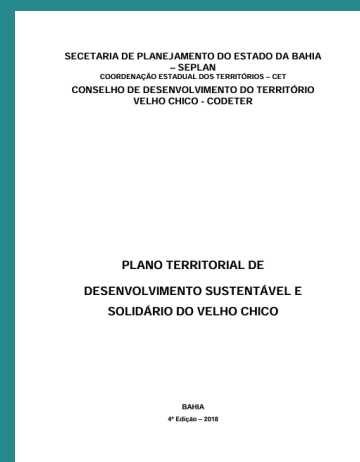
Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial;

Agricultura Familiar; Educação; Saúde

Preventiva; Juventude Rural



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Velho Chico estabelece diretrizes estratégicas para impulsionar ações públicas e sociais em 16 municípios baianos, com base em diagnóstico aprofundado e construção participativa. Organizado em sete eixos — meio ambiente, cultura, acesso à terra, educação, agricultura familiar, saúde e trabalho — o documento reúne metas voltadas à inclusão socioproductiva, equidade de gênero, valorização das identidades culturais e fortalecimento das comunidades tradicionais. As ações priorizam a agroecologia, a qualificação profissional, a governança compartilhada e a sustentabilidade ambiental. O plano busca potencializar capacidades locais, integrar políticas públicas e consolidar o território como espaço dinâmico de planejamento, inovação e promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território da Bacia do Rio Corrente

[LINK PDF](#)

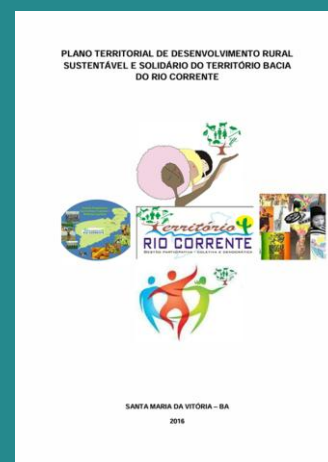
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Regularização Fundiária; Agricultura familiar



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Bacia do Rio Corrente estabelece diretrizes estratégicas para promover o desenvolvimento de 11 municípios no oeste da Bahia. Elaborado de forma participativa, o plano estrutura ações em quatro eixos: inclusão socioprodutiva e ambiental, estrutura fundiária e acesso à terra, formação cidadã e organização social, e qualificação da infraestrutura e serviços públicos. A proposta apresenta dezenas de metas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, regularização fundiária, educação, saúde preventiva, cultura e políticas de gênero e juventude. Com base em um diagnóstico socioeconômico e ambiental aprofundado, o plano enfatiza a valorização das comunidades tradicionais, a sustentabilidade dos recursos naturais e a governança territorial, visando ampliar o acesso às políticas públicas e reduzir desigualdades estruturais no território.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Médio Rio das Contas

[LINK PDF](#)

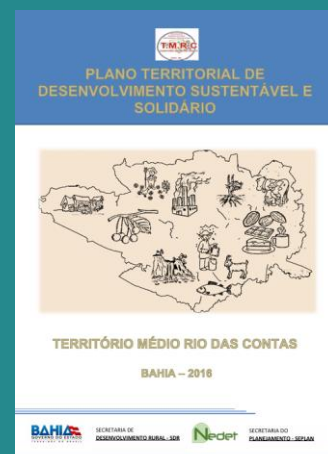
Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Planejamento Territorial; Identidade Territorial; Agroecologia; Reforma Agrária



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Médio Rio das Contas apresenta diretrizes estratégicas para impulsionar o desenvolvimento de 16 municípios baianos, com foco na inclusão socioprodutiva, justiça social e sustentabilidade ambiental. Elaborado a partir de ampla participação social e institucional, o plano estrutura-se em quatro eixos principais: desenvolvimento econômico e ambiental, estrutura fundiária, formação cidadã e organização social, e infraestrutura e serviços públicos. Apresenta dezenas de metas e estratégias voltadas à agroecologia, agricultura familiar, educação, saúde, cultura e combate às desigualdades. O documento destaca o fortalecimento das cadeias produtivas, a valorização dos territórios e o etnodesenvolvimento como eixos estruturantes, propondo arranjos inovadores de gestão e monitoramento territorial. A proposta reforça a articulação entre agentes locais e políticas públicas como base para um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Sudoeste Baiano

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Agroecologia; Juventude rural; Educação do campo



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Sudoeste Baiano estabelece diretrizes estratégicas para orientar o desenvolvimento de 24 municípios, com base em diagnóstico territorial multidimensional e participação social ampla. Organizado em quatro eixos — desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioproductiva; estrutura fundiária e acesso à terra; formação cidadã e organização social; infraestrutura e serviços públicos — o plano reúne dezenas de metas que visam fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia, a educação, a cultura, a saúde e os direitos humanos. A proposta enfatiza a governança territorial, a articulação interinstitucional e o planejamento participativo como mecanismos para a redução das desigualdades, a valorização das identidades locais e o uso sustentável dos recursos naturais, consolidando o território como espaço estratégico para políticas públicas integradas e solidárias.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Portal do Sertão

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2017

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial; Agricultura Familiar; Educação do Campo; Infraestrutura; Cultura Popular; Justiça Social



Resumo executivo

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Portal do Sertão define diretrizes estratégicas para promover a transformação socioeconômica, ambiental e cultural de 17 municípios baianos. Com base em diagnóstico multidimensional e construção participativa, o plano organiza metas em quatro eixos principais: desenvolvimento econômico e ambiental com inclusão socioprodutiva, estrutura fundiária e acesso à terra, formação e organização social, e infraestrutura e serviços públicos. As ações priorizam o fortalecimento da agricultura familiar, a agroecologia, os direitos das mulheres e juventudes, e a valorização das comunidades tradicionais e da cultura local. O documento enfatiza a integração entre campo e cidade, a ampliação do acesso a políticas públicas, e a articulação entre atores sociais e instituições como fundamento para um modelo de desenvolvimento justo, solidário e territorialmente enraizado.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado da Bahia

[LINK PDF](#)

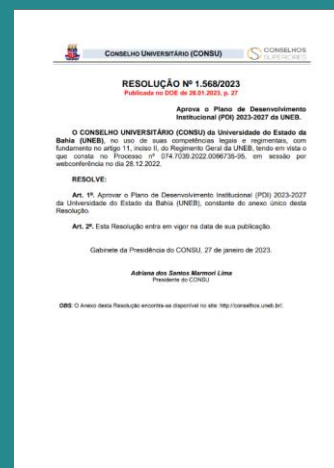
Responsável: Universidade do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Educação e Profissionalização

Palavras-chave: Educação superior; Inclusão; Capital humano; Pesquisa e extensão; Ensino público



Resumo executivo

O Plano orienta a política educacional e a gestão estratégica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com base na inclusão, qualidade acadêmica e inserção territorial nos 27 Territórios de Identidade da Bahia. Estruturado em 13 dimensões institucionais, o documento estabelece metas e ações para o fortalecimento da graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, educação a distância, internacionalização e responsabilidade social, com alinhamento à Agenda 2030 da ONU. A UNEB articula inovação, diversidade e compromisso social, promovendo a formação integral do cidadão, com foco no desenvolvimento regional e na democratização do acesso ao ensino superior. A universidade assume papel protagonista na formação de capital humano, na produção de conhecimento e na promoção de igualdade de oportunidades.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual de Santa Cruz | 2024 – 2028

[LINK PDF](#)

Responsável: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Educação e Profissionalização

Palavras-chave: Educação superior; Capital humano; Políticas educacionais; Graduação; Pós-graduação; Inovação.



Resumo executivo

O Plano estrutura a política de educação superior com foco na excelência acadêmica, desenvolvimento regional e formação integral de capital humano. Elaborado de forma participativa, contempla 179 metas distribuídas em oito dimensões: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, assistência estudantil, inovação, internacionalização e qualidade de vida no trabalho. O documento consolida diretrizes estratégicas para qualificação docente, expansão da infraestrutura, fortalecimento da pós-graduação e ampliação de programas de iniciação científica e tecnológica. A UESC reafirma seu papel como promotora do desenvolvimento, por meio da articulação entre ensino, ciência, cultura e inclusão, e destaca-se como referência no fomento à mobilidade acadêmica, à inovação e à cooperação internacional.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia | 2022 – 2026

[LINK PDF](#)

Responsável: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Educação e Profissionalização

Palavras-chave: Educação superior; Capital humano; Políticas educacionais; Graduação; Pós-graduação; Inovação.



Resumo executivo

O Plano define as diretrizes estratégicas para o fortalecimento do ensino superior público no Sudoeste da Bahia, promovendo a qualificação acadêmica e a valorização do capital humano em articulação com o desenvolvimento regional. Estruturado em 12 eixos temáticos, o documento estabelece objetivos e metas para graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, internacionalização, educação a distância, ações afirmativas, valorização humana, gestão institucional e sustentabilidade. Contempla um portfólio de 47 cursos de graduação presenciais, mais de 40 programas de pós-graduação, forte investimento em iniciação científica e inovação, além de ampliação da oferta na modalidade EaD. O Plano reafirma o compromisso da UESB com a democratização do acesso, a inclusão, a excelência acadêmica e a articulação entre ensino, ciência, tecnologia e extensão universitária.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano de Desenvolvimento institucional da Universidade Estadual de Feira de Santana | 2023 – 2027

[LINK PDF](#)

Responsável: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Educação e Profissionalização

Palavras-chave: Educação superior; Capital humano; Políticas educacionais; Graduação; Pós-graduação; Internacionalização; Gestão universitária.



Resumo executivo

O Plano orienta a política universitária com foco na qualidade da graduação e no fortalecimento da pesquisa, pós-graduação e extensão. O documento estrutura diretrizes para assegurar a permanência e o sucesso acadêmico de um corpo discente cada vez mais diverso, aborda ações afirmativas, diversidade e inclusão, e propõe uma gestão pedagógica e administrativa integrada. Destaca-se a internacionalização universitária, compreendida para além da mobilidade estudantil, como meio de consolidar redes acadêmicas e fomentar a inserção internacional da pesquisa e da pós-graduação. Aponta perspectivas para a pesquisa e a pós-graduação e caminhos para uma extensão que conecte a universidade com a sociedade. Trata ainda da gestão de pessoas, sem as quais não se conduz a vida universitária, e aponta diretrizes para a gestão e financiamento da instituição.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano Estratégico do Ministério Público da Bahia | 2024 – 2031

Responsável: Ministério Público do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Governança e Gestão Pública

Palavras-chave: Ministério Público; Direitos humanos; Governança; Inovação; Cidadania; Justiça.



Resumo executivo

O Plano Estratégico 2024–2031 do Ministério Público do Estado da Bahia materializa uma nova etapa de modernização institucional, com foco no aprimoramento da governança, da gestão pública e da entrega de valor à sociedade. O plano reúne 9 objetivos estratégicos, 18 estratégias e 137 iniciativas, com destaque para propostas que priorizam a atuação ministerial mais resolutiva, integrada, ética e próxima dos cidadãos, conectando os macroprocessos institucionais a metas concretas nos campos da justiça, direitos humanos, sustentabilidade, transparência e inovação. Entre os eixos centrais estão a gestão orientada por resultados, a transformação digital, a valorização de pessoas, a governança transversal, o fortalecimento da comunicação e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano estratégico do Poder Judiciário do Estado da Bahia 2021-2026

[LINK PDF](#)



Responsável: Poder Judiciário do Estado da Bahia e Secretaria de Planejamento

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Governança e Gestão Pública

Palavras-chave: Poder judiciário; Direitos fundamentais; Justiça digital; CNJ; Corrupção; Segurança jurídica; Ética; Transparência.

Resumo executivo

O Plano Estratégico 2021–2026 do Poder Judiciário do Estado da Bahia, alinhado ao planejamento estratégico nacional do CNJ, estabelece as diretrizes para a atuação do tribunal com foco na garantia dos direitos fundamentais, agilidade jurisdicional, sustentabilidade e fortalecimento institucional. Estruturado por macrodesafios, o documento orienta ações voltadas à modernização da gestão, valorização de pessoas, integração com a sociedade, proteção de dados, eficiência orçamentária e enfrentamento à corrupção. A proposta reafirma o papel do Judiciário como garantidor da paz social e do Estado Democrático de Direito, promovendo a justiça com acessibilidade, transparência e inovação.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano de Desenvolvimento Integrado: Bahia 2035

Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2019

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Governança e Gestão pública

Palavras-chave: Desenvolvimento; Bahia; Políticas; Estratégicos; Gestão; Sociedade; Planejamento.



Resumo executivo

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia 2035 apresenta uma estratégia de longo prazo para orientar o desenvolvimento do estado de forma sustentável, inclusiva e territorialmente equilibrada até o ano de 2035. Elaborado com base em diagnósticos prospectivos, escuta social e articulação interinstitucional, o plano estrutura-se em 13 eixos estratégicos que abrangem áreas como educação, saúde, desenvolvimento produtivo, meio ambiente, cultura, segurança, infraestrutura e governança. Estabelece metas e objetivos que visam fortalecer a base produtiva, reduzir desigualdades regionais, garantir direitos, preservar a diversidade sociocultural e promover a melhoria da qualidade de vida.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) 2035: Diálogos estratégicos com a Bahia – Volume 1

[LINK PDF](#)

Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2018

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Governança e Gestão pública

Palavras-chave: Desenvolvimento; Bahia; Políticas; Estratégicos; Gestão; Sociedade; Planejamento.

Resumo executivo

Estruturado em torno de diagnósticos socioeconômicos e ampla escuta social, o plano propõe o fortalecimento das políticas públicas em áreas como infraestrutura, educação, saúde, meio ambiente, cultura, trabalho, segurança e inovação. O documento apresenta cenários exploratórios para 2035, construídos com base em tendências e incertezas críticas como mudanças climáticas, transformação digital, novas economias e dinâmica demográfica. A proposta do plano é conduzir políticas públicas de forma ativa para concretizar o cenário mais desejável, o de um desenvolvimento com equidade e transição ecológica. Valoriza os Territórios de Identidade como base para a descentralização do planejamento e para a redução das desigualdades regionais, estimulando a governança participativa, a inclusão social e a inovação.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

[LINK PDF](#)

Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Gestão Governamental

Palavras-chave: Planejamento; Participação; Território; Igualdade; Sustentabilidade; Governança; Investimento.



Resumo executivo

O Plano Plurianual Participativo 2024-2027 da Bahia estrutura a ação governamental para quatro anos com base em diretrizes estratégicas orientadas à inclusão social, sustentabilidade e redução das desigualdades. O documento incorpora 47 programas temáticos e 9 programas especiais transversais, ancorados no PDI Bahia 2035 e em ampla escuta social, que reuniu mais de 8 mil participantes e resultou em 5.871 propostas. Estima-se investimento de R\$ 149,9 bilhões, com prioridade para infraestrutura, serviços públicos e políticas sociais. A governança é centrada em resultados, com foco na cooperação federativa, integração territorial e avaliação contínua das políticas. O PPA afirma o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e da equidade, consolidando um modelo de planejamento participativo e orientado por evidências.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE PROJETOS

Plano Plurianual 2024-2027 – Governo Federal

[LINK PDF](#)

Responsável: Governo Federal

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Gestão Governamental

Palavras-chave: Planejamento; Participação social; Desenvolvimento sustentável; Inclusão social.



Resumo executivo

O Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 apresenta a estratégia de médio prazo do governo federal para reconstruir a capacidade estatal de planejamento, promover justiça social, garantir sustentabilidade ambiental e fortalecer a democracia. Estruturado em três eixos temáticos e 88 programas, o PPA define 35 objetivos estratégicos e 464 objetivos específicos com metas e indicadores. Entre as frentes de atuação estão o enfrentamento da fome e das desigualdades, reindustrialização sustentável, ampliação da participação social, transformação digital e transição energética. O plano inova ao incorporar uma dimensão estratégica baseada em megatendências globais e nacionais e uma dimensão tática com ampla participação social. O Estado assume papel central na indução de políticas públicas e na articulação federativa, promovendo um novo ciclo de desenvolvimento inclusivo, democrático e ambientalmente sustentável.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Programa Nacional de Atividades Espaciais 2022 – 2031

Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

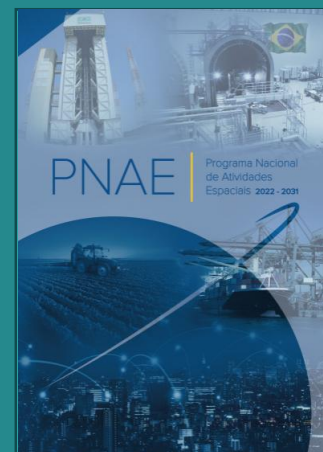
Palavras-chave: Setor Espacial Brasileiro; Inovação

Tecnológica; Indústria Aeroespacial;

Empreendedorismo privado; Autonomia Tecnológica;

Transferência de Tecnologia; Agência Espacial

Brasileira



Resumo executivo

O Programa Nacional de Atividades Espaciais estrutura a política espacial brasileira como vetor estratégico para o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, promovendo a articulação entre Estado, academia e setor produtivo. O documento estabelece sete objetivos estratégicos e desdobra-se em eixos de atuação e programas setoriais orientados para a autonomia tecnológica, a competitividade da indústria nacional e a inovação. O documento destaca ações de fomento ao empreendedorismo, consolidação de cadeias produtivas espaciais, transferência tecnológica, formação de capital humano e apoio a arranjos produtivos locais e parcerias internacionais. Entre as iniciativas estruturantes, destacam-se o Centro Espacial de Alcântara, o Programa Incuba Espaço e o MapTec, voltados à integração entre pesquisa, inovação e aplicação comercial.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Estratégia de Governo Digital da Bahia 2025-2029

Responsável: Secretaria da Administração do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Governo digital; Transformação digital; Inovação pública; Serviços digitais; Bahia Mais Digital; Inclusão digital.



Resumo executivo

A Estratégia estabelece um plano robusto para modernizar a administração pública estadual por meio da transformação digital, promovendo inovação, eficiência e inclusão. Elaborada de forma colaborativa com mais de cem servidores e alinhada ao Programa Bahia Mais Digital, à Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) e à Declaração do G20, a EGD-BA estrutura-se em sete objetivos estratégicos e dezenove objetivos específicos. Os eixos principais incluem a modernização da infraestrutura tecnológica, capacitação de servidores, expansão da conectividade, governança de dados, digitalização de serviços públicos e fomento à cultura de inovação. A carteira inicial compreende 83 projetos. A proposta prioriza impacto direto à sociedade e sinergia entre órgãos públicos, com mecanismos de governança ancorados na criação de comitês técnicos e uso de plataformas integradas.

Principal uso para o PDI 2050

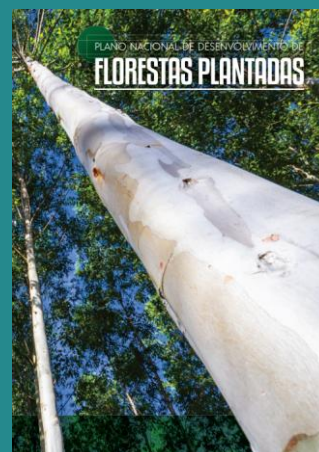
OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas

[LINK PDF](#)



Responsável: Ministério da Agricultura e Pecuária

Ano de Publicação: 2018

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Florestas plantadas; Sustentabilidade; Mudança climática; Bioeconomia; Crédito florestal, Governança ambiental; Uso sustentável da terra.

Resumo executivo

Com meta de ampliar em 2 milhões de hectares a área plantada, o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas concentra-se na expansão sustentável das florestas plantadas no Brasil, com horizonte até 2030. O plano organiza-se em torno de 12 Objetivos Nacionais Florestais e respectivas ações indicativas, abrangendo aspectos como fomento à produção, inovação tecnológica, defesa sanitária, infraestrutura, mercado e sustentabilidade ambiental. Integra compromissos nacionais e internacionais de mitigação climática e conservação ambiental, promovendo o uso de biomassa para energia, produtos madeireiros e não madeireiros, e a valorização de serviços ecossistêmicos. O enfoque estratégico alia crescimento econômico à restauração ambiental e inclusão rural, com atenção especial à agroindústria, agricultura familiar e competitividade internacional.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Plano de Ação para a Neoindustrialização | 2024 – 2026

Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Neoindustrialização;
Inovação tecnológica; Cadeias produtivas;
Nova Indústria Brasil.



Resumo executivo

O Plano de Ação para a Neoindustrialização constitui o primeiro passo concreto do Governo Federal na implementação da Nova Indústria Brasil, uma política industrial de longo prazo com vigência prevista até 2033. Como parte inicial dessa estratégia decenal, o plano cobre o período até 2026 e está estruturado em seis grandes missões. Seu objetivo é reverter o processo de desindustrialização e reposicionar o Brasil no cenário internacional, com foco em sustentabilidade, inovação e competitividade. Este primeiro plano de ação reúne mais de 100 instrumentos e iniciativas distribuídas em áreas estratégicas como saúde, agroindústria, mobilidade, bioeconomia, defesa e transformação digital, todas com metas definidas. Destaca-se o papel do Estado como articulador e indutor do desenvolvimento industrial sustentável, com ênfase em inovação, soberania tecnológica, inclusão social e coordenação federativa.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Brasil sem Fome

Responsável: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
(**Ano de Publicação:** 2023)

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Segurança alimentar;
Combate à pobreza; Direito à alimentação;
Agroecologia; Sistemas alimentares
sustentáveis.



Resumo executivo

O Plano Brasil Sem Fome estrutura a principal estratégia do governo federal para erradicar a fome até 2030, com base em ações intersetoriais e multiescalas que articulam inclusão social, redistribuição de renda e fortalecimento de políticas públicas. Reunindo dezenas de programas e metas, a política se organiza em três eixos: acesso à renda e promoção da cidadania; segurança alimentar e nutricional; e mobilização social. São mais de cem ações com foco na retomada de programas, como o Bolsa Família, o PAA e o PNAE, além de inovações como o Protocolo Brasil Sem Fome e estratégias específicas para territórios e grupos mais vulneráveis, como mulheres, população negra, indígenas e pessoas em situação de rua. O Plano propõe uma abordagem sistêmica, que alia produção de alimentos saudáveis, agroecologia, equidade de gênero e raça e soberania alimentar.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Estatuto da Igualdade Racial e de combate à intolerância religiosa do estado da Bahia

[LINK PDF](#)

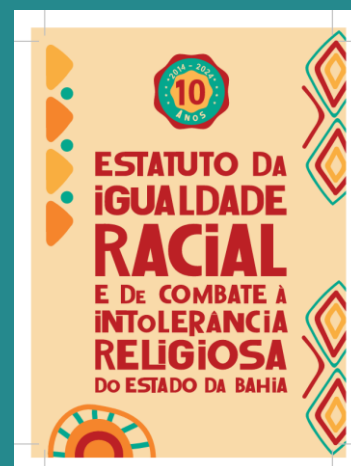
Responsável: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

Ano de Publicação: 2014

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Igualdade racial; Direitos humanos; Liberdade religiosa; Comunidades tradicionais



Resumo executivo

O Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, instituído pela Lei nº 13.182/2014, consolida diretrizes para a promoção da equidade étnico-racial e da liberdade religiosa. Estruturado com base nos princípios da dignidade humana, da justiça social e do combate a todas as formas de discriminação, o Estatuto define mecanismos de prevenção, reparação e promoção de direitos, especialmente para a população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais de matriz africana. A lei estabelece obrigações do Estado em áreas como educação, cultura, saúde, segurança, comunicação e acesso à justiça. Em 2024, seu prazo de vigência foi prorrogado por mais dez anos. O Estatuto integra a política pública baiana de enfrentamento ao racismo estrutural, atuando como instrumento normativo e simbólico de afirmação dos direitos coletivos e individuais.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Programa Nacional de Direitos Humanos - 3ª Edição

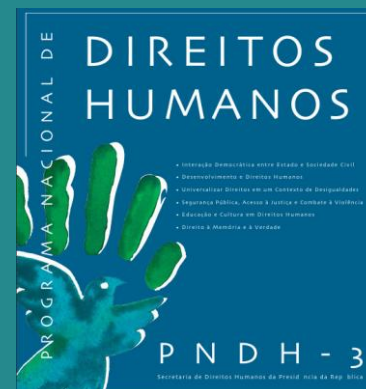
Responsável: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Ano de Publicação: 2009

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Direitos humanos; Equidade; Inclusão social; Desenvolvimento sustentável; Participação social



Resumo executivo

O Programa Nacional de Direitos Humanos – terceira edição estabelece uma Política de Estado para promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil. Elaborado de forma participativa, com base em conferências temáticas e em uma ampla conferência nacional, estrutura-se em seis eixos orientadores e contempla 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e ações programáticas. Suas frentes temáticas abrangem a interação democrática entre Estado e sociedade civil, desenvolvimento com inclusão e sustentabilidade, universalização de direitos, combate à violência, educação em direitos humanos e direito à memória e verdade. O programa propõe ações transversais e interministeriais, com foco na equidade, diversidade, combate às desigualdades estruturais e fortalecimento do pacto federativo. O Estado brasileiro assume papel central na implementação e monitoramento das ações, articulando os poderes e esferas de governo para consolidar os direitos como parte integral do desenvolvimento democrático e inclusivo.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Planejamento Estratégico da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Políticas para mulheres; Direitos das mulheres; Enfrentamento à violência; Casas das Mulheres; Igualdade de gênero.



Resumo executivo

O Planejamento Estratégico 2024–2035 da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia define um conjunto articulado de ações institucionais voltadas à promoção da autonomia, equidade e proteção de direitos das mulheres. Estruturado a partir de uma construção coletiva e participativa, o plano dá foco aos resultados sociais, captação de recursos, redes de proteção, inclusão socioprodutiva e enfrentamento à violência. A estratégia central é a implantação das Casas das Mulheres como espaços de acolhimento, capacitação e integração de políticas públicas em escala territorial, respaldadas por arcabouço jurídico, tecnologias de gestão e pactuação interinstitucional.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e Adolescente do Estado da Bahia | 2022 – 2032

[LINK PDF](#)



Responsável: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Direitos da criança e do adolescente; Sistema de garantia de direitos; Participação infantojuvenil

Resumo executivo

O Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente da Bahia (2022–2032) estabelece uma política de Estado intersetorial e orientada pela proteção integral, voltada à garantia de direitos fundamentais a crianças e adolescentes, com prioridade absoluta. Estruturado em cinco eixos estratégicos — promoção, proteção e defesa, participação, controle social e gestão — o plano articula diretrizes, objetivos estratégicos e atividades, com base em amplo processo participativo, escuta territorializada e evidências. A proposta avança na institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos, integrando ações de saúde, educação, assistência, cultura, segurança e justiça, com foco na equidade, no enfrentamento de desigualdades e violências e na valorização da diversidade.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano de Atuação Integrada de Enfrentamento à Violência contra Povos e Comunidades Tradicionais

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria da Segurança Pública, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Secretaria de Desenvolvimento Rural

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos Humanos

Palavras-chave: Segurança pública; Povos tradicionais; Conflitos fundiários.



Resumo executivo

O Plano de Atuação Integrada de Enfrentamento à Violência contra Povos e Comunidades Tradicionais (2023–2026) organiza a resposta estratégica do Estado da Bahia aos conflitos fundiários que ameaçam a integridade física e os direitos de indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais. Coordenado pela Secretaria da Segurança Pública, em articulação com SEPROMI, SJDH, SDR e diversos parceiros federais e estaduais, o plano estabelece mecanismos integrados de prevenção, repressão e proteção, como a criação da Força Integrada de Combate a Crimes Comuns (FI/SSP) e o uso do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Com base em normas constitucionais e convenções internacionais, a política articula policiamento ostensivo, investigações criminais, regularização fundiária, promoção da igualdade racial e fortalecimento da governança territorial.

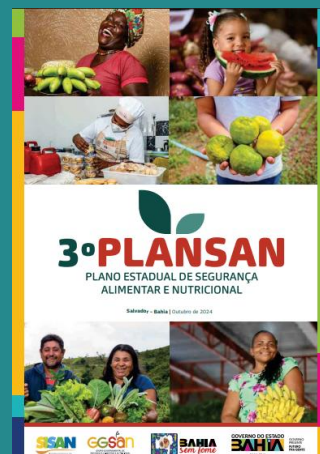
Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

3º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia 2024 – 2030

[LINK PDF](#)



Responsável: Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Inclusão Social; Combate à fome; Agricultura familiar; Justiça alimentar; Agroecologia; Soberania alimentar

Resumo executivo

O 3º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (2024–2030) define uma política pública articulada para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e o enfrentamento da fome no estado, com base na intersetorialidade, na participação social e na justiça social. Construído a partir de diagnósticos técnicos, conferências territoriais e pactuação com 14 secretarias estaduais, o plano propõe metas e ações voltadas à universalização da alimentação escolar, ao fortalecimento da agricultura familiar, à promoção da agroecologia e à superação das desigualdades raciais, de gênero e territoriais. Incorpora iniciativas como o Programa Bahia Sem Fome e articula esforços entre Estado, sociedade civil e entes federativos, visando garantir segurança alimentar com equidade, inclusão e sustentabilidade.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Nacional de Energia | 2050

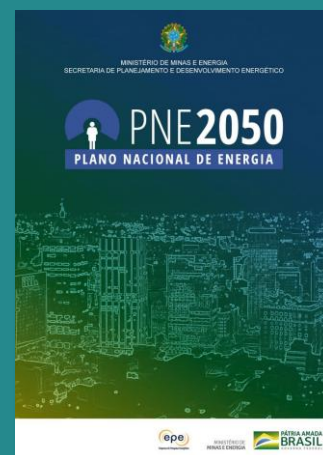
Responsável: Ministério de Minas e Energia

Ano de Publicação: 2020

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Energia; Expansão; Geração; Pesquisa; Produção; Eficiência; Desenvolvimento.



Resumo executivo

O Plano Nacional de Energia 2050, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia com apoio técnico da Empresa de Pesquisa Energética, define uma estratégia prospectiva para a expansão sustentável e segura da infraestrutura energética do Brasil até 2050, considerando a transição energética para fontes renováveis e o contexto de retomada econômica pós-pandemia. Aborda cenários de crescimento energético, propondo modernização da infraestrutura e políticas de governança para atrair investimentos e integrar redes digitais. Aponta o desafio inédito de gerir a abundância energética do país e traça um conjunto robusto de ações estratégicas para garantir segurança do suprimento, retorno a investimentos, acesso universal e sustentabilidade socioambiental, de modo a possibilitar a transformação do país em um exportador de energia limpa.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Nacional de Logística | 2035

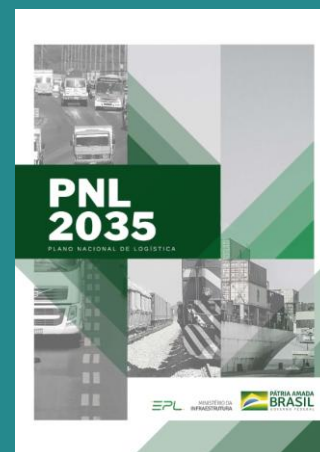
Responsável: Ministério da Infraestrutura e Empresa de Planejamento e Logística

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Transporte; Cenário; Planejamento; Infraestrutura; Logística; Desenvolvimento.



Resumo executivo

O Plano Nacional de Logística 2035 é um esforço estratégico para integrar e modernizar a infraestrutura de transportes no Brasil, buscando reduzir custos logísticos, promover a eficiência e garantir sustentabilidade ambiental. O plano apresenta cenários até 2035, com foco em investimentos, inovação e parcerias público-privadas, visando fortalecer a competitividade nacional e assegurar o desenvolvimento regional e econômico. São analisadas as matrizes de cargas e pessoas, e os fluxos de transporte. O PNL 2035 baseia-se em diretrizes como a integração territorial, eficiência logística, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. Visa melhorar a infraestrutura de transportes e reduzir os custos logísticos, além de fortalecer a competitividade do Brasil no cenário internacional.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Aeroviário do Estado da Bahia

[LINK PDF](#)

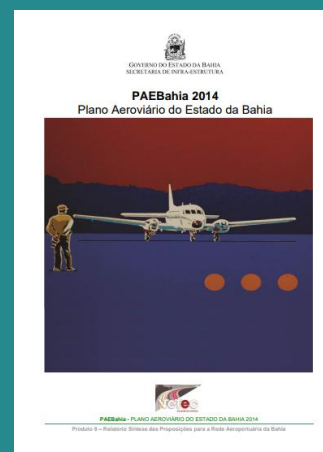
Responsável: Secretaria de Infraestrutura

Ano de Publicação: 2014

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Infraestrutura Aeroportuária;
Transporte Aéreo; Logística Integrada;
Desenvolvimento Regional; Intermodalidade;
Turismo



Resumo executivo

O Plano propõe diretrizes e metas para o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeroportuária estadual. A partir da análise de 80 aeródromos públicos e do diagnóstico das demandas de transporte de passageiros e cargas, o plano estrutura uma rede hierarquizada de aeroportos, classificada por função (nacional, regional, turístico, local e complementar), com propostas de investimentos em 28 equipamentos prioritários. São detalhados projetos estruturantes como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o Porto Sul e o Corredor Intermodal Juazeiro-Salvador, além da articulação com o Programa de Investimentos em Logística do governo federal. O plano também destaca a importância da conectividade aérea para o turismo, o desenvolvimento regional e a integração dos territórios, propondo ações em aeroportos estratégicos.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano Nacional de Saneamento Básico: Mais Saúde com Qualidade de Vida e Cidadania

[LINK PDF](#)

Responsável: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Ano de Publicação: 2019

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Saneamento Básico; Serviços; Água; Investimentos; Abastecimento; Desenvolvimento.



Resumo executivo

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, é o principal instrumento da política pública nacional de saneamento básico. Com horizonte até 2033, o plano visa à universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, por meio de ações estratégicas. O Plano articula princípios como universalidade, equidade, integralidade, sustentabilidade e participação social, e estabelece metas nacionais e regionalizadas, com ênfase na redução das desigualdades e no fortalecimento da capacidade institucional de estados e municípios. Fundamentado na Lei 11.445/2007, o plano propõe cerca de R\$ 600 bilhões em investimentos, priorizando regiões vulneráveis, promovendo saúde pública, inclusão social e sustentabilidade.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE PROJETOS

Plano Estadual de Saneamento Básico da Bahia – PESB/BA

Responsável: Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Saneamento Básico; Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Resíduos Sólidos; Drenagem Urbana; Universalização dos Serviços; Sustentabilidade.



Resumo executivo

O Plano Estadual de Saneamento Básico da Bahia (PESB) estabelece uma estratégia de longo prazo para universalizar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, com horizonte de 20 anos e revisão a cada quatro. Estruturado em diretrizes, o plano contempla mais de 300 propostas organizadas em programas, projetos e ações, com enfoque territorializado e participação social. A política prioriza a equidade no acesso, a sustentabilidade ambiental e financeira, e a redução das desigualdades regionais, com especial atenção às populações rurais e vulneráveis. O Estado assume papel central na coordenação, regulação, articulação institucional e indução de investimentos, visando promover melhorias estruturais, fortalecimento da governança e integração com os planos municipais e com a política nacional de saneamento.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano Diretor de Logística de Transporte do Estado da Bahia

Responsável: Secretaria de Infraestrutura

Ano de Publicação: 2014

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Infraestrutura Logística; Modal Rodoviário; Modal Ferroviário; Portos; Hidrovias; Modal Aeroviário; Dutovias; Planejamento Territorial; Intermodalidade.

PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO ESTADO DA BAHIA – PDL BAHIA

DIAGNÓSTICO DE OFERTA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – MODAL RODOVIAS

CAPÍTULO 2 – MODAL FERROVIAS

CAPÍTULO 3 – MODAL PORTOS

CAPÍTULO 4 – MODAL HIDROVIAS – O RIO SÃO FRANCISCO

CAPÍTULO 5 – MODAL AEROVIAS

CAPÍTULO 6 – MODAL DUTOVIAS

Resumo executivo

O Plano apresenta um mapeamento da infraestrutura logística estadual, estruturado em capítulos correspondentes aos diferentes modais: rodoviário, ferroviário, portos, hidrovias, aeroviário e dutoviário. A análise compreende a estrutura disponível, os principais gargalos operacionais, os programas em curso, os modelos de gestão e as possibilidades de ampliação e integração da malha logística. Destacam-se o mapeamento da malha rodoviária, o papel das ferrovias no escoamento da produção, a importância dos portos e hidrovias como alternativas sustentáveis de transporte, e o papel dos aeroportos regionais no reforço à conectividade. O documento também contempla o sistema de dutos, voltado principalmente ao transporte de combustíveis, e propõe diretrizes integradas para modernização, sustentabilidade e eficiência operacional dos diferentes sistemas.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Nacional de Recursos Hídricos

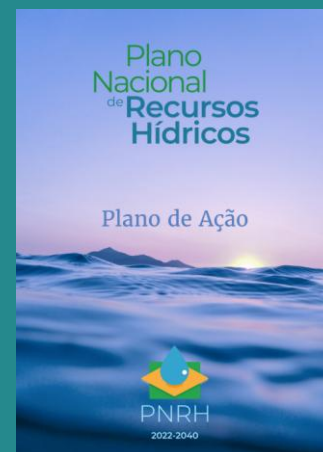
Responsável: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Gestão; Nacional; Implementação; Águas; Monitoramento; Desenvolvimento.



Resumo executivo

O Plano Nacional de Recursos Hídricos visa garantir a segurança hídrica por meio da articulação de ações para o uso racional, eficiente e sustentável da água no país. Estruturado em programas que fortalecem a gestão integrada dos recursos, implementam instrumentos de controle e promovem a adaptação às mudanças climáticas, o plano mobiliza instrumentos de gestão, ciência e tecnologia, capacitação e participação social para assegurar segurança hídrica e qualidade dos corpos d'água com o horizonte até 2040. O Plano, ainda, dá conta da prospecção de cenários até 2040 e estabelece metas para monitorar a qualidade e quantidade da água, priorizando temas como gestão de bacias hidrográficas, monitoramento de usos, adaptação climática e revitalização de mananciais, visando a promover o desenvolvimento sustentável e a prevenção de crises hídricas.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Política Estadual de Resíduos Sólidos

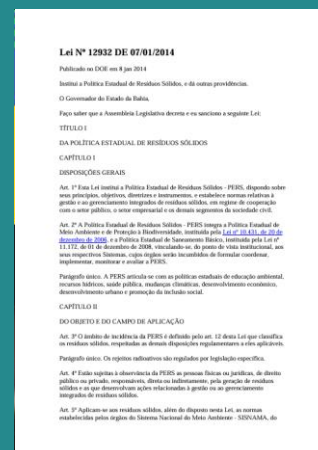
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2014

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Sustentabilidade; Política Ambiental; Coleta Seletiva



Resumo executivo

A Lei nº 12.932, de 2014, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) da Bahia, integrando-a às políticas ambientais e de saneamento do Estado e estabelecendo um marco normativo para a gestão e o gerenciamento integrado de resíduos sólidos. A legislação define princípios como a prevenção, responsabilidade compartilhada, inclusão social e sustentabilidade, além de objetivos como a redução e o reaproveitamento dos resíduos. Estrutura-se em instrumentos como planos regionais, sistemas de informação, educação ambiental e incentivos econômicos, promovendo a atuação conjunta entre Estado, municípios, setor empresarial e sociedade civil. A PERS enfatiza a logística reversa, a coleta seletiva e a regionalização das soluções, assegurando o papel do Estado na regulação, fiscalização e apoio técnico e financeiro à gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual para a Economia do Hidrogênio Verde

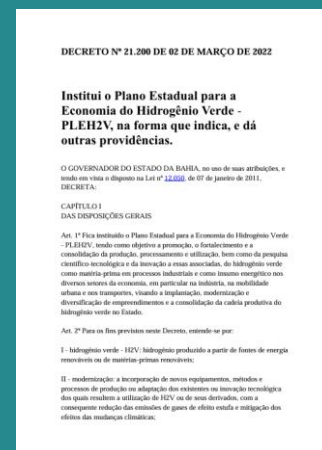
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Hidrogênio Verde;
Transição Energética; Descarbonização



Resumo executivo

O Plano Estadual para a Economia do Hidrogênio Verde (PLEH2V), instituído pelo Decreto nº 21.200/2022, estabelece as diretrizes e ações estratégicas do Governo da Bahia para consolidar a cadeia produtiva do hidrogênio verde no Estado, com foco na transição energética e na descarbonização da economia. O plano visa estimular a produção, o uso e a inovação tecnológica em H2V, especialmente nos setores industrial, de transportes e mobilidade urbana. Organizado em torno de dois subprogramas — Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e Fomento ao Mercado de H2V —, o PLEH2V contempla instrumentos de incentivo fiscal, apoio à infraestrutura, articulação interinstitucional e atração de investimentos nacionais e internacionais. A proposta reafirma o papel do Estado como articulador de políticas públicas sustentáveis, com governança intersetorial, ambiente regulatório favorável e mecanismos de acompanhamento por comissão técnica e fórum consultivo.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia

Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2006

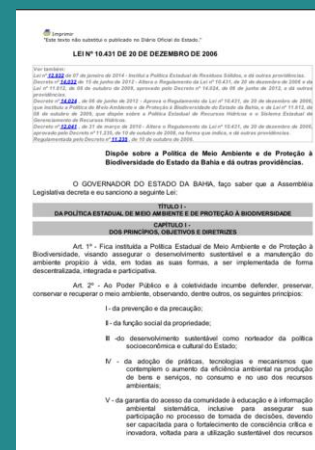
Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Biodiversidade;

Sustentabilidade; Recursos Naturais;

Governança Ambiental



Resumo executivo

A Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia define fundamentos e orientações para a gestão ambiental integrada, com foco na conservação da biodiversidade, no uso sustentável dos recursos naturais e na transversalidade das ações ambientais nas políticas públicas. A proposta busca alinhar os compromissos estaduais às diretrizes nacionais e internacionais, promovendo a participação social, a educação ambiental, a inclusão produtiva sustentável e o fortalecimento da governança ambiental.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Política Estadual de Recursos Hídricos

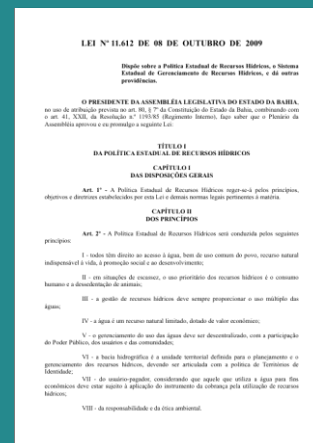
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2009

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Bacias Hidrográficas; Governança da Água; Segurança Hídrica



Resumo executivo

A Política Estadual de Recursos Hídricos da Bahia institui os fundamentos legais e estratégicos para a gestão integrada, descentralizada e participativa das águas no território baiano. Alinhada aos princípios do uso múltiplo e sustentável, a política estabelece mecanismos como o planejamento por bacias hidrográficas, a outorga de uso, a cobrança pelo uso da água, o enquadramento dos corpos hídricos e os sistemas de monitoramento e informação. Visa garantir a segurança hídrica, o equilíbrio ambiental e o acesso equitativo aos recursos, articulando a atuação do Estado, dos usuários e da sociedade civil. O enfoque estratégico está na governança colaborativa, na preservação das fontes hídricas e no enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia

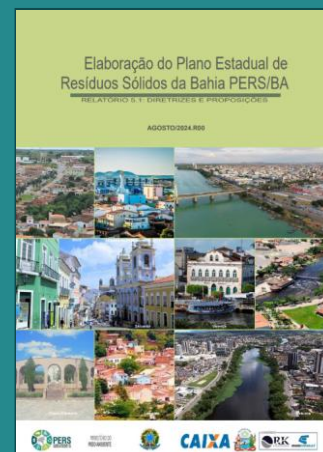
Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Resíduos sólidos; Economia circular; Recuperação ambiental; Saneamento; Desenvolvimento regional



Resumo executivo

O Plano apresenta um conjunto robusto de diretrizes e proposições estratégicas para estruturar a política pública de gestão integrada de resíduos sólidos no estado, articulando sustentabilidade ambiental, desenvolvimento regional e inclusão socioprodutiva. Com base em 16 diretrizes temáticas e respectivas metas, o plano propõe soluções técnicas e legais para diferentes fluxos de resíduos, com atenção especial à erradicação dos lixões, educação ambiental, logística reversa, valorização dos catadores e inovação tecnológica. Estruturado segundo princípios dos ODS e alinhado à estratégia nacional e às políticas estaduais, o plano articula governança multinível, recuperação de áreas degradadas, seleção de áreas para aterros e critérios para remediação de vazadouros.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil | 2024 – 2034

Responsável: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Gestão de riscos; Desastres naturais; Mudança climática; Vulnerabilidade socioambiental; Planejamento territorial; Dados geoespaciais; Resiliência climática.



Resumo executivo

O plano traz um diagnóstico aprofundado dos cenários de risco de desastres no Brasil no curto, médio e longo prazo, com base em evidências históricas e projeções climáticas. A metodologia combina bases de dados oficiais, modelagem estatística e geoespacial, e indicadores como o Índice de Risco Qualitativo (IRQ) e o Indicador de Capacidade Municipal (ICM), permitindo a geração de cenários de tendência para eventos como secas, inundações, incêndios florestais e ondas de frio. O documento destaca desigualdades regionais na capacidade de resposta dos municípios e propõe mapas interativos e bases espaciais como instrumentos para orientar políticas públicas territoriais de mitigação e adaptação climática.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Meio Ambiente

Responsável: Secretaria Estadual do Meio Ambiente

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Meio ambiente;
Biodiversidade; Mudanças climáticas;
Governança ambiental; Educação ambiental;
Justiça socioambiental; Sustentabilidade.



Resumo executivo

O Plano Estadual de Meio Ambiente da Bahia (2024–2031) constitui um instrumento de médio prazo voltado à gestão integrada e sustentável dos recursos naturais, alinhado à Política Estadual de Meio Ambiente e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Plano é estruturado em 10 temas-chave — como mudanças climáticas, biodiversidade, saneamento, educação ambiental e uso múltiplo das águas. Cada tema é acompanhado de compromissos e iniciativas estruturantes, que estabelecem diretrizes amplas para articulação de políticas públicas. O Plano prevê, ainda, um modelo de monitoramento e avaliação a partir de indicadores estratégicos selecionados para cada tema, com a definição de metas com o horizonte de 2031. O PEMA incorpora diretrizes de justiça socioambiental, equidade territorial, valorização da sociobiodiversidade e transição ecológica.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia

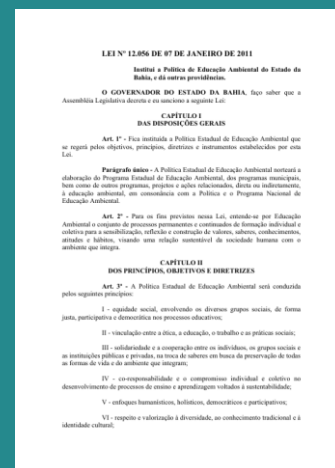
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2011

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Educação Ambiental; Sustentabilidade; Gestão Ambiental; Ensino Formal e Não Formal; Diversidade Sociocultural; Planejamento Territorial.



Resumo executivo

A Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia, instituída pela Lei nº 12.056/2011, estabelece um marco normativo para promover a formação crítica e continuada da população quanto à sustentabilidade socioambiental. A política articula princípios como equidade social, respeito à diversidade, participação cidadã e transversalidade pedagógica, estruturando ações em ensino formal, não formal, educomunicação e integração às políticas públicas. Organizada em torno do Programa Estadual de Educação Ambiental (PEA), do Diagnóstico Estadual e de um Sistema de Informações, a política mobiliza instituições públicas e privadas, além da sociedade civil, para garantir a inserção da educação ambiental em todas as esferas do planejamento, com foco na gestão democrática, descentralizada e baseada em redes colaborativas.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais

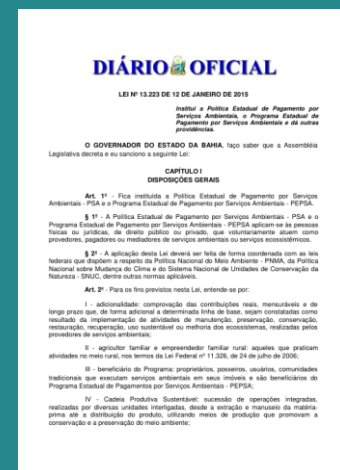
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2015

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Serviços Ambientais;
Desenvolvimento Sustentável; Ecossistemas;
Valoração Ecológica; Agricultura Familiar;
Comunidades Tradicionais; Biodiversidade;
Recursos Hídricos; Incentivos Ambientais.



Resumo executivo

A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais da Bahia, instituída pela Lei nº 13.223/2015, estabelece um arcabouço legal e institucional para reconhecer, valorizar e remunerar ações de conservação, restauração e uso sustentável dos ecossistemas. A política contempla subprogramas voltados ao carbono, recursos hídricos e biodiversidade, com prioridade para agricultores familiares e comunidades tradicionais. A iniciativa promove incentivos monetários e não monetários, integrando instrumentos como valoração ecológica, monitoramento, assistência técnica e plataforma digital de fomento ao mercado ambiental. O Estado exerce papel coordenador, regulador e financiador, em articulação com municípios e sociedade civil, para internalizar externalidades ambientais, garantir equidade na repartição dos benefícios e impulsionar um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Política de Mudança de Clima do Estado da Bahia

Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2011

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Mudança do Clima;
Adaptação Climática; Desenvolvimento
Sustentável; Governança Climática;
Tecnologias Limpas.



Resumo executivo

A Lei nº 12.050/2011 institui a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia, com o objetivo de orientar ações públicas e privadas voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, promovendo o desenvolvimento sustentável com justiça socioambiental. A política estabelece princípios como prevenção, equidade intergeracional, responsabilidade compartilhada e valorização da ciência, propondo instrumentos para integração setorial, articulação federativa, promoção de tecnologias limpas e uso de mecanismos financeiros e regulatórios. Entre seus eixos estratégicos estão a redução de emissões de gases de efeito estufa, adaptação de territórios vulneráveis e criação de um plano estadual específico, com governança participativa e base científica.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Política de Transição Energética do Estado da Bahia

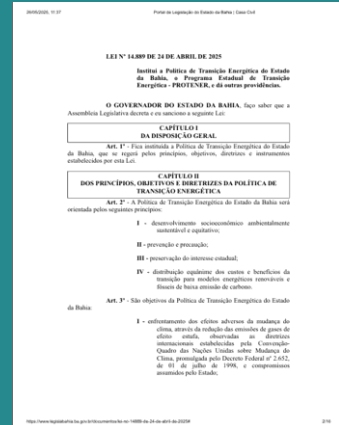
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Transição Energética;
Energias Renováveis; Baixo Carbono



Resumo executivo

A Lei nº 14.889/2025 institui a Política de Transição Energética da Bahia e o Programa Estadual de Transição Energética (PROTENER), com o objetivo de promover uma economia de baixo carbono, sustentável e inclusiva. A política estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para ampliar o uso de energias renováveis, estimular a inovação tecnológica, fortalecer a segurança energética e articular ações públicas e privadas. O PROTENER estrutura-se em seis subprogramas voltados ao fomento de mercados sustentáveis, eficiência energética, exploração mineral responsável, mercado de carbono e PD&I. A política contempla incentivos fiscais, fundos dedicados, formação profissional e polos estratégicos regionais, com forte papel do Estado na coordenação, regulação e fomento à infraestrutura, priorizando a participação do semiárido e da agricultura familiar.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Saúde | 2024 – 2027

Responsável: Secretaria de Saúde (SESAB)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Saúde

Palavras-chave: Planejamento em saúde; SUS; Atenção primária; Governança em saúde; Monitoramento; Inovação em saúde.



Resumo executivo

O Plano Estadual de Saúde da Bahia 2024–2027 define os rumos da política pública de saúde no estado para os próximos quatro anos, estruturando 7 diretrizes, 17 objetivos estratégicos, 73 metas e indicadores, a partir de ampla análise da situação de saúde e intensa participação social. Alinhado ao Plano Plurianual e às deliberações da 11ª Conferência Estadual de Saúde, o plano incorpora um enfoque regionalizado e intersetorial, atento às desigualdades territoriais, demográficas e sociais, sobretudo entre populações historicamente invisibilizadas. Com abordagem abrangente e orientada pela equidade, propõe o fortalecimento da Atenção Primária, da vigilância em saúde, das redes de atenção especializada e da assistência farmacêutica, além de inovações em saúde digital, pesquisa e educação permanente.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Política Estadual de Atenção Básica

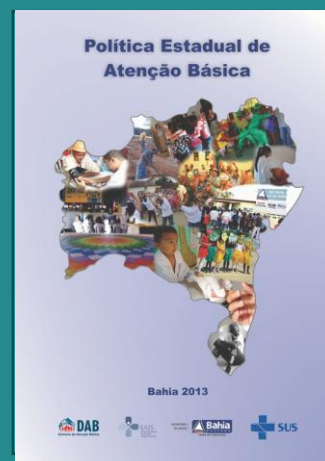
Responsável: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2013

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Saúde

Palavras-chave: Atenção Básica; Saúde da Família; Infraestrutura em Saúde



Resumo executivo

A Política Estadual de Atenção Básica da Bahia consolida um modelo de atenção à saúde estruturado a partir das realidades regionais e da gestão compartilhada entre Estado e municípios. Fundamentada nos princípios do SUS, propõe ações articuladas de promoção, prevenção, cuidado e vigilância, com foco na equidade, territorialização e participação social. A política contempla estratégias como provimento de equipes multiprofissionais, valorização do trabalho em saúde, qualificação da infraestrutura e processos de Educação Permanente. Destacam-se os investimentos em expansão da cobertura da Estratégia de Saúde da Família, fortalecimento da atenção bucal, do Telessaúde e das práticas integrativas, ampliando o acesso e a resolutividade dos serviços no território baiano.

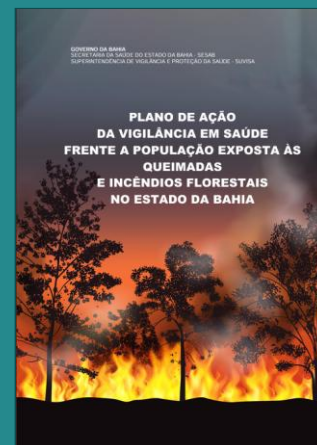
Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano de Ação da Vigilância em Saúde Frente à População Exposta às Queimadas e Incêndios Florestais no Estado da Bahia

[LINK PDF](#)



Responsável: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Saúde

Palavras-chave: Saúde Pública; Vigilância em Saúde; Gestão de risco; Prevenção ambiental; Queimadas; Risco Ambiental.

Resumo executivo

O documento apresenta o Plano de Ação da Vigilância em Saúde frente à população exposta às queimadas e incêndios florestais no Estado da Bahia, elaborado pela Suvisa/Sesab. Com base na Política Nacional de Vigilância em Saúde, o plano estrutura ações em três etapas da gestão do risco: redução, manejo e recuperação. Aponta impactos significativos à saúde pública, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares e acidentes de trabalho, com ênfase em populações vulneráveis (crianças, idosos, brigadistas). Define responsabilidades dos diversos órgãos do SUS, detalha a atuação da Rede de Vigilância, Comitês Operacionais de Emergência (COE), e estabelece indicadores para monitoramento e resposta. O documento enfatiza a articulação intersetorial e o fortalecimento da capacidade institucional do Estado para prevenir, monitorar e responder de forma coordenada às emergências, garantindo proteção da saúde e integridade dos serviços.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Política Nacional de Vigilância em Saúde

Responsável: Conselho Nacional de Saúde

Ano de Publicação: 2018

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Saúde

Palavras-chave: Vigilância em saúde;

Promoção da saúde; Equidade territorial

RESOLUÇÃO Nº 588, DE 12 DE JULHO DE 2018

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Tricentésima Sétima Sessão Ordinária, realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2018, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pela Lei nº 1.326, de 11 de julho de 2016, e seguindo as diretrizes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata, e

considerando a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;

considerando que, segundo previsto constitucional, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, compete aos municípios do SUS;

considerando que compete ao SUS, entre outras atribuições, a execução das ações de vigilância em saúde, conforme determina a Constituição Federal de 1988;

considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, especialmente quando define como um dos objetivos do SUS a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas;

considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de Setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde e seu anexo I, que trata das Diretrizes para Organização da Rede de Atenção à Saúde do SUS;

considerando a Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS e seu anexo III, que trata das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde;

considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de Setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a organização dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS;

considerando a necessidade de implementação de ações de vigilância em saúde em todos os níveis do SUS;

considerando a necessidade de definição dos princípios, das diretrizes e das estratégias a serem observadas nos níveis de gestão do SUS que se refere à vigilância em saúde;

considerando as deliberações da 13ª Conferência Nacional de Saúde (13ª CNS);

considerando o disposto na Lei nº 1ª da Resolução CNS nº 533/2018, que trata do Regimento da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (1ª CNVS), segundo o qual o objetivo central consiste na adoção de "Programa direcionador para a consolidação da Política Nacional de Vigilância em Saúde e a implementação de ações de Promoção e Proteção à Saúde";

Resumo executivo

A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), instituída pela Resolução nº 588/2018 do Conselho Nacional de Saúde, estabelece diretrizes e estratégias para a promoção da saúde e prevenção de doenças, orientando a atuação do SUS nos territórios. Com caráter universal, transversal e público, a PNVS integra vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador, sendo aplicada em todos os níveis de atenção à saúde, nos setores público e privado. A política articula ações com base em risco e vulnerabilidade, priorizando territórios e populações em desigualdade. Define princípios como equidade, participação social, intersetorialidade e regionalização. O Estado é o responsável pela gestão, articulação e financiamento tripartite. A PNVS reforça a vigilância como eixo estruturante da atenção integral e da organização da Rede de Atenção à Saúde, valorizando o controle social e o uso de evidências para gestão.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Plano multirrisco: preparação e respostas às emergências em saúde pública no estado da Bahia: desastres naturais e tecnológicos

[LINK PDF](#)



Responsável: Secretaria de Saúde

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Saúde

Palavras-chave: Emergências em saúde pública; Gestão de risco; Vigilância em saúde; Desastres naturais; Desastres tecnológicos;; SUS; Atenção integral à saúde.

Resumo executivo

O Plano estabelece diretrizes operacionais para prevenir, mitigar, responder e recuperar danos à saúde da população em situações de emergência. A ocorrência destes eventos, somados à vulnerabilidade da população, implica em impactos no Setor Saúde, podendo gerar sobrecarga do sistema e recursos, sendo necessário a adoção de estratégias, a fim de evitar as Emergências em Saúde Pública (ESP). O plano enfatiza a atuação intersetorial, a regionalização do SUS e a formação de comitês operacionais de emergência (COEs) como instrumentos-chave. Integra protocolos de resposta, matrizes de responsabilidade, rotinas de monitoramento e fluxos de comunicação entre as esferas de governo. Reforça, ainda, a importância da educação permanente e da vigilância de populações vulneráveis, promovendo uma abordagem sistêmica, proativa e territorializada da saúde coletiva.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Contingências das Arboviroses | 2024 – 2026

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria de Saúde (SESAB)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Saúde

Palavras-chave: Arboviroses; Dengue; Chikungunya; Zika; Vigilância em saúde; Gestão de emergências; Aedes aegypti; Controle vetorial.



Resumo executivo

O Plano apresenta uma estratégia articulada frente à circulação endêmica e potencialmente epidêmica da dengue, chikungunya e zika na Bahia. Estruturado em componentes operacionais como gestão, vigilância, assistência, controle vetorial, o plano define níveis de ativação baseados em cenários de risco e propõe ações escalonadas conforme a evolução dos casos. Com base em evidências epidemiológicas e nos princípios da vigilância em saúde, a proposta busca reduzir a morbimortalidade, integrar serviços de saúde e fortalecer capacidades locais e regionais de resposta. A abordagem territorializada e proativa visa garantir prevenção contínua, resposta rápida e recuperação eficiente diante de eventos relacionados às arboviroses urbanas.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social | 2024-2033

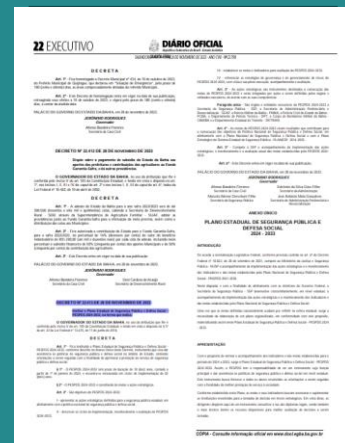
Responsável: Secretaria da Segurança Pública da Bahia e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Segurança Pública

Palavras-chave: Segurança pública; Violência; Governança integrada; Sistema prisional.



Resumo executivo

O PESPDS 2024–2033 institui a política de segurança pública da Bahia para os próximos dez anos, alinhada ao Plano Nacional de Segurança Pública e ao PLANESP estadual, visando à redução da violência, ao fortalecimento da governança e à integração interinstitucional. Estruturado em cinco ciclos bienais, o plano estabelece 13 metas, incluindo a redução das taxas de homicídios, latrocínios, mortes violentas de mulheres e no trânsito, bem como melhorias no sistema prisional. A proposta reafirma o papel central do Estado na coordenação da política de segurança pública, com a definição de 11 ações estratégicas conduzidas por órgãos como SSP, SEAP, DETRAN e outros, para o atingimento das metas pactuadas. O Plano adota, ainda, um modelo robusto de governança baseado em comitês colegiados e instrumentos de monitoramento, avaliação e gestão de riscos.

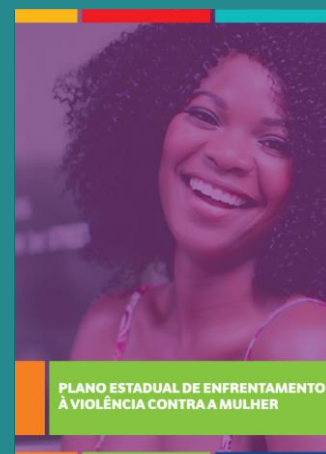
Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Integrado de Enfrentamento à Violência contra Mulheres no Estado da Bahia | 2023 – 2032

[LINK PDF](#)



Responsável: Secretaria da Segurança Pública

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Segurança Pública

Palavras-chave: Violência de gênero; Segurança pública; Feminicídio; Rede de atendimento; Equidade de gênero

Resumo executivo

O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Bahia (2023–2032) estabelece as bases para uma política pública estratégica e integrada no âmbito da segurança pública, com foco na prevenção, proteção, responsabilização e atendimento qualificado às mulheres em situação de violência. Estruturado em seis iniciativas estratégicas e metas bienais, o plano visa reduzir a taxa estadual de mortes violentas de mulheres para abaixo de 2,1 por 100 mil até 2032, por meio de ações como capacitação das forças de segurança, ampliação da rede especializada de atendimento, uso de tecnologia da informação, fortalecimento da governança e proteção de grupos vulneráveis (indígenas, quilombolas, mulheres negras e trans).

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública (3ª edição) | 2016 – 2025

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria da Segurança Pública

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Segurança Pública

Palavras-chave: Segurança pública; Combate ao crime; Polícia comunitária; Pacto pela Vida; Infraestrutura institucional.



Resumo executivo

Em sua 3ª edição, o Plano constitui a principal diretriz de planejamento da Secretaria da Segurança Pública da Bahia, com foco em modernizar, integrar e aprimorar as ações dos órgãos de segurança do Estado. O documento mantém 17 objetivos estratégicos e atualiza 86 fatores críticos de sucesso, estruturando um portfólio diversificado de projetos e processos. As ações abrangem desde repressão qualificada ao crime organizado e fortalecimento da polícia comunitária, até investimentos em tecnologia da informação, infraestrutura e valorização profissional. O plano enfatiza uma abordagem territorializada e orientada por resultados, ancorada em indicadores de desempenho e metas pactuadas, buscando a redução da criminalidade, o fortalecimento da governança e a ampliação da sensação de segurança.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social | 2021 – 2030

[LINK PDF](#)



Responsável: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Segurança Pública

Palavras-chave: Segurança; Pública; Nacional; Defesa; Ações; Políticas; Dados; Governança.

Resumo executivo

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social define metas e ações para reduzir a violência, proteger profissionais e aprimorar o sistema prisional. Visa fortalecer a prevenção de crimes e a proteção de grupos vulneráveis, com monitoramento contínuo para alcançar seus objetivos. Alinhado à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp), o plano estabelece uma política pública de Estado centrada na valorização da vida e na integração federativa. Apresenta objetivos, metas e indicadores voltados à redução de mortes violentas, crimes patrimoniais, prevenção de desastres e reestruturação do sistema prisional, articulando 12 ações estratégicas em áreas como repressão qualificada, inteligência, infraestrutura, capacitação, modernização institucional e enfrentamento das violências de gênero.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Viva Turismo Bahia

Responsável: Secretaria de Turismo

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo; Cultura; Promoção turística; Infraestrutura turística; Eventos culturais; Economia criativa.



Resumo executivo

O Plano Viva Turismo Bahia apresenta uma estratégia abrangente para a retomada e fortalecimento do setor turístico pós-pandemia, com foco no desenvolvimento socioeconômico sustentável. Estruturado em quatro eixos estratégicos — biossegurança, capacitação, infraestrutura e promoção — o plano propõe ações para qualificação de profissionais, regulação de serviços turísticos, requalificação urbana, valorização da cultura e promoção dos destinos baianos em eventos nacionais e internacionais. Contempla iniciativas como o Projeto Bahia Redescobre a Bahia, campanhas promocionais, capacitações em parceria com SENAC, SEBRAE e universidades. Com apoio a eventos culturais e gastronômicos em todas as 13 zonas turísticas, o plano reforça a identidade regional e a hospitalidade baiana.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Estratégia Turística da Bahia 4.0

Responsável: Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo; Ecoturismo; Economia criativa; Cultura; Eventos; Promoção internacional



Resumo executivo

A Estratégia Turística da Bahia 4.0 – 2020–2030 configura um plano estratégico de desenvolvimento do turismo estadual, orientado para a modernização, inovação e sustentabilidade do setor como vetor de dinamização econômica, geração de empregos e valorização cultural. O documento se estrutura em quatro eixos estratégicos (Biossegurança, Qualificação, Integração Econômica e Promoção e Marketing), dois pilares (Inovação e Sustentabilidade) e dois eixos transversais (Regionalização e Gestão Compartilhada), delineando posicionamento por segmentos prioritários (como turismo étnico, náutico, de eventos e bem-estar). A política parte de lições aprendidas com estratégias anteriores e responde aos impactos da pandemia de Covid-19, adotando metodologias participativas e dados robustos para alinhar o planejamento à realidade socioeconômica baiana.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Baía de Todos-os-Santos

[LINK PDF](#)

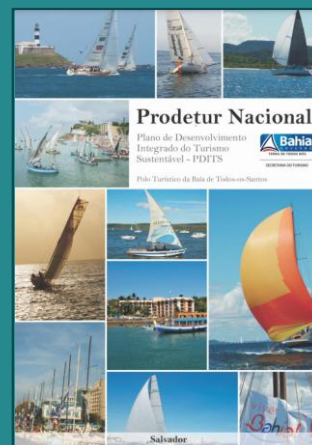
Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2012

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo sustentável;
Planejamento regional; Patrimônio cultural;
Desenvolvimento territorial



Resumo executivo

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Baía de Todos-os-Santos propõe estratégias para consolidar a região como destino turístico competitivo, com foco nos segmentos náutico e cultural. Estruturado com base em diagnósticos econômicos, sociais, ambientais e turísticos, o plano abrange 18 municípios e visa orientar ações em infraestrutura, qualificação profissional, fortalecimento institucional e proteção do patrimônio. O documento articula o planejamento territorial com o desenvolvimento do turismo sustentável, promovendo a descentralização do fluxo turístico e a valorização da identidade cultural local. A proposta enfatiza o papel do Estado como articulador e indutor do desenvolvimento turístico sustentável, envolvendo atores públicos, privados e a comunidade na execução de mais de 100 projetos priorizados para curto, médio e longo prazo.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Chapada Diamantina (1ª versão)

[LINK PDF](#)

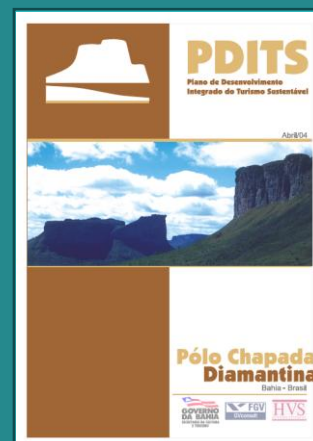
Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2004

Abrangência territorial: Regional

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo sustentável;
Planejamento regional; Patrimônio cultural;
Desenvolvimento territorial



Resumo executivo

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Chapada Diamantina propõe estratégias para estruturar e impulsionar o turismo nos 28 municípios da região, organizados em três circuitos regionais. Com base em amplo diagnóstico socioeconômico, ambiental e institucional, o plano identifica potencialidades e fragilidades, propondo mais de 100 ações nas áreas de infraestrutura, saneamento, capacitação profissional, preservação ambiental e valorização do patrimônio cultural. As estratégias estão alinhadas com diretrizes de desenvolvimento sustentável, articulando os setores público e privado. A proposta também contempla um plano de ação detalhado, com intervenções priorizadas até 2020 e forte componente de participação comunitária. O Estado exerce papel central como articulador, visando integrar os circuitos turísticos, melhorar a oferta técnica, qualificar a gestão municipal e promover produtos turísticos competitivos e sustentáveis, com destaque para o ecoturismo, o turismo histórico e o fortalecimento das economias locais.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa do Descobrimento

[LINK PDF](#)

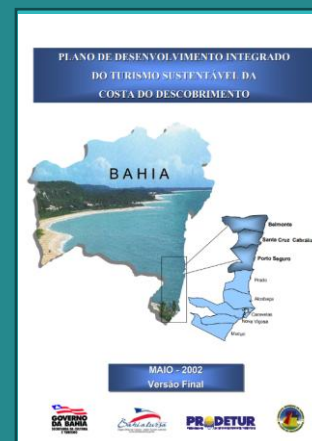
Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2002

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo sustentável;
Planejamento regional; Patrimônio cultural;
Desenvolvimento territorial



Resumo executivo

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento apresenta estratégias para estruturar o turismo na região, com base em ampla análise socioeconômica, ambiental e institucional. O plano propõe ações em três componentes: fortalecimento da gestão municipal, infraestrutura e capacitação, e promoção de investimentos privados. Os objetivos centrais são a melhoria da qualidade de vida da população local e a sustentabilidade da atividade turística. Destacam-se a valorização do patrimônio natural e histórico-cultural, o combate à informalidade, a qualificação da mão de obra e a inclusão das comunidades na cadeia produtiva do turismo. Com horizonte de 20 anos, estima-se impacto relevante em emprego e renda, além da qualificação do destino para atrair turistas com maior poder aquisitivo. O Estado exerce papel articulador, alinhando políticas públicas à estratégia de desenvolvimento regional sustentável.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Litoral Sul

[LINK PDF](#)

Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2016

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo sustentável;
Planejamento regional; Patrimônio cultural;
Desenvolvimento territorial



Resumo executivo

Com foco na organização do turismo de forma articulada, sustentável e competitiva, o plano do Litoral Sul da Bahia orienta intervenções em 14 municípios a partir de uma leitura aprofundada dos contextos socioeconômico, ambiental e institucional da região. A proposta se apoia na valorização dos ativos culturais e naturais, mas reconhece gargalos estruturais como precariedade em serviços básicos, fragilidade institucional e pressão sobre o meio ambiente. Para enfrentar esses desafios, são priorizadas ações que fortaleçam a gestão pública e privada, qualifiquem a mão de obra local e ampliem o protagonismo comunitário nos processos decisórios. A descentralização do turismo e o estímulo ao associativismo empresarial também são destacados como vetores de transformação. Com planejamento de médio e longo prazo, o Estado se posiciona como coordenador das políticas de desenvolvimento territorial, promovendo inclusão, sustentabilidade e dinamismo econômico para a região.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e Entorno

[LINK PDF](#)

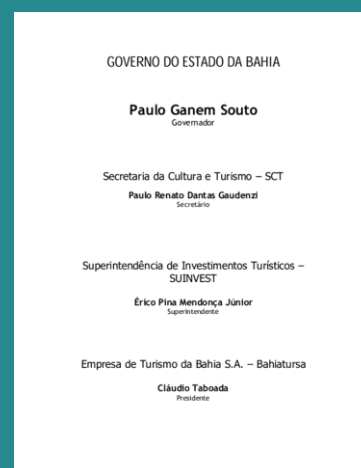
Responsável: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2003

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Turismo sustentável;
Planejamento regional; Patrimônio cultural;
Desenvolvimento territorial



Resumo executivo

O plano de desenvolvimento turístico sustentável para o território de Salvador e seu entorno apresenta uma estratégia abrangente para estruturar e qualificar o turismo na região, com base em diagnóstico socioeconômico, ambiental, institucional e cultural. O documento propõe diretrizes integradas em sete eixos principais, incluindo a análise de investimentos anteriores, formulação de estratégias turísticas, construção de quadros prospectivos e plano de ação, com foco em infraestrutura, preservação do patrimônio, qualificação profissional, fortalecimento da gestão pública e promoção de investimentos privados. Com mais de 100 ações mapeadas, o plano busca descentralizar o fluxo turístico, valorizar o patrimônio histórico-natural, fomentar o associativismo e garantir a inclusão das comunidades locais na cadeia produtiva. O Estado atua como indutor do desenvolvimento sustentável, promovendo a integração das zonas turísticas e o uso estratégico dos recursos, com impacto esperado na geração de emprego, renda e valorização dos atrativos turísticos.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia

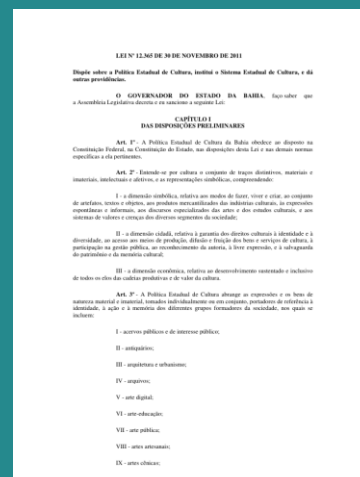
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2011

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Sistema Estadual de Cultura; Diversidade Cultural; Fomento à Cultura; Patrimônio Cultural; Gestão Cultural; Economia Criativa; Inclusão Sociocultural



Resumo executivo

A Lei nº 12.365/2011 institui a Política Estadual de Cultura da Bahia e o Sistema Estadual de Cultura, estabelecendo diretrizes para garantir o direito à cultura como dimensão simbólica, cidadã e econômica do desenvolvimento. O documento estrutura um sistema integrado de gestão, fomento, participação social e articulação federativa, visando democratizar o acesso à cultura, valorizar a diversidade e fortalecer os setores culturais em seus territórios e segmentos. Com objetivos amplos, a política promove a descentralização de investimentos, o reconhecimento da memória e dos patrimônios, a inclusão social e a articulação com as demais políticas públicas do estado. O papel do Estado é central, tanto na formulação e execução da política cultural quanto na garantia da infraestrutura, financiamento e mecanismos participativos, como conferências, conselhos e fóruns, fortalecendo a governança e a sustentabilidade do setor cultural baiano.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Plano Estadual de Cultura

Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2014

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Turismo e Cultura

Palavras-chave: Diversidade Cultural;

Sistema Estadual de Cultura; Direitos

Culturais; Fomento Cultural



Resumo executivo

O Plano Estadual de Cultura da Bahia define as diretrizes estratégicas da política cultural do Estado para o período de dez anos, fundamentado na valorização da diversidade, na inclusão sociocultural e na territorialização das ações. Estruturado em 07 diretrizes, 20 estratégias e 62 ações, o plano orienta o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura, promove a articulação interinstitucional e propõe mecanismos de financiamento, participação social e fomento à produção e difusão cultural. A elaboração contou com ampla participação social e visa garantir o acesso aos direitos culturais, o respeito às identidades e a integração das políticas culturais ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades regionais e sociais. O Estado assume papel articulador, promotor e garantidor de uma política pública contínua, democrática e descentralizada.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS



3.2

Agendas

Subtítulo do subcapítulo

Agenda Estratégica das Câmaras Setoriais da Agropecuária 2010-2030

[LINK PDF](#)



Responsável: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia

Ano de Publicação: 2011

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Cadeias Produtivas; Agropecuária; Desenvolvimento Regional; Governança Setorial; Inovação; Logística

Resumo executivo

A Agenda Estratégica das Câmaras Setoriais 2010–2030 estrutura um plano de desenvolvimento para as cadeias produtivas da agropecuária baiana, construído de forma participativa com representantes de setores econômicos e órgãos públicos. O documento consolida um diagnóstico técnico e institucional das cadeias, identificando forças, fragilidades e oportunidades, e propõe ações integradas de curto e longo prazo em áreas como assistência técnica, crédito, comercialização, logística, defesa agropecuária, inovação e governança. Organizada por câmaras temáticas (algodão, apicultura, cacau, café, leite, frutas, entre outras), a agenda traça visões de futuro específicas e metas orientadas à competitividade sustentável, inclusão produtiva, geração de valor agregado e redução de desigualdades regionais.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Contexto Global: 2020-2030-2040 – Forças motrizes e dinâmicas emergentes no contexto global

[LINK PDF](#)



Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Sustentabilidade; Mudança Climática; Transformação Digital; Saúde Global; Segurança Alimentar

Resumo executivo

O documento analisa megatendências globais que impactam a agricultura brasileira até 2040, com enfoque sistêmico nas dimensões demográfica, ambiental, tecnológica, econômica e política. Aborda transformações estruturais como urbanização acelerada, envelhecimento populacional, mudanças climáticas, transição energética, instabilidades geopolíticas e a intensificação da digitalização, propondo cenários de riscos e oportunidades para o Brasil. A análise prospectiva busca subsidiar a formulação de políticas públicas e estratégias setoriais, reforçando o papel do Estado e da sociedade na construção de sistemas agroalimentares resilientes, sustentáveis e adaptados às novas dinâmicas globais.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

Contexto Global: 2020-2030-2040 – Governança e regulação internacional e nacional

[LINK PDF](#)



Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Governança Global; Agenda 2030; Clima; Biodiversidade; Sistemas Alimentares; Agricultura Sustentável;

Resumo executivo

O documento examina os principais marcos da governança e regulação nacional e internacional com impactos sobre a agricultura brasileira, enfatizando a convergência entre agendas globais como a Agenda 2030, o Acordo de Paris e o Green Deal Europeu, bem como o papel estratégico do Brasil na construção de políticas sustentáveis. Destaca a Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU como catalisadora de coalizões multilaterais e orientações para transformação dos sistemas alimentares. Aborda a importância de políticas intersetoriais para mudança do clima, biodiversidade e bioeconomia, incluindo instrumentos como o Plano ABC e o ETF do Acordo de Paris. Ressalta também o processo de acesso do Brasil à OCDE, com implicações diretas para o setor agrícola. O enfoque é prospectivo, promovendo a articulação entre governo, setor privado e sociedade civil na formulação de políticas públicas coerentes com compromissos internacionais e sustentáveis no longo prazo.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE FUTURO

Contexto Global: 2020-2030-2040 – Ecossistema de inovação do agro brasileiro

[LINK PDF](#)



Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Inovação; Startups;
Ecossistemas Regionais; Parcerias Público-Privadas; Cooperativismo; Bioeconomia

Resumo executivo

O documento analisa os desafios e oportunidades para o fortalecimento do ecossistema de inovação do agro brasileiro diante de um cenário fiscal restritivo, crescente complexidade tecnológica e demandas sociais e ambientais emergentes. Destaca a necessidade de articulação entre financiamento público, estratégia de longo prazo e políticas regionais de CT&I, com ênfase em governança mais ágil, parcerias público-privadas e uso de mecanismos como *living labs*, *farmlabs* e plataformas cooperativas. Aponta o crescimento das startups no setor de agricultura e o papel delas na dinamização do setor, além da importância dos sistemas regionais de inovação para reduzir desigualdades e gerar soluções compatíveis com os ODS. O enfoque é prospectivo, propondo a reconfiguração da pesquisa agropecuária pública, maior abertura científica, novas métricas de impacto e o engajamento do setor privado como impulsionador da inovação orientada ao valor social e ambiental.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

Visão de Futuro do Agro Brasileiro

Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Sustentabilidade; Bioeconomia; Inovação Tecnológica; Governança



Resumo executivo

O documento Visão de Futuro do Agro Brasileiro sintetiza oito megatendências que orientarão a atuação estratégica do setor agropecuário nacional no longo prazo. Resultado de análises de 126 documentos, 37 eventos e a colaboração de mais de 300 especialistas, apresenta propostas voltadas à sustentabilidade, adaptação climática, transformação digital, mudanças no consumo e fortalecimento da governança. O enfoque é prospectivo, com ênfase no papel da Embrapa e demais atores públicos e privados na promoção de soluções tecnológicas, econômicas e integradas, visando consolidar o Brasil como referência global em produção agroambiental responsável.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

Educação, Cacau e Turismo: Propostas de Ação com o Governo do Estado

[LINK PDF](#)



Responsável: Agência de Desenvolvimento Regional Sul da Bahia

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional;
Educação Integral; Cacau; Turismo
Sustentável; Governança; Inclusão Produtiva;

Resumo executivo

O documento apresenta propostas articuladas pela ADR Sul da Bahia para o governo estadual, com foco nos eixos estruturantes de Educação, Cacau e Turismo, visando o desenvolvimento sustentável do Litoral Sul da Bahia no período de 2023 a 2026. Com base em diagnósticos territoriais e ampla articulação entre sociedade civil, setor privado e poder público, as propostas preveem ações como a expansão do ensino médio integral e profissionalizante, o fortalecimento da cadeia produtiva do cacau com incremento de produtividade e renda, e o posicionamento estratégico do turismo regional como vetor de inclusão e geração de renda. O enfoque é estratégico e prospectivo, reforçando o papel do Estado como catalisador de políticas estruturantes, e da ADR como facilitadora da governança territorial integrada.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Mapeamento das Expectativas das Micro e Pequenas Empresas Baianas

[LINK PDF](#)



Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Microempresas; Pequenos Negócios; Gestão Empresarial; Finanças; Capacitação

Resumo executivo

A pesquisa quantitativa aplicada a 449 micro e pequenas empresas da Bahia mapeou expectativas e necessidades do segmento para os próximos dois anos, revelando que 93% das empresas visam aumentar o faturamento e 69% buscam melhorar estratégias de marketing e vendas. Os principais desafios incluem arrumar as finanças e fidelizar clientes, com demanda por capacitações, consultorias e apoio em gestão financeira e acesso a crédito. A atuação colaborativa e eventos como workshops e feiras são considerados estratégicos para o desenvolvimento empresarial. O estudo destaca a importância do Sebrae como agente de apoio e interlocução, com forte expectativa por atendimento presencial, por WhatsApp e visitas às empresas, especialmente nas regiões mais afastadas, evidenciando o papel do Estado na interiorização do desenvolvimento e no fortalecimento do ecossistema empreendedor baiano.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Pesquisa Propósitos do Afroempreendedores - 2ª edição

Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Afroempreendedorismo; Inclusão Produtiva; Capacitação; Acesso a Crédito



Resumo executivo

A segunda edição da pesquisa realizada pelo SEBRAE/BA traça um panorama detalhado do perfil e das motivações dos afroempreendedores baianos, com base em 338 respondentes autodeclarados pretos e pardos. O estudo revela que a maioria atua nos setores de comércio e serviços, possui ensino superior completo, é MEI e tem negócios com mais de cinco anos de existência. As principais motivações para empreender foram autonomia, desenvolvimento pessoal e aproveitamento de oportunidades, enquanto as maiores dificuldades envolvem acesso a crédito, capacitação e visibilidade. O levantamento destaca ainda o papel estratégico do Black Money e a valorização da cultura afro-brasileira como elementos centrais de fortalecimento do afroempreendedorismo, propondo ações articuladas com instituições de apoio, como capacitações, redes de mentoria e incentivo a políticas públicas específicas.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Relatório da 5ª Conferência Estadual de CT&I

Responsável: Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Inovação; Ciência e Tecnologia; Participação Social; Desenvolvimento Territorial; Educação Científica; Ecossistemas de Inovação



Resumo executivo

O relatório consolida os resultados da 5ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, realizada em 2024, como etapa preparatória para a 5ª Conferência Nacional, com o objetivo de subsidiar a nova Estratégia Nacional de CT&I (2025–2035) e atualizar a política estadual do setor. A conferência envolveu mais de 3 mil participantes em 11 conferências macroterritoriais e 27 conferências livres, resultando em cerca de 1.000 propostas, das quais 300 foram debatidas e priorizadas por representantes de todos os Territórios de Identidade. As proposições organizam-se em quatro eixos estratégicos: fortalecimento do ecossistema estadual de CT&I, reindustrialização com inovação, projetos estratégicos e desenvolvimento social. O enfoque é prospectivo, com propostas voltadas à ampliação da infraestrutura científica, valorização da ciência básica, inovação tecnológica, formação de recursos humanos, justiça social e territorial, e integração dos diversos atores do ecossistema.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Agenda do Setor Produtivo Baiano

Responsável: Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura; Agropecuária; Indústria; Comércio; Turismo; Educação Profissional; Competitividade;



Resumo executivo

O documento apresenta um conjunto integrado de propostas das quatro principais federações do setor produtivo baiano direcionadas ao governo estadual para o período 2023–2026, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável da Bahia. Estruturado a partir das realidades e desafios dos setores de transporte, agropecuária, comércio, turismo e indústria, o documento sistematiza um diagnóstico amplo do ambiente de negócios, educação, segurança, conectividade, inovação. Também propõe ações concretas para modernização logística, fortalecimento do agronegócio, interiorização do desenvolvimento e apoio à competitividade industrial. O enfoque é estratégico e prospectivo, visando à implementação de políticas públicas estruturantes e colaborativas.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

Ciência Tecnologia e Inovação para alguns dos principais desafios do Nordeste

[LINK PDF](#)

Responsável: Consórcio Nordeste

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Regional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Inovação; Biotecnologia; Energias Renováveis; Recursos Hídricos; Bioeconomia;



Resumo executivo

O documento reúne diagnósticos e recomendações voltados ao fortalecimento do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação no Nordeste, com foco em áreas estratégicas como energias renováveis, biocombustíveis, recursos hídricos, biodiversidade, pós-graduação, empregabilidade e biotecnologia. Baseado na colaboração de cerca de 100 especialistas e gestores públicos, apresenta propostas estruturantes para enfrentar os desafios históricos da região, ampliar a inserção produtiva sustentável, estimular a bioeconomia e valorizar os ativos dos biomas locais. O enfoque é prospectivo e orientado à construção de políticas públicas regionais integradas, que consolidem a CT&I como eixo de desenvolvimento e justiça socioambiental, fortalecendo o papel dos estados nordestinos na liderança da transição energética e da inovação inclusiva.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

OBJETIVOS E
METAS

IA para o Bem de Todos – Proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024–2028

[LINK PDF](#)



Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Inteligência artificial; Inovação; Cadeia de valor; Transformação digital.

Resumo executivo

O documento apresenta uma proposta de estratégia nacional para alavancar a inteligência artificial como vetor de inovação, competitividade e soberania tecnológica. Com orçamento previsto de R\$ 23 bilhões, o plano visa a promover o desenvolvimento, a disponibilização e o uso da inteligência artificial no Brasil, orientada à solução dos grandes desafios nacionais, sociais, econômicos, ambientais e culturais,. Como objetivos estão garantir a segurança e os direitos individuais e coletivos, a inclusão social, a defesa da democracia, a integridade da informação, a proteção do trabalho e dos trabalhadores, a soberania nacional e o desenvolvimento econômico sustentável da nação.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Brasil 2045: Construindo uma Potência Ambiental

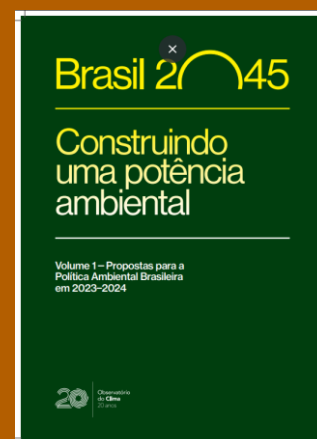
Responsável: Observatório do Clima

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Emissões de carbono;
Governança Ambiental; Bioeconomia;
Desmatamento; Justiça Climática



Resumo executivo

O documento Brasil 2045 – Construindo uma Potência Ambiental apresenta uma estratégia para reposicionar o Brasil como liderança ambiental global, com a meta de se tornar emissor negativo de carbono até 2045. Elaborado por 73 organizações da sociedade civil, reúne 74 propostas para os dois primeiros anos de governo e 62 ações urgentes para os primeiros 100 dias. Defende a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), do Fundo Amazônia e da governança ambiental, o combate à grilagem e ao desmatamento, o fortalecimento da bioeconomia e da justiça climática, além da transição para uma matriz energética renovável. A proposta reafirma o papel do Estado na reconstrução institucional e na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, justo e baseado em evidências científicas.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

VIII Relatório Luz da Sociedade Civil - Agenda 2030 ONU

[LINK PDF](#)

Responsável: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável;
Desigualdades; Governança; Direitos Humanos; Mudança Climática;



Resumo executivo

O VIII Relatório Luz da Sociedade Civil apresenta uma avaliação crítica do cumprimento da Agenda 2030 no Brasil, destacando retrocessos históricos e os desafios estruturais enfrentados, apesar da recente tentativa de retomada dos compromissos por parte do governo federal. Produzido por mais de 80 especialistas e 47 organizações, o relatório analisa o desempenho em todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), classificando apenas 13 metas com progresso satisfatório, frente a 40 em retrocesso e 43 estagnadas. Com enfoque prospectivo, o relatório propõe 160 recomendações e reforça o papel estratégico da sociedade civil na reconstrução de políticas sustentáveis e inclusivas, cobrando compromisso dos três poderes do Estado.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS



3.3

Estudos e Diagnósticos

Megatendências mundiais 2040

Responsável: Universidade Católica de Brasília

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Internacional

Tema: Demografia, Projeções e Cenários

Palavras-chave: Transformação Digital;
Sustentabilidade; Inovação; Governança
Intersetorial; Desenvolvimento Inclusivo.



Resumo executivo

O documento sistematiza 12 megatendências globais com potencial de moldar o futuro até 2040. A análise identifica forças estruturantes como envelhecimento populacional, empoderamento cidadão, transformação digital, biorrevolução, hiperconectividade, novos materiais estratégicos, eventos climáticos extremos e a expansão da exploração espacial. A abordagem contempla cinco dimensões integradas – população e sociedade, geopolítica, ciência e tecnologia, economia e meio ambiente – e resultou na proposição de oito desafios estratégicos ao desenvolvimento brasileiro, como garantir soberania nacional, prover infraestrutura conectada e fortalecer competências tecnológicas. O papel do Estado é reafirmado como articulador de políticas públicas de longo prazo, pautadas pela governança intersetorial, inovação e desenvolvimento inclusivo.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação

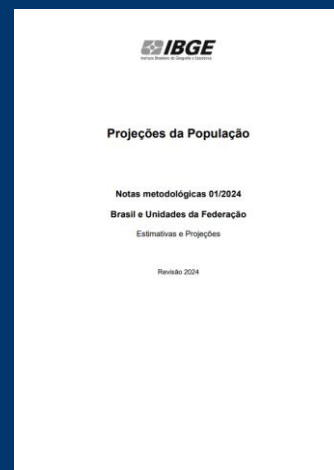
Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Demografia, Projeções e Cenários

Palavras-chave: Projeções Populacionais; IBGE; Fecundidade; Mortalidade; Migração; Censo 2022; Expectativa de Vida; Estrutura Etária; Brasil; Demografia



Resumo executivo

O documento apresenta a revisão 2024 das projeções populacionais do Brasil e de todas as Unidades da Federação para o período de 2023 a 2070, com base nos resultados do Censo Demográfico 2022, registros administrativos e métodos demográficos consolidados. Utilizando o método das componentes demográficas, são estimadas as trajetórias futuras da população por sexo e idade, considerando cenários de fecundidade em queda, aumento da expectativa de vida e migração interna e internacional ajustadas por novos padrões. A Taxa de Fecundidade Total projetada para o Brasil é de 1,57 filhos por mulher em 2023, com tendência de ligeira recuperação até 2070. O documento também apresenta hipóteses de convergência regional e detalha metodologias de correção de sub-registros de nascimentos e óbitos, estrutura etária, padrões migratórios e esperança de vida. As projeções servem como insumo estratégico para a formulação de políticas públicas, alocação de recursos e análise de dinâmicas sociais e econômicas de longo prazo.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

Censo Demográfico 2022 – Identificação Étnico-Racial

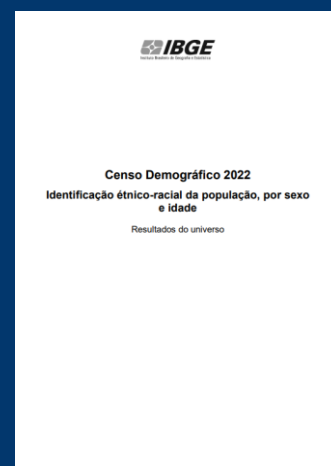
Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Demografia, Projeções e Cenários

Palavras-chave: Cor ou Raça; IBGE; População Preta; População Parda; Indígenas; Autoidentificação; Desigualdade Racial; Estatísticas Oficiais; Diversidade Étnico-Racial



Resumo executivo

O relatório divulga os primeiros resultados oficiais do Censo Demográfico 2022 sobre a identificação étnico-racial da população brasileira, com base em autodeclaração das categorias branca, preta, parda, amarela e indígena. A publicação evidencia mudanças expressivas na composição da população: crescimento das populações preta (de 7,6% para 10,2%), parda (43,1% para 45,3%) e indígena (0,5% para 0,8%), e redução das populações branca (47,7% para 43,5%) e amarela (1,1% para 0,4%). Traz inovações metodológicas importantes, como a confirmação para a categoria amarela e inclusão de perguntas sobre pertencimento indígena e quilombola. Detalha recortes por idade, sexo, região, municípios e Amazônia Legal, revelando desigualdades etárias, de distribuição territorial e de razão de sexo. A publicação fortalece a produção de estatísticas étnico-raciais desagregadas, essenciais para formulação de políticas públicas de equidade e para o monitoramento de compromissos internacionais como a Agenda 2030 e o Consenso de Montevideu.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Censo Demográfico 2022 – Quilombolas e Indígenas

[LINK PDF](#)

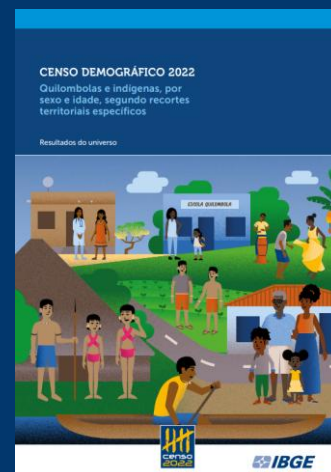
Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Demografia, Projeções e Cenários

Palavras-chave: Censo 2022; Quilombolas; Indígenas; IBGE; Autoidentificação; Estatísticas Étnico-Raciais; Territórios Tradicionais; Consulta Prévia; Diversidade Étnica



Resumo executivo

O relatório apresenta os primeiros resultados desagregados por sexo, idade e território da população quilombola e indígena recenseada pelo Censo Demográfico 2022, marcando um marco histórico na produção de estatísticas oficiais etnicamente diferenciadas no Brasil. Foram identificados 1,33 milhão de quilombolas em 1.696 municípios e 1,69 milhão de indígenas em 3.040 municípios, com significativa presença fora dos territórios oficialmente delimitados. A publicação detalha a metodologia inovadora baseada em autodeclaração e filtros geoespaciais, fundamentada em consultas prévias conforme a Convenção 169 da OIT. Traz dados por Territórios Quilombolas, Terras Indígenas, Amazônia Legal e municípios, abordando temas como idade mediana, razão de sexo e envelhecimento. Destaca a participação ativa das organizações representativas na construção metodológica do Censo, reforçando o papel do Estado na produção de dados que fundamentem políticas públicas de equidade territorial, étnico-racial e cultural.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Relatório com Recomendações para MPEIs produtoras de Cacau/Chocolates da Bahia e Derivados 2024

[LINK PDF](#)

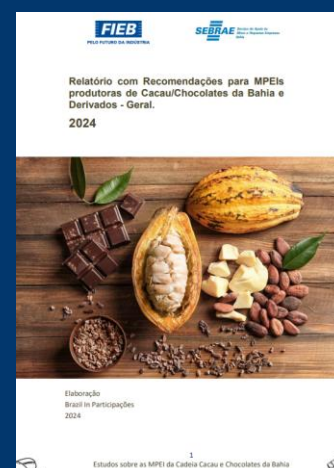
Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE)

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Plano Cacau 2040; Cacau; Bahia; MPEIs; Sustentabilidade; Inovação; Assistência Técnica; Crédito Rural; Zonas Francas; Governança



Resumo executivo

O Plano Cacau +2040 apresenta uma estratégia integrada para transformar a cadeia produtiva do cacau e chocolates da Bahia em um polo de excelência nacional e internacional até 2040, com foco nas Micro e Pequenas Empresas Industriais (MPEIs). O plano parte de um diagnóstico amplo que inclui análise de mercado, entrevistas com produtores e stakeholders, e propõe 15 objetivos estratégicos, 22 ações e 36 iniciativas distribuídas em sete eixos temáticos: Econômico, Sustentabilidade, Fiscal, Publicidade, Social, Político e Governança. Enfatiza ações como modernização da produção, assistência técnica, acesso ao crédito, valorização dos produtos baianos, qualificação da mão de obra, certificações sustentáveis, criação de zonas francas, inovação tecnológica e promoção internacional. O documento reforça o protagonismo da Bahia na cacauicultura brasileira e o papel do Estado e das instituições parceiras como FIEB, Sebrae e Ceplac na indução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, inclusão produtiva e incremento da competitividade no mercado global de cacau e derivados.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Estudo Setorial da Cadeia do Cacau - Vol1

[LINK PDF](#)

Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE)

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Cadeia do Cacau; Bahia; MPEIs; Chocolates Finos; Produtividade; Competitividade; Sustentabilidade; Inovação; Políticas Públicas; Agroindústria



Resumo executivo

O estudo oferece uma análise da cadeia produtiva do cacau e chocolates da Bahia, com foco nas Micro e Pequenas Empresas Industriais (MPEIs). Apresenta diagnóstico técnico, de mercado e institucional, com base em entrevistas, pesquisa de campo e análise de dados secundários. Detalha a estrutura da produção agrícola, do processamento e da fabricação de chocolate, abordando os desafios da baixa produtividade, endividamento dos produtores, acesso ao crédito e infraestrutura precária. O setor baiano responde por 70% da área plantada nacional, mas perde em produtividade para o Pará. A análise competitiva baseada em modelos de Porter e SWOT destaca forças como tradição produtiva, mercado consumidor interno e know-how industrial, e fragilidades como pulverização da produção e escassez de assistência técnica.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Estudo Setorial da Cadeia do Cacau

– Vol2

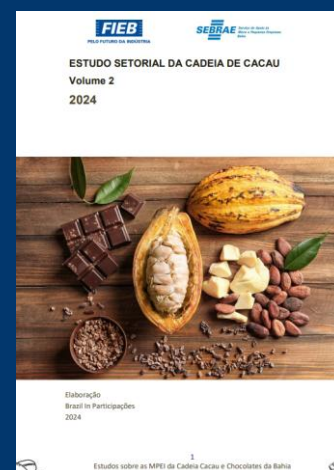
Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE)

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Cadeia do Cacau; Bahia; MPEIs; Competitividade; Cacau Fino; Plano Cacau 2040; Inovação; Agroindústria; Sustentabilidade; Políticas Públicas



Resumo executivo

O estudo traça um diagnóstico detalhado e prospectivo da cadeia de cacau e chocolates na Bahia, com foco nas Micro e Pequenas Empresas Industriais (MPEIs), mapeando entraves, oportunidades, tendências e recomendações estratégicas para o setor. A Bahia é responsável por cerca de 49% da produção nacional de cacau, mas enfrenta gargalos como envelhecimento dos cacauais, baixa produtividade (média de 400–500 kg/ha), pragas endêmicas, carência de crédito, infraestrutura deficiente, informalidade e escassez de mão de obra qualificada. O estudo propõe a articulação do Plano Cacau +2040 e do Inova Cacau 2030, além de ações integradas nos eixos econômico, ambiental, fiscal, social e de governança. Reforça-se o papel do Estado, da CEPLAC e de entidades como APC, CHOCOSUL e SINCAOL na indução de políticas públicas, inovação e inclusão produtiva, consolidando a Bahia como polo estratégico da cacauicultura brasileira.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIA

Oportunidades da bioeconomia no Território Litoral Sul da Bahia

Responsável: Agência de Desenvolvimento Regional Sul da Bahia (ADR-Sul)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Bioeconomia; Cacau; Agricultura Familiar; Território Litoral Sul; Sociobiodiversidade; Frutas Tropicais; Açaí; Desenvolvimento Territorial; Cadeias de Valor



Resumo executivo

O estudo identifica cadeias de valor estratégicas para a bioeconomia no Território Litoral Sul da Bahia, com ênfase na cacauicultura em sistemas agroflorestais e na diversificação produtiva associada a frutas, açaí, jaca, cajá e madeira de eritrina. Fundamentado em dados de campo, entrevistas e análises territoriais, o documento propõe ações para agregar valor aos produtos da sociobiodiversidade, fortalecer arranjos produtivos locais, ampliar acesso a mercados e qualificar organizações sociais. O enfoque é prospectivo e visa a transição para uma economia sustentável com protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, articulando conservação ambiental, inovação, turismo de base comunitária e fortalecimento institucional. O papel do Estado é central na indução de políticas públicas estruturantes e na consolidação de estratégias territoriais integradas.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Produção e Consumo de Produtos Orgânicos no Mundo e no Brasil

Responsável: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Ano de Publicação: 2020

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Desenvolvimento Territorial e Rural

Palavras-chave: Produtos Orgânicos; Agricultura Sustentável; Consumo Consciente; Certificação; Agroecologia; Agricultura Familiar; PAA; PNAE; Sistema Participativo



Resumo executivo

O estudo apresenta um panorama global e nacional da produção e consumo de produtos orgânicos, destacando o crescimento contínuo do setor impulsionado por preocupações ambientais, de saúde e éticas. No mundo, a área destinada à agricultura orgânica cresceu 365% entre 2000 e 2017, com destaque para Oceania, Europa e América Latina. O consumo é altamente concentrado em países desenvolvidos, liderados por Estados Unidos, Alemanha e França. No Brasil, embora a produção e o consumo de orgânicos tenham aumentado, persistem desafios como concentração fundiária, lacunas estatísticas, certificação onerosa e baixa capilaridade de políticas públicas. Iniciativas como o Sistema Participativo de Garantia (SPG), os programas de compras institucionais (PAA e PNAE) e canais alternativos como feiras e CSAs são destacados como estratégias para democratizar o acesso aos orgânicos e fortalecer a agricultura familiar.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Relatório Executivo de Monitoramento do Plano Estadual de Educação da Bahia

[LINK PDF](#)

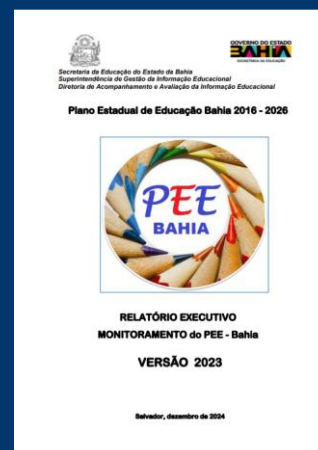
Responsável: Secretaria de Educação

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Educação e Profissionalização

Palavras-chave: Plano Estadual de Educação; Metas educacionais; Qualidade da aprendizagem; Alfabetização; Educação integral; Formação docente; Monitoramento de políticas públicas



Resumo executivo

O Relatório sintetiza os avanços e desafios do sistema educacional baiano a partir do acompanhamento de 20 metas e 246 estratégias, integradas ao PNE e aos instrumentos estaduais de planejamento. Com base em dados do INEP e do IBGE, o documento evidencia progressos importantes na expansão da educação integral, profissional e superior, e na formação docente, ao passo que revela gargalos persistentes na aprendizagem na idade certa, na alfabetização de crianças e adultos, e na adequação formativa dos professores do ensino médio. A análise da escolaridade média, da equidade racial, de renda e do acesso por territórios expõe as desigualdades ainda vigentes. O relatório orienta a formulação dos novos planos decenais e reafirma o papel do Estado na indução de políticas educacionais com foco na redução das desigualdades e qualificação do capital humano.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Mercado de Trabalho para a população negra na Bahia: análise em 10 anos

[LINK PDF](#)

Responsável: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Desigualdade Racial; Mercado de Trabalho; População Negra; Bahia; Informalidade; Subocupação; Políticas Afirmativas; Desemprego; Igualdade Racial



Resumo executivo

O estudo analisa, com base em dados da PNAD Contínua entre 2012 e 2022, a evolução das desigualdades raciais no mercado de trabalho da Bahia, onde a população negra representa mais de 80% dos habitantes. A pesquisa mostra que, apesar de avanços em escolaridade e políticas afirmativas, negros seguem desproporcionalmente afetados por desemprego, informalidade, subocupação e baixos rendimentos, com destaque para as mulheres negras. Com enfoque prospectivo, o documento subsidia debates orientados para construção de políticas públicas voltadas à superação estrutural das desigualdades, propondo ações integradas de reparação histórica, promoção da igualdade racial e ampliação de oportunidades formais e protegidas de trabalho para a população negra.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Pesquisa Nacional sobre Amostra de Domicílios sobre Segurança Alimentar

[LINK PDF](#)

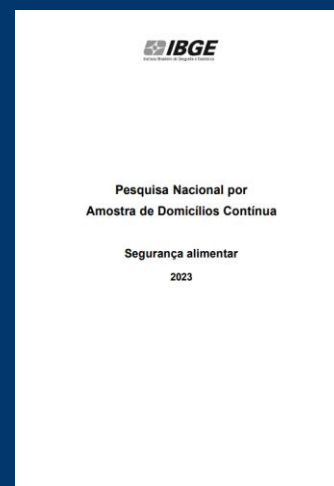
Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Insegurança Alimentar; IBGE; PNAD Contínua; Fome; Desigualdades Sociais; ODS; Renda; Crianças; Brasil



Resumo executivo

A pesquisa avaliou a situação da segurança alimentar nos domicílios brasileiros no quarto trimestre de 2023, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Dos 78,3 milhões de domicílios, 72,4% estavam em segurança alimentar (SA), enquanto 27,6% apresentavam algum grau de insegurança alimentar (IA), sendo 18,2% leve, 5,3% moderada e 4,1% grave. A IA grave afetou cerca de 3,2 milhões de domicílios, especialmente nas Regiões Norte (7,7%) e Nordeste (6,2%). As desigualdades são marcadas por características como cor, sexo, escolaridade e renda da pessoa responsável pelo domicílio, com maior incidência de IA entre mulheres, pretos e pardos, pessoas com baixa escolaridade e domicílios com menor renda per capita. A pesquisa também destaca que crianças e adolescentes estão entre os grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar, e que áreas rurais continuam mais afetadas. Os resultados atualizam indicadores do ODS 2 e reforçam a relação entre pobreza estrutural e acesso à alimentação adequada no país.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento do Sistema Socioeducativo

[LINK PDF](#)

Responsável: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão social e direitos

Palavras-chave: Adolescentes; Privação de Liberdade; Direitos Humanos; Intersetorialidade; Juventude Negra; Educação; Saúde Mental.

Resumo executivo

O relatório apresenta o panorama nacional do sistema socioeducativo no Brasil, com dados atualizados de agosto de 2024. O levantamento contempla 63 indicadores agregados por Estado e marcadores sociais como raça, identidade de gênero, orientação sexual, renda, escolaridade e saúde. Entre os principais achados estão a predominância de meninos cis (93,1%) e adolescentes negros (pardos e pretos somam 72%), com 68,6% em regime de internação. A pesquisa aponta ainda aumento no número total de adolescentes em relação a 2023 (+8,2%) e desigualdades regionais na execução das medidas. O estudo reforça o caráter intersetorial e interinstitucional do SINASE, destacando a urgência da qualificação dos dados, da articulação entre meio aberto e fechado e da garantia de direitos no atendimento socioeducativo, com papel central do Estado na coordenação do sistema e formulação de políticas baseadas em evidências.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil

Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Desigualdade Social; Desigualdade de Gênero; Trabalho Não-Remunerado; Acessibilidade.



Resumo executivo

O estudo analisa as desigualdades enfrentadas por 17,2 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, equivalentes a 8,4% da população com 2 anos ou mais, com foco em trabalho, educação, saúde, moradia e participação política. Mostra que essas pessoas têm menor escolaridade, maiores taxas de desemprego (10,3%), informalidade (65,7%) e rendimentos médios inferiores (R\$ 1.639). A frequência escolar ajustada e a conclusão do ensino médio também são significativamente mais baixas, especialmente entre pretos, pardos e pessoas em situação de pobreza. Apenas 58,2% vivem em domicílios com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento e 68,8% têm acesso à internet. Apesar da presença em domicílios com necessidades adicionais de cuidados, políticas municipais ainda são limitadas: só 27,5% vivem em locais com pessoal capacitado para atendimento. O documento reforça a urgência de políticas públicas inclusivas e intersetoriais que promovam equidade de oportunidades e bem-estar.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E METAS

ESTRATÉGIAS

Monitoramento da Fome no Brasil: análises preliminares dos resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

[LINK PDF](#)

Responsável: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Segurança Alimentar;
Insegurança Alimentar; Fome; EBIA; PNAD
Contínua; Desigualdades; SISAN; Políticas
Públicas; Brasil Sem Fome; Renda



Resumo executivo

A nota técnica apresenta os primeiros resultados da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) na PNAD Contínua 2023, evidenciando uma reversão significativa da trajetória de aumento da fome no país. Em 2023, 27,6% dos domicílios estavam em insegurança alimentar (IA) e 4,1% em situação grave, afetando 3,2 milhões de lares e 8,7 milhões de pessoas. A análise aponta melhora generalizada em relação aos dados de 2018, com destaque para áreas rurais e regiões Norte e Nordeste. Estados como Bahia, Pará e Pernambuco ainda apresentam altas taxas de IA grave, e domicílios chefiados por mulheres, pessoas negras e com baixa renda seguem os mais vulneráveis. O relatório reforça a eficácia das políticas públicas implementadas no primeiro ano do governo Lula e propõe a consolidação do SISAN, articulado com SUS e SUAS, como instrumento central para erradicar a fome com equidade territorial, racial e de gênero.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023

Responsável: Fundação ABRINQ

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Infância; Adolescência; Desigualdade; Educação; Saúde; Nutrição; Saneamento; Trabalho Infantil; ODS



Resumo executivo

O documento traça um panorama abrangente sobre a situação da infância e adolescência no Brasil, com base em dados recentes do Censo 2022, PNAD Contínua, SIM, Sinasc e outros sistemas oficiais. Estruturado a partir dos ODS, evidencia que 33% da população brasileira tem até 19 anos e que mais da metade das crianças até 14 anos vive em domicílios de baixa renda. Destacam-se retrocessos em segurança alimentar, cobertura vacinal e acesso a saneamento, além da elevação de indicadores de violência, mortalidade infantil e materna, e trabalho infantil. Apesar de avanços pontuais, como o aumento de matrículas em creches e a retomada do pré-natal, as desigualdades raciais, territoriais e de gênero permanecem estruturais. O relatório alerta para a urgência de políticas públicas intersetoriais e estruturantes para garantir os direitos e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, com ênfase na redução das desigualdades e no cumprimento das metas da Agenda 2030.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

O Brasil Quilombola 2022 - Primeiro Censo da População Quilombola

Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Quilombolas; Censo 2022; IBGE; Territorialidade; Alfabetização; Saneamento; Desigualdade; Direitos Étnico-Raciais; Políticas Públicas; Povos Tradicionais



Resumo executivo

O documento apresenta os primeiros resultados oficiais da identificação da população quilombola no Censo Demográfico 2022, marcando um avanço histórico na produção de estatísticas étnico-raciais no Brasil. Foram recenseadas 1.330.186 pessoas quilombolas, distribuídas em 1.700 municípios de todas as unidades da federação, com maior concentração no Nordeste (68,14%) e na Bahia (397.502 pessoas). O relatório detalha a metodologia adotada — baseada em autodeclaração e cartografia específica — e revela desigualdades persistentes em áreas como alfabetização (80,25% dentro dos territórios) e saneamento básico, onde mais de 90% dos domicílios quilombolas apresentam algum tipo de precariedade. A publicação destaca o protagonismo das comunidades no processo censitário, seguindo os princípios da consulta livre, prévia e informada da OIT, e reforça o papel do Estado na formulação de políticas públicas específicas e territorializadas com base nos dados inéditos produzidos.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Juventude na Bahia em Números

Responsável: Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Juventude; Educação; Desigualdade; Emprego; Políticas Públicas; Bahia; Renda; Inclusão Produtiva; Assistência Estudantil; Igualdade Racial



Resumo executivo

O documento apresenta um diagnóstico amplo e intersetorial da situação da juventude baiana, com base em dados de 2006 a 2022, abordando indicadores de educação, emprego, renda, saúde, segurança, cultura, esporte e políticas de inclusão. Cerca de 62,9% da população baiana é jovem e adulta, sendo majoritariamente negra (80,3%) e feminina (51,6%), com desigualdades marcantes em renda, escolaridade e acesso a serviços. A publicação destaca a ampliação de políticas como o Programa Primeiro Emprego, Partiu Estágio e Mais Futuro, a expansão da educação profissional, o aumento do número de matrículas em cursos técnicos e o crescimento da cobertura de saúde e assistência estudantil. Com enfoque estratégico e territorializado, o documento reforça o papel do Estado na indução de políticas públicas integradas para garantir direitos, ampliar oportunidades e reduzir desigualdades estruturais que afetam a juventude.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Relatório Elas Vivem: Dados da Violência Contra Mulheres

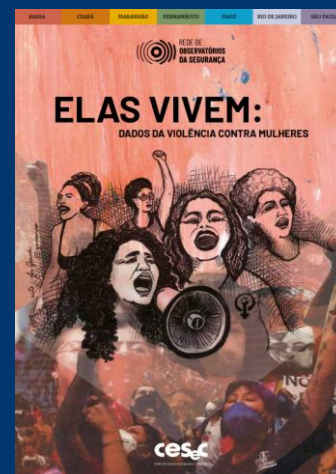
Responsável: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Ano de Publicação: 2022

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Feminicídio; Violência de Gênero; Mulheres Negras; Transfeminicídio; Agressão Doméstica; Bahia; Machismo Estrutural; Direitos Humanos;



Resumo executivo

O relatório “Elas Vivem” apresenta um panorama da violência contra mulheres em cinco estados brasileiros monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança em 2021, com 1.975 casos registrados — um a cada cinco horas. A publicação denuncia o padrão estrutural e reiterado da violência de gênero, com 409 feminicídios e 874 casos de tentativa de feminicídio e agressão física, revelando que 65% dos agressores são companheiros ou ex-companheiros das vítimas. A Bahia registrou 200 casos, incluindo 66 feminicídios e 29 estupros, e liderou entre os estados do Nordeste em violência sexual. São Paulo teve aumento de 27% nos registros em relação a 2020. O estudo também destaca 27 transfeminicídios, com invisibilização de casos em algumas regiões. O enfoque é estratégico e político, ao defender o uso dos dados como ferramenta de enfrentamento ao machismo estrutural e base para políticas públicas de proteção e acolhimento. O relatório reforça a importância das redes de apoio e da produção cidadã de dados frente à omissão do Estado.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Panorama e evidências para o enfrentamento da fome e pobreza no estado da Bahia

[LINK PDF](#)



Responsável: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Pobreza; Fome; Bahia; Insegurança Alimentar; CadÚnico; Desigualdade Social; Inclusão Produtiva.

Resumo executivo

O estudo apresenta diagnóstico detalhado sobre a fome e pobreza na Bahia, com base em dados do Censo, PNADC e CadÚnico, evidenciando que 57,7% da população vivia em situação de pobreza ou extrema pobreza em 2021, e 12,9% enfrentava insegurança alimentar grave. A análise destaca a desigualdade territorial, a elevada taxa de informalidade (55,9%), a precariedade dos serviços básicos e o alto desemprego (13,5% em 2022), com 23% das mães solo em extrema pobreza. O documento sistematiza evidências e experiências nacionais, e propõe um conjunto de ações articuladas por um Grupo de Trabalho (GT-SEI) para subsidiar políticas públicas estruturantes, com foco em transferência de renda, segurança alimentar, inclusão produtiva, economia solidária e fortalecimento do Cadastro Único. A atuação do Estado é estratégica na articulação de políticas sociais, produção de dados e coordenação intersetorial visando erradicar a fome e reduzir a pobreza multidimensional de forma territorializada e sustentável.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

O Afro é negócio - empreender com conhecimento para crescer com propósito - 2024

[LINK PDF](#)

Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Afroempreendedorismo; Diversidade; Inclusão Produtiva; Finanças.



Resumo executivo

O estudo qualitativo analisa as necessidades dos afroempreendedores baianos a partir das respostas discursivas da pesquisa Propósito dos Afroempreendedores Baianos (2023), com o objetivo de orientar a atuação do Sebrae/BA no âmbito do programa Sebrae PLURAL. A análise temática identificou quatro eixos principais de demanda: capacitação, rede de relacionamento, visibilidade e finanças. Foram propostas ações específicas para cada um desses temas, como adequação do portfólio de soluções do Sebrae às realidades dos negócios negros, realização de eventos temáticos, fortalecimento da comunicação digital, e oferta de educação financeira com foco em acesso ao crédito e capital empreendedor. O estudo reforça que o afroempreendedorismo é um movimento de resistência, inclusão e empoderamento econômico da população negra, especialmente relevante no contexto baiano, onde 79% da população é negra.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Pesquisa Desafios e Oportunidades do(a) MEI baiano 2023

Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Microempreendedor

Individual; MEI; Empreendedorismo; Crédito;

Capacitação; Inclusão Produtiva;



Resumo executivo

A pesquisa, com 362 MEIs baianos(as), traça um panorama das motivações, desafios e demandas do microempreendedorismo individual no estado. A maioria dos participantes é do sexo feminino (56%), com idade entre 35 e 50 anos (54%) e escolaridade concentrada no ensino médio e superior. O setor de serviços lidera (47%), seguido por comércio (31%) e indústria (22%). As principais motivações para empreender foram abrir o próprio negócio (27%) e crescer/expandir (21%). Os principais desafios enfrentados são acesso a crédito (25%) e organização financeira (19%), sendo também as áreas em que mais se deseja apoio. Capacitações online via WhatsApp e videoconferência são o formato preferido (41%), com conteúdos em vídeo (YouTube) e dicas via redes sociais como os mais atrativos. A pesquisa orienta estratégias de atendimento do Sebrae para qualificar a jornada empreendedora de forma acessível, prática e personalizada.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Pesquisa Desafios e Oportunidades empreendedorismo feminino na Bahia - 3ª Edição - 2025

[LINK PDF](#)

Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas da Bahia

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Empreendedorismo Feminino;
Mulheres Negras; Microempreendedoras;
Desigualdade de Gênero



Resumo executivo

A terceira edição da pesquisa realizada pelo Sebrae/BA traça o perfil e os desafios enfrentados por 763 mulheres empreendedoras baianas, com destaque para a predominância de mulheres negras (77%), chefes de domicílio (39%) e mães (67%), majoritariamente atuando no setor de serviços (52%). A maioria empreende sozinha (73%), tem ensino superior (68%) e busca no empreendedorismo a realização pessoal (37%) e independência financeira. Dentre as principais dificuldades, destacam-se a gestão financeira, autogestão e insegurança quanto ao fracasso, que superou o acesso ao crédito como principal obstáculo. Quase 53% já sofreram preconceito por serem mulheres empreendedoras. A pesquisa ainda revela baixa participação em redes de apoio (36%), apesar de 98% reconhecerem os benefícios dessas redes. O documento propõe estratégias de apoio em capacitação, consultoria, marketing e acesso ao crédito, reforçando o papel do Sebrae como facilitador do fortalecimento e da valorização do empreendedorismo feminino no estado.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Informativo Estatísticas de Gênero (3ª edição)

Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Estatísticas de Gênero;
Desigualdade; Mulheres; Participação Política



Resumo executivo

A publicação do IBGE organiza 44 indicadores para analisar desigualdades de gênero no Brasil sob as dimensões de empoderamento econômico, saúde, educação, participação pública e direitos humanos. O estudo revela que as mulheres seguem mais instruídas que os homens, mas enfrentam maiores cargas de trabalho não remunerado, informalidade, renda inferior e sub-representação em espaços de poder. Também destaca a persistência da violência de gênero, gravidez na adolescência e desigualdades interseccionais por cor, renda e território. As estatísticas apontam avanços e retrocessos, reforçando a urgência de políticas públicas intersetoriais para promover equidade de gênero e garantir direitos fundamentais às mulheres e meninas em consonância com a Agenda 2030 da ONU.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

OBJETIVOS E
METAS

Análise retrospectiva e projetiva do universo dos pequenos negócios do desenvolvimento econômico da Bahia no ciclo 2024-2027

[LINK PDF](#)

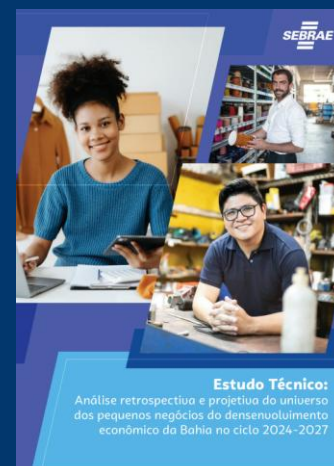
Responsável: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Inclusão Social e Direitos

Palavras-chave: Pequenos Negócios;
Planejamento Estratégico; Crédito; Inovação;
Territorialização



Resumo executivo

O documento apresenta uma análise aprofundada dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento dos pequenos negócios na Bahia no ciclo 2024–2027, a partir de diagnósticos conjunturais e setoriais, estudos de cenário e escuta qualificada de lideranças empresariais e institucionais. A proposta reúne 90 linhas de ação estratégicas organizadas em dois blocos: aspectos transversais (educação empreendedora, acesso a crédito, inovação, ambiente de negócios, tributação e internacionalização) e aspectos setoriais (indústria, agropecuária, comércio, serviços, turismo e economia criativa), com enfoque territorializado nos 27 Territórios de Identidade. O estudo evidencia entraves como alta informalidade, gargalos de infraestrutura, concentração regional de investimentos e baixa articulação do ecossistema de inovação, propondo como vetores de transformação a interiorização produtiva, modernização da tributação, estímulo ao empreendedorismo jovem e solidário, fortalecimento da educação técnica, e criação de políticas públicas de longo prazo orientadas pela governança colaborativa.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Ciência Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido

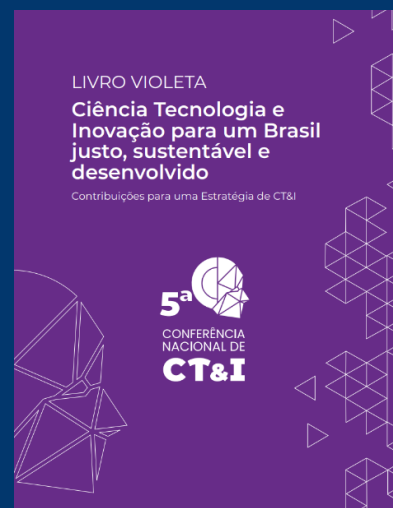
Responsável: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Inclusão Digital; Política de CT&I, Desenvolvimento sustentável, Inovação, Equidade.



Resumo executivo

O documento sistematiza os debates e propostas da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), consolidando diretrizes estratégicas para uma nova política nacional de CT&I orientada por justiça social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. A publicação apresenta diagnóstico detalhado do Sistema Nacional de CT&I, com destaque para desafios de financiamento, governança, inclusão e disparidades regionais, além de mapear áreas estratégicas como inteligência artificial, transição energética, saúde, biotecnologia, agricultura sustentável e soberania tecnológica. Propõe 145 recomendações para fortalecer ecossistemas de inovação, expandir a educação científica, integrar CT&I com políticas sociais e ampliar a participação da sociedade e de grupos sub-representados. A publicação também serve de base para a formulação da nova Estratégia Nacional de CT&I e seu plano de ação decenal.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Boas Práticas e Estratégias para Aumento da Competitividade do Cooperativismo na Bahia

[LINK PDF](#)

Responsável: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Cooperativismo; Competitividade; ODS; Inclusão Social; Sustentabilidade;



Resumo executivo

O relatório sistematiza 25 boas práticas e estratégias voltadas ao fortalecimento da competitividade das cooperativas baianas, com foco na adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na Agenda 2030. Com base em diagnóstico de 92 cooperativas, identifica gargalos em áreas como governança, marketing, precificação, diversidade e inclusão. A publicação propõe ações replicáveis em diferentes ramos e portes cooperativos, organizadas em plano de trabalho com 21 ações em 11 áreas estratégicas. Destacam-se iniciativas inovadoras em governança sustentável, inclusão produtiva, consumo responsável, intercooperação, e uso de energias renováveis. O enfoque é estratégico e prospectivo, promovendo a articulação entre SESCOOP/BA, OCEB, instituições públicas e sociedade civil para consolidar uma cultura cooperativista alinhada à sustentabilidade, à justiça social e à geração de trabalho e renda no estado da Bahia.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Uso de Serviços Digitais: Um retrato do Brasil

Responsável: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Ano de Publicação: 2025

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Inclusão Digital; Serviços públicos, Conectividade, Habilidades Digitais, Governo digital.



Resumo executivo

O estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) traça um panorama inédito sobre o acesso, uso e barreiras aos serviços públicos digitais no país. Apesar da alta conectividade (90,7%) e amplo acesso a celulares (94,2%), persistem desigualdades relevantes entre regiões, faixas etárias, níveis de escolaridade, áreas urbanas/rurais e pessoas com deficiência. O uso efetivo de serviços digitais ainda é limitado: apenas 42,8% dos usuários acessaram algum serviço online no último ano, e 57,2% ainda preferem canais presenciais. Barreiras como falta de habilidades digitais, limitações nos dispositivos e dificuldades de conexão são recorrentes, especialmente entre grupos vulneráveis. O estudo destaca que serviços digitais são mais baratos e eficientes, mas que políticas públicas devem considerar equidade como princípio central, investindo em multicanalidade, acessibilidade por celular, capacitação digital, governança inclusiva e coordenação federativa para ampliar o uso dos serviços públicos digitais de forma segura, simples e acessível para toda a população.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Cooperativas Baianas: Estratégia para Acesso a Mercados Nacionais e Internacionais

[LINK PDF](#)

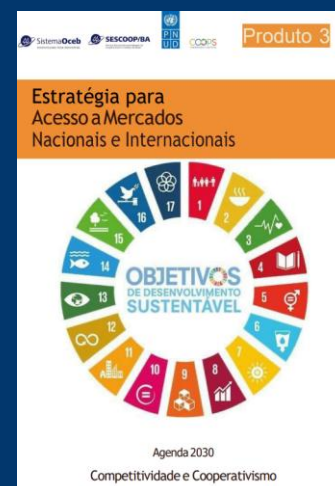
Responsável: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Indústria, Comércio e Inovação

Palavras-chave: Cooperativismo; Acesso a Mercados; Internacionalização; ODS; Exportação; Marketing Estratégico; Comércio Justo; Parcerias Estratégicas; Sustentabilidade



Resumo executivo

O relatório apresenta estratégias para ampliar o acesso das cooperativas baianas a mercados nacionais e internacionais, com base em diagnóstico de 92 cooperativas e em benchmarks nacionais e internacionais. Propõe ações para estruturação de áreas comerciais, elaboração de planos de marketing, inovação em produtos e serviços, certificações, comércio justo, e internacionalização via exportações, joint ventures e alianças estratégicas. O documento destaca o papel dos ODS como diferencial competitivo, a importância da profissionalização da gestão e da articulação com parceiros como Sebrae, Apex-Brasil, governo estadual e redes internacionais. O enfoque é prospectivo e voltado ao fortalecimento da competitividade cooperativa, com plano de ação adaptado a diferentes perfis territoriais e setoriais.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

Macrologística do Matopiba

Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Regional

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Matopiba; Logística; Produção de Grãos; Infraestrutura;



Resumo executivo

O estudo apresenta um diagnóstico abrangente da infraestrutura logística e da produção agropecuária no Matopiba — região que abrange partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia —, com foco nas cadeias de grãos e algodão. Em 2014, a região produziu cerca de 14 milhões de toneladas de soja e milho, destacando-se microrregiões como Barreiras (BA), Santa Maria da Vitória (BA) e Gerais de Balsas (MA), com alta produtividade. O documento analisa as rotas rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias e portuárias existentes e planejadas, destacando o papel do Porto de Itaqui (MA), da Ferrovia Norte-Sul, do projeto FEPASA no Pará e da hidrovía do Tocantins. O enfoque é estratégico e prospectivo, indicando gargalos logísticos, potenciais de escoamento multimodal e propostas de integração territorial e modal. O papel do Estado é destacado na viabilização de investimentos estruturantes que articulem produção agrícola, mineração e exportação, com base em plataformas logísticas, como Ilhéus (BA) e Abaetetuba (PA).

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Necessidade de investimentos em reformas da infraestrutura residencial de saneamento no Brasil: potencial de mercado e políticas públicas

[LINK PDF](#)

Responsável: Instituto Trata Brasil

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Infraestrutura

Palavras-chave: Saneamento; Déficit habitacional; Reforma residencial; Investimento público; Infraestrutura sanitária.



Resumo executivo

O estudo mensura o mercado potencial de reformas da infraestrutura de saneamento dentro das moradias brasileiras, estimando uma demanda de R\$ 242,5 bilhões até 2040 para eliminar déficits como falta de água tratada, esgoto, banheiro adequado, reservatório e canalização. A análise considera dados de consumo, distribuição regional e por faixa de renda, revelando que a maior parte dos investimentos está concentrada em famílias de baixa renda, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Projeta-se um crescimento significativo da demanda até 2033, exigindo políticas públicas de crédito e subsídio para viabilizar o acesso a reformas, além de investimentos industriais para atender à expansão do mercado.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

CARTEIRA DE
PROJETOS

Futuro da Energia: visão do Observatório do Clima para uma transição justa no Brasil

[LINK PDF](#)



Responsável: Observatório do Clima

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Transição Energética; Justiça Energética; Energias Renováveis; Descarbonização; Pobreza Energética;

Resumo executivo

O documento apresenta a proposta do Observatório do Clima para uma transição energética justa no Brasil, defendendo que o país pode se tornar a primeira grande economia carbono negativo até 2045. A partir de análise técnica de 25 temas, o estudo contrapõe dois cenários prospectivos — um tendencial e outro desejado — e propõe diretrizes para o abandono de combustíveis fósseis, a reforma do setor elétrico, a descarbonização dos transportes e da indústria, a ampliação de renováveis, e a justiça energética com redução das desigualdades. Denuncia os retrocessos legislativos e subsídio aos fósseis, e alerta para os riscos socioambientais de modelos predatórios de implantação de eólicas, solares e mineração. O relatório propõe medidas estruturantes integradas com a reindustrialização verde e o Plano de Transformação Ecológica, reafirmando o papel estratégico do Estado na regulação, na coordenação da transição e na garantia de equidade territorial e social.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Atlas Águas: segurança hídrica do abastecimento urbano (2021)

[LINK PDF](#)



Responsável: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Segurança Hídrica; Abastecimento Urbano; Saneamento; Atlas Águas; Mananciais; Infraestrutura;

Resumo executivo

O Atlas Águas atualiza o diagnóstico e o planejamento do abastecimento de água nas 5.570 sedes urbanas brasileiras até 2035, incorporando conceitos do Plano Nacional de Segurança Hídrica e inovações metodológicas como o Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U). O estudo avalia 4.063 captações superficiais e 14.189 subterrâneas, classificando a vulnerabilidade dos mananciais, a capacidade dos sistemas produtores e a eficiência da distribuição. Estima-se que 44% das sedes possuam alguma vulnerabilidade hídrica, com 785 cidades atendendo 50,8 milhões de pessoas com segurança hídrica baixa ou mínima. A publicação propõe intervenções estruturais e de gestão para 58% da população urbana, com investimentos previstos de R\$ 214,3 bilhões. Reforça o papel da ANA como referência técnica e regulatória no saneamento, e apresenta o Atlas como ferramenta estratégica para decisões multiescalares sobre infraestrutura hídrica, frente a desafios como mudanças climáticas, urbanização e desigualdades regionais.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

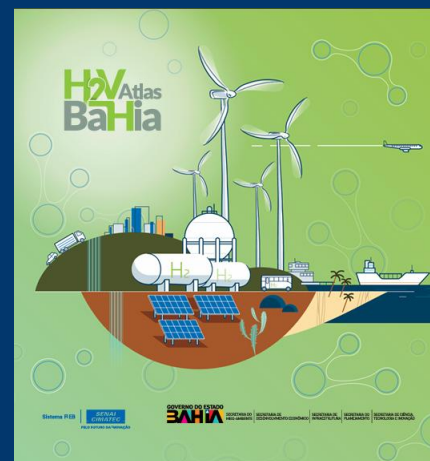
Responsável: Governo do Estado da Bahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Hidrogênio Verde; Transição Energética; Descarbonização; Energias Renováveis.



Resumo executivo

O documento Atlas H2V Bahia apresenta um mapeamento pioneiro e estratégico das áreas com vocação para a produção de Hidrogênio Verde (H2V) no estado da Bahia, com o objetivo de impulsionar a transição energética e a descarbonização da economia estadual. Desenvolvido pelo Governo da Bahia em parceria com o SENAI CIMATEC, o estudo sistematiza um volume expressivo de dados territoriais, ambientais, infraestruturais e tecnológicos para subsidiar a atração de investimentos e a formulação de políticas públicas no setor. A publicação estima um potencial de produção superior a 60 milhões de toneladas de H2V por ano, distribuído em diversas frentes temáticas como energia renovável, logística, indústria, meio ambiente e inovação. O enfoque prospectivo está alinhado à neindustrialização verde nacional e aos compromissos climáticos globais, destacando o papel do Estado como articulador institucional e promotor do desenvolvimento sustentável, inclusivo e de baixo carbono.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Neutralidade de carbono até 2050: Cenários para uma transição eficiente no Brasil

[LINK PDF](#)



Responsável: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Neutralidade de Carbono; Transição Energética; Descarbonização; Hidrogênio Verde; Biocombustíveis; Energia Renovável; Uso da Terra; Planejamento

Resumo executivo

O relatório apresenta três cenários prospectivos de descarbonização do Brasil até 2050 — Transição Brasileira (TB), Transição Alternativa (TA) e Transição Global (TG) — visando alcançar emissões líquidas nulas de gases de efeito estufa. Baseado em modelagens integradas, o estudo analisa trajetórias para a matriz energética, uso da terra, oferta e demanda de energia, investimentos e emprego. Em todos os cenários, o protagonismo recai sobre a ampliação das fontes renováveis (biomassa, eólica, solar), a eliminação do desmatamento até 2028, o crescimento da bioenergia com captura de carbono (BECCS), e o papel estratégico dos biocombustíveis avançados e do hidrogênio. A transição exige profunda reestruturação do setor elétrico, eletrificação dos transportes, modernização da indústria e políticas públicas coordenadas. O relatório reforça o papel do Estado em liderar a convergência entre descarbonização e desenvolvimento econômico, com ênfase em planejamento de longo prazo, inovação tecnológica, inclusão produtiva e justiça climática.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Atlas das Águas da Bahia

Responsável: Consórcio HidroBahia

Ano de Publicação: 2023

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Recursos Hídricos;

Sustentabilidade; Planejamento Territorial;

Segurança Hídrica; Bacias Hidrográficas; Reuso de Água; Saneamento Básico; Irrigação;

Gestão Ambiental; Políticas Públicas.



Resumo executivo

O Atlas Águas da Bahia – Segurança Hídrica do Uso da Água apresenta um diagnóstico abrangente e integrado da situação dos recursos hídricos no estado, com base nos dados do Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESH). Estruturado em onze eixos temáticos, o documento aborda desde a organização das 25 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGAs) e suas relações com os Territórios de Identidade, até o uso da água em sistemas urbanos e rurais, agricultura irrigada, pecuária, indústria, mineração, reuso e águas subterrâneas. A publicação também destaca áreas de vulnerabilidade às inundações e a infraestrutura hídrica existente, como barragens e sistemas de abastecimento. Propõe medidas estratégicas para garantir a sustentabilidade hídrica, com foco na articulação entre gestão territorial e ambiental, no fortalecimento da governança e na atuação do Estado como coordenador de políticas públicas integradas. O Atlas reforça a importância da água como vetor de desenvolvimento sustentável e planejamento territorial.

Principal uso para o PDI 2050

OBJETIVOS E
METAS

ESTRATÉGIAS

Inventário de Gases de Efeito Estufa

Responsável: Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-BA)

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Estadual

Tema: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Gases de Efeito Estufa; Neutralidade de Carbono; Uso da Terra; Energia Renovável; Reflorestamento; Política Climática; Sustentabilidade.



Resumo executivo

O Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado da Bahia apresenta um diagnóstico abrangente e sistemático das emissões e remoções de GEE, com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O documento identifica a contribuição de cinco setores emissores (energia, resíduos, processos industriais, agropecuária e uso da terra e florestas) e destaca a liderança estadual na transição energética e em iniciativas como o programa Bahia + Verde. O inventário registra a emissão bruta de 91,4 MtCO₂e em 2022, com maior contribuição dos setores de mudança de uso da terra (35,7%) e agropecuária (33,4%). A política estadual busca alinhar-se ao Acordo de Paris e aos ODS, promovendo um desenvolvimento sustentável baseado em evidências científicas, economia de baixo carbono e inovação tecnológica.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Pesquisa Nacional de Saúde – 2019

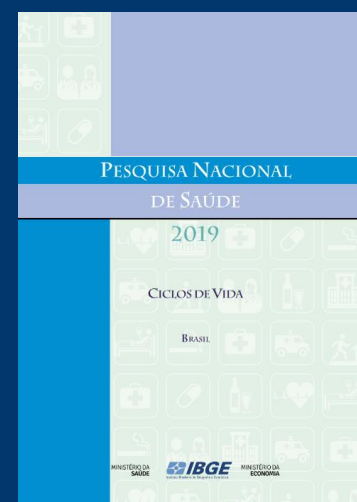
Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério da Saúde

Ano de Publicação: 2019

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Saúde

Palavras-chave: Saúde Pública;
Envelhecimento; Saúde da mulher;



Resumo executivo

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 apresenta um diagnóstico abrangente das condições de saúde da população brasileira em diferentes ciclos de vida, com foco em pessoas com deficiência, saúde da mulher, idosos, crianças e adolescentes, planejamento reprodutivo. Com base em dados de mais de 100 mil domicílios, a pesquisa evidencia desigualdades marcantes por faixa etária, sexo, raça/cor, escolaridade e rendimento. A análise detalha os níveis de deficiência por tipo e uso de tecnologias assistivas, o acesso a exames preventivos e a serviços de reabilitação, e a participação masculina no pré-natal. Também retrata o envelhecimento populacional e os desafios funcionais e de autonomia dos idosos, bem como a cobertura vacinal e a ocorrência de doenças crônicas. Os resultados subsidiam o planejamento de políticas públicas de saúde baseadas em evidências, com ênfase na equidade, universalização do SUS e integração das ações ao longo do curso da vida.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS

Possíveis Cenários Epidemiológicos para o Brasil em 2040

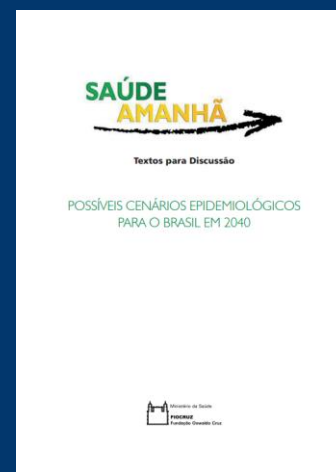
Responsável: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Ano de Publicação: 2021

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Saúde

Palavras-chave: Cenários Epidemiológicos; Saúde Pública; Doenças Crônicas; Doenças Transmissíveis; Desigualdades Regionais



Resumo executivo

O documento projeta cenários epidemiológicos para o Brasil até 2040 com base em análises estatísticas e tendências demográficas, sanitárias e sociais, abordando a transição da carga de doenças e os desafios estruturais do Sistema Único de Saúde (SUS). A previsão é de manutenção de um quadro complexo, com predomínio das doenças crônicas não transmissíveis, persistência de doenças infecciosas e aumento das desigualdades regionais. A pesquisa estima crescimento na mortalidade por neoplasias, redução por doenças do aparelho circulatório e causas externas, além de variações significativas por região. O estudo enfatiza o papel estratégico do SUS na ampliação da cobertura e qualidade da Atenção Primária, na vigilância em saúde e na preparação para emergências sanitárias, como demonstrado na pandemia de Covid-19. Propõe ações multissetoriais para enfrentar os determinantes sociais da saúde e mitigar os impactos das desigualdades.

Principal uso para o PDI 2050

VISÃO DE
FUTURO

OBJETIVOS E
METAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

[LINK PDF](#)



Responsável: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Ano de Publicação: 2024

Abrangência territorial: Nacional

Tema: Segurança Pública

Palavras-chave: Violência de Gênero; Mortes Violentas Intencionais; Homicídios;

Resumo executivo

O 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresenta um panorama abrangente da violência e da segurança no Brasil em 2023, com base em dados oficiais das polícias e secretarias estaduais. O Anuário evidencia avanços em algumas áreas, como a redução das mortes violentas intencionais, mas também ressalta desafios persistentes, especialmente na violência de gênero, crimes patrimoniais e letalidade policial. Os dados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas e baseadas em evidências para promover a segurança e a justiça no país.

Principal uso para o PDI 2050

ESTRATÉGIAS



A.1

Índice dos materiais incluídos no mapeamento

Índice dos materiais incluídos no mapeamento

1-9:

- 3º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (2024-2030)

A:

- Agenda Estratégica das Câmaras Setoriais da Agropecuária 2010-2030
- Análise retrospectiva e projetiva do universo dos pequenos negócios do desenvolvimento econômico da Bahia no ciclo 2024-2027
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024
- Atlas Águas: segurança hídrica do abastecimento urbano (2021)
- Atlas das Águas da Bahia
- Atlas H2V Bahia

B:

- Boas Práticas e Estratégias para Aumento da Competitividade do Cooperativismo na Bahia
- Brasil 2045: Construindo uma Potência Ambiental

C:

- Cenário da Infância e Adolescência no Brasil
- Censo Demográfico 2022 – Identificação Étnico-Racial
- Censo Demográfico 2022 – Quilombolas e Indígenas
- Ciência Tecnologia e Inovação para alguns dos principais desafios do Nordeste
- Ciência Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido
- Contexto Global: 2020-2030-2040 – Ecossistema de inovação do agro brasileiro
- Contexto Global: 2020-2030-2040 – Forças motrizes e dinâmicas emergentes no contexto global
- Contexto Global: 2020-2030-2040 – Governança e regulação internacional e nacional
- Cooperativas Baianas: Estratégia para Acesso a Mercados Nacionais e Internacionais

E:

- Educação, Cacau e Turismo: Propostas de Ação

com o Governo do Estado

- Estatuto da Igualdade Racial e de combate à intolerância religiosa do estado da Bahia
- Estratégia de Governo Digital da Bahia 2025-2029
- Estratégia Turística da Bahia 4.0
- Estudo Setorial da Cadeia do Cacau - Vol1
- Estudo Setorial da Cadeia do Cacau - Vol2

F:

- Futuro da Energia: visão do Observatório do Clima para uma transição justa no Brasil

I:

- IA para o Bem de Todos – Proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028
- Informativo Estatísticas de Gênero (3ª edição)
- Inova Cacau 2030
- Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado da Bahia

J:

- Juventude na Bahia em Números

L:

- Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia

M:

- Macrologística do Matopiba
- Mapeamento das Expectativas das Micro e Pequenas Empresas Baianas
- Megatendências Mundiais 2040
- Mercado de Trabalho para a população negra na Bahia: análise em 10 anos
- Monitoramento da Fome no Brasil: análises preliminares dos resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - 2023

Índice dos materiais incluídos no mapeamento

N:

- Necessidade de investimentos em reformas da infraestrutura residencial de saneamento no Brasil: potencial de mercado e políticas públicas
- Neutralidade de carbono até 2050: Cenários para uma transição eficiente no Brasil

O:

- O Afro é negócio - empreender com conhecimento para crescer com propósito - 2024+DD39:D41
- O Brasil Quilombola 2022 - Primeiro Censo da População Quilombola
- Oportunidades da bioeconomia no Território Litoral Sul da Bahia: cadeias de valor e seu potencial estruturante

P:

- Pesquisa Desafios e Oportunidades do(a) MEI baiano 2023
- Pesquisa Desafios e Oportunidades empreendedorismo feminino na Bahia - 3ª Edição - 2025
- Pesquisa Nacional de Saúde 2019
- Pesquisa Nacional sobre Amostra de Domicílios sobre Segurança Alimentar
- Pesquisa Propósitos do Afroempreendedores - 2ª edição
- Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil
- Planejamento Estratégico da Bahia Pesca 2023-2026
- Planejamento Estratégico da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia – 2023
- Planejamento Estratégico para a Agropecuária

Baiana 2010-2030

- Plano ABC+ Bahia 2020-2030
- Plano Aeroviário do Estado da Bahia
- Plano Brasil sem Fome
- Plano de Ação da Vigilância em Saúde Frente à População Exposta às Queimadas e Incêndios Florestais no Estado da Bahia
- Plano de Ação para a Neoindustrialização | 2024 – 2026
- Plano de Atuação Integrada de Enfrentamento à Violência contra Povos e Comunidades Tradicionais
- Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado da Bahia
- Plano de desenvolvimento institucional da Universidade Estadual de Feira de Santana
- Plano de desenvolvimento institucional da Universidade Estadual de Santa Cruz
- Plano de desenvolvimento institucional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2022-2026) Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) 2035: Diálogos estratégicos com a Bahia – Volume 1
- Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Baía de Todos-os-Santos
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Chapada Diamantina (1ª versão)
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa das Baleias
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa do Descobrimento

Índice dos materiais incluídos no mapeamento

- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Litoral Sul
- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e Entorno
- Plano Decenal de Direitos Humanos da Criança e Adolescente
- Plano Diretor de Logística de Transporte do Estado da Bahia
- Plano Estadual de Contingência das Arboviroses (2024 a 2026)
- Plano Estadual de Convivência com o Semiárido 2020-2029
- Plano Estadual de Cultura
- Plano Estadual de Meio Ambiente
- Plano Estadual de Resíduos Sólidos
- Plano Estadual de Saneamento Básico da Bahia
- Plano Estadual de Saúde 2024-2027
- Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
- Plano Estadual para a Economia do Hidrogênio Verde
- Plano Estratégico do Ministério da Agricultura e Pecuária (2020-2031)
- Plano Estratégico do Ministério Público da Bahia (2024-2031)
- Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado da Bahia
- Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública
- Plano Integrado de Enfrentamento à Violência contra Mulheres no Estado da Bahia (2023-2032)
- Plano Multirisco de Preparação e resposta às emergências em saúde pública no estado da Bahia: Desastres naturais e tecnológicos
- Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas
- Plano Nacional de Energia 2050
- Plano Nacional de Logística 2035
- Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil
- Plano Nacional de Recursos Hídricos
- Plano Nacional de Saneamento Básico: Mais Saúde com Qualidade de Vida e Cidadania
- Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030)
- Plano Plurianual 2024 - 2027 do Governo do Estado da Bahia
- Plano Plurianual 2024-2027 do Governo Federal
- Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste 2024 – 2027
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Paramirim
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Grande
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Chapada Diamantina
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Costa do Descobrimento
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território da Bacia do Jacuípe
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território da Bacia do Rio Corrente
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território de Irecê
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Portal do Sertão
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Recôncavo
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território do Sisal

Índice dos materiais incluídos no mapeamento

- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Itaparica
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Litoral Norte e Agreste Baiano
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Litoral Sul
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Médio Rio das Contas
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Médio Sudoeste
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Metropolitano de Salvador
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Piemonte da Diamantina
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Piemonte do Paraguaçu
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Piemonte Norte do Itapicuru
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Semiárido Nordeste II
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Sertão do São Francisco
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Sudoeste Baiano
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Velho Chico
 - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá
 - Plano Viva Turismo Bahia
 - Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia
 - Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia
 - Política de Mudança de Clima do Estado da Bahia
 - Política de Transição Energética do Estado da Bahia
 - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica da Bahia
 - Política Estadual de Atenção Básica
 - Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais
 - Política Estadual de Recursos Hídricos
 - Política Estadual de Resíduos Sólido
 - Plano Estadual para a Economia do Hidrogênio Verde
 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 - Política Nacional de Vigilância em Saúde
 - Política Territorial do Estado da Bahia
 - Política Urbana do Estado da Bahia
 - Possíveis Cenários Epidemiológicos para o Brasil em 2040
 - Produção e Consumo de Produtos Orgânicos no Mundo e no Brasil
 - Programa Nacional de Atividades Espaciais 2022-2031
 - Programa Nacional de Direitos Humanos - 3ª Edição
 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 - Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação
- R:**
- Relatório com Recomendações para MPEIs produtoras de Cacau/Chocolates da Bahia e Derivados 2024
 - Relatório da 5ª Conferência Estadual de CT&I
 - Relatório Elas Vivem: Dados da Violência Contra Mulheres
 - Relatório Executivo de Monitoramento do Plano Estadual de Educação da Bahia
- U:**
- Uso de Serviços Digitais: um retrato do Brasil
- V:**
- VIII Relatório Luz da Sociedade Civil - Agenda 2030 ONU
 - Visão de Futuro do Agro Brasileiro



A.2

Metodologia detalhada

O processo de definição dos critérios, metodologia e demais partes do Mapeamento foi realizado a partir de um conjunto de etapas.

Na **ETAPA 1 (DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS, CRITÉRIOS E TIPOLOGIAS)**, foram propostos cinco recortes iniciais para o levantamento de insumos:

- i. **Temporalidade**, ou seja, as iniciativas deveriam ter sido produzidas ou atualizadas a partir de 2020;
- ii. **Caráter estruturante, plano de ação definido e articulação institucional clara**, ou seja, iniciativas em curso ou previstas poderia ser incluídas neste critério;
- iii. **Territorialidade**, no qual as iniciativas deveriam atender à **abrangência territorial estabelecida**, podendo ser (1) **estadual**, (2) **regional**, em caso de materiais interestaduais que incluam a Bahia, ou (3) **nacional**, caso haja implicações estratégicas para o estado.
- iv. **Natureza estratégica**, indica caminhos futuros e estruturando políticas públicas ou investimentos.
- v. **Fonte e Acesso**, produzido ou endossado por instituições (públicas, privadas ou do terceiro setor), de caráter público ou possível de ser compartilhado oficialmente. Envio aceito exclusivamente por meio digital.

Além disso, não foram considerados conteúdos isolados e de alcance restrito, sem potencial de escalabilidade, como iniciativas limitadas a um único município ou temática muito específica. Da mesma forma, foram desconsiderados materiais anteriores a 2020 que não tenham sido atualizados ou não estivessem válidos, bem como projetos de caráter meramente operacional, pontual ou desvinculados de uma abordagem estratégica. Também foram excluídas propostas arquivadas, descontinuadas ou que apresentem baixa aderência às diretrizes e prioridades institucionais. Por fim, ideias ainda em estágio conceitual, que não tenham sido formalizadas como iniciativas documentadas, também não foram incluídas no escopo da análise.

Na **ETAPA 2 (DEFINIÇÃO DO PÚBLICO CONSULTADO)**, foram propostos dois níveis de consulta: **Consulta interna** (nível técnico-estratégico), envolvendo equipes técnicas da SEPLAN/BA, Secretarias do Governo da Bahia e demais órgãos relevantes, e **Consulta Institucional Ampliada**, composta por Universidades, Centros de pesquisa e inovação, Fundações e instituições técnicas. Mais informações podem ser encontradas no anexo A.3 deste documento. Para além das consultas, a consultoria também buscou incluir documento que poderiam contribuir para ampliar o conhecimento sobre os temas estruturantes da Bahia.

Na **ETAPA 3 (APLICAÇÃO DE INSTRUMENTO E COLETA DOS DOCUMENTOS)**, foi feita a divulgação do formulário de consulta pública e coleta de materiais insumos entre secretarias de estado e outras instituições relevantes. Mais detalhes no Anexo A.3.

Na **ETAPA 4 (ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES)**, os materiais pré-selecionados foram catalogados em 10 segmentos: Tema principal, Tipo de documento, Abrangência territorial, Nome do documento, Instituição responsável, Ano de produção, Síntese do documento, Tipo de instituição, Link para consulta e etiqueta de contribuição para o PDI Bahia 2050.

Na **ETAPA 5 (FICHAS TÉCNICAS INDIVIDUALIZADAS)**, os materiais incluídos no mapeamento final foram organizados em fichas técnicas individualizadas, incluindo dados bibliográficos, resumo-executivo, link para consulta dos materiais e etiquetas que indicam as próximas etapas do PDI Bahia 2050 em que os materiais mapeados poderão ser considerados. Os resumos-executivos e a lista de palavras-chave foram elaboradas a partir de um chat personalizado no ChatGPT (versão GPT-4-turbo), com o intuito de facilitar a análise e organização de documentos em PDF. Todos os textos e palavras sugeridos foram revisados pela equipe técnica da Macroplan, considerando sua relevância e pertinência ao material elaborado.

Todos os links foram baixados e inseridos em suas respectivas fichas no mês de maio de 2025, de forma que o acesso posterior não dependa da manutenção de cada site, portal ou servidor no qual o mesmo esteja hospedado. Os documentos foram hospedados temporariamente em um servidor próprio da Macroplan para garantir o acesso rápido através do link disponibilizado.

Por fim, na **ETAPA 6 (ANÁLISE DE CONJUNTO E GERAÇÃO DE INSIGHTS)**, foi feita a visão de conjunto e agrupamento de documentos para extração de pequenos insights que aportarão conteúdo para as seguintes etapas do PDI Bahia 2050. Optou-se por realizar a análise de insights considerando 5 grandes áreas temáticas.

Estrutura da Lista final (em excel)

Os documentos incluídos no mapeamento final de convergência foram catalogadas a partir de 10 segmentos de informação:

1. Tema principal
2. Tipo de documento
3. Abrangência territorial
4. Nome do documento
5. Instituição responsável
6. Ano de produção do documento
7. Síntese do documento
8. Tipo de instituição
9. Link para consulta
10. Etiquetas

PDI Bahia 2050 Mapeamento de materiais convergentes				
Tema principal	Tipo de documento	Abrangência territorial	Nome do documento	Instituição responsável
Indústria, Comércio e Inovação	Apoio	Nacional	Mapa de Risco do Trabalho - Projeto de Plano Estratégico da Indústria (PPEI) 2020-2024	Ministério da Indústria, Comércio e Inovação (MCTI) e Conselho Nacional de Indústria (CNI)
Planejamento e Desenvolvimento	Apoio	Nacional	100 Roteiros de Desenvolvimento - Projeto de Plano Estratégico da Indústria (PPEI) 2020-2024	Ministério da Indústria, Comércio e Inovação (MCTI)
Planejamento e Desenvolvimento	Apoio	Nacional	Brasil 2040: Oportunidades e Desafios da Indústria	Observatório de Cima
Desenvolvimento Tecnológico e Rural	Apoio	Nacional	Visão de Futuro da Indústria Brasileira	Empreza Brasileira de Pesquisa e Inovação (EBCI)
Desenvolvimento Tecnológico e Rural	Apoio	Estadual	Edição de Censos, Tópicos e Projetos de Ação em áreas de Estado	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SEDR) do Estado da Bahia (SEDR-BA)
Desenvolvimento Tecnológico e Rural	Apoio	Nacional	Consorte Bah-2020-2023-2040 - Foco em setores e clusters estratégicos na economia global	Empreza Brasileira de Pesquisa e Inovação (EBCI)
Desenvolvimento Tecnológico e Rural	Apoio	Nacional	Consorte Bah-2020-2023-2040 - Desenvolvimento e inovação tecnológica e rural	Empreza Brasileira de Pesquisa e Inovação (EBCI)
Desenvolvimento Tecnológico e Rural	Apoio	Nacional	Consorte Bah-2020-2023-2040 - Contribuição da inovação de setor	Empreza Brasileira de Pesquisa e Inovação (EBCI)

A lista será enviada como anexo a este produto. A lista também poderá ser acessada por meio do link: [\[AQUI\]](#)

Após a revisão da lista de documentos convergentes pela SEPLAN, a Macroplan irá elaborar uma plataforma informacional com BI para garantir a visualização dos documentos de forma ágil e eficiente. O formato da plataforma informacional será apresentado e passará por validação da SEPLAN/BA. Futuramente, a plataforma poderá ser amplamente divulgada e utilizada para consultas do próprio Governo Estadual da Bahia e também de outras partes interessadas no desenvolvimento do PDI Bahia 2050.



A.3

Consulta institucional ampliada e consulta interna

A **Consulta Interna**, por sua vez, foi realizada por meio do compartilhamento de drive por parte da SEPLAN/BA que continha um repositório de documentos que poderiam ser incluídos neste produto. A Macroplan ficou responsável por catalogar os documentos recebidos via drive da SEPLAN.

Foram recebidos 80 respostas, dos quais 74 estavam completas para serem avaliadas. Após a consolidação, 39 foram incluídos na lista final de iniciativas convergentes.

A **Consulta Institucional Ampliada** foi realizada por meio do envio de questionário disponível na plataforma SurveyMonkey. A consulta ficou disponível entre os dias 14 de abril e 05 de maio de 2025.

A SEPLAN/BA ficou responsável pelo envio das comunicações para a mobilização dos órgãos e secretarias estaduais, Universidades, Centros de pesquisa e inovação, Fundações e instituições técnicas.

A Macroplan, por sua vez, ficou responsável pelo acompanhamento, recebimento e catalogação dos documentos via SurveyMonkey.

Foram recebidos 125 documentos, dos quais 47 foram incluídos na lista final de iniciativas convergentes.

Na página seguinte, pode ser consultada a lista sintética de contribuições.

Formulário disponibilizado na plataforma SurveyMonkey

Nome do respondente

Email para contato

Telefone

Instituição

Título do documento

Data de elaboração ou atualização do material

Tipologia do material

Amplitude do material

Tema do material

Campo para inclusão do documento

O formulário é um documento de uma página com o cabeçalho do Governo do Estado da Bahia e da Secretaria do Planejamento. O título principal é 'Contribuições ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2050'. O texto de abertura se dirige a 'Prezadas(os) Senhoras(es)'. O corpo do texto explica que a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN/BA) está conduzindo o processo de atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) com horizonte de longo prazo até o ano de 2050. O objetivo é realizar o mapeamento de documentos estratégicos com potencial de contribuir para a construção de uma visão de longo prazo para a Bahia. Um parágrafo solicita a colaboração do respondente para garantir a convergência de iniciativas e a qualidade técnica do novo plano. Um bloco de texto em negrito destaca que os materiais devem ser atuais (produzidos ou revisados a partir de 2020), estar em vigor e disponíveis em formato digital, preferencialmente em PDF ou Word (.docx), com limite de 16MB. Também é importante que apresentem uma abordagem estratégica, contribuindo para o planejamento de políticas públicas, por meio da definição de diretrizes, cenários ou prioridades de ação. O texto finaliza informando que os documentos podem ter abrangência estadual (Bahia), regional ou nacional, desde que tenham impacto direto no estado, e devem ser de acesso público ou passíveis de compartilhamento oficial.

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Contribuições ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2050

Prezadas(os) Senhoras(es),

A Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN/BA) está conduzindo o processo de atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), com horizonte de longo prazo até o ano de 2050. Nesta etapa, o objetivo é realizar o mapeamento de documentos estratégicos com potencial de contribuir para a construção de uma visão de longo prazo para a Bahia.

Por meio deste formulário, sua colaboração é fundamental para garantir a convergência de iniciativas e a qualidade técnica do novo plano.

Vale destacar que os materiais indicados devem ser **atuais (produzidos ou revisados a partir de 2020), estar em vigor e disponíveis em formato digital**, preferencialmente em PDF ou Word (.docx), com limite de 16MB. Também é importante que apresentem uma **abordagem estratégica**, contribuindo para o planejamento de políticas públicas, por meio da definição de diretrizes, cenários ou prioridades de ação.

Os documentos podem ter abrangência estadual (Bahia), regional ou nacional, desde que tenham impacto direto no estado. Além disso, devem ser de acesso público ou passíveis de compartilhamento oficial.

LISTA DE CONTRIBUIÇÕES POR ORGANIZAÇÃO NA CONSULTA INSTITUCIONAL AMPLIADA (VIA SURVEYMONKEY)

Nome da instituição	Sigla	Número de materiais
Secretaria da Administração	SAEB	14
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Bahia	SEBRAE	10
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia	SESAB	5
Superintendência de Assuntos Econômicos e Sociais da Bahia	SEI	4
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	SECTI	4
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	4
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	SEDUR	4
Secretaria de Segurança Pública da Bahia	SSP	4
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	SJDH	4
Secretaria do Planejamento da Bahia	SEPLAN	3
Associação de Usuários dos Portos da Bahia	USUPORT	3
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	INEMA	2
Secretaria do Meio Ambiente da Bahia	SEMA	2
Bahia Pesca	SEAGRI	2
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano da Bahia	SEDUR	2
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	SDE	2
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	DIEESE	1
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	1
Campus dos Malês	UNILAB	1
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	TJ/BA	1
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia	FAPESB	1
Ministério Público do Estado da Bahia	MP/BA	1
Conselho de Recursos da Previdência Social	CRPS/MPS	1
Secretaria de Políticas para Mulheres da Bahia	SPM	1
Superintendência de Proteção e Defesa Civil	SUDEC	1
Fundação Oswaldo Cruz - Bahia	FIOCRUZ	1
Federação das Indústrias do Estado da Bahia	FIEB	1
TOTAL		80



PDI BAHIA
2050


MacroPlan